



2007

2013

ALGARVE

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

COMISSÃO
DE COORDENAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
DO ALGARVE

Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007- 2013

FICHA TÉCNICA

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Coordenação Geral

José António de Campos Correia, Joaquim Brandão Pires

Coordenação Técnica

Luís Madureira Pires

Consultores

Ana Paula Barreira, António Oliveira das Neves, Luís Madureira Pires, Paulo Correia

Equipa Técnica CCDR Algarve

Alexandre Domingues, Ana Cardoso, Ana Rodrigues, Anabela Dores, António Ramos, Filomena Coelho, Isabel Beja, Jorge Eusébio, Josiane Martins, Patrícia Martins, Paulo Cruz, Rosalina Venâncio

Design e Produção

IDEIAS em baú, Comunicação Marketing, Lda.

Impressão

SIG

Data de edição: Dezembro 2006

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 972-99928-2-7

Depósito Legal: 252950/96

Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte

PARTICIPAÇÃO

A elaboração / discussão da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve assentou num processo dinâmico, aberto e participado. Foram organizadas mais de 40 reuniões/encontros, alguns de cariz sectorial e outros tendo subjacentes as temáticas de base a incluir no documento de orientação estratégica. Do conjunto alargado de entidades e agentes locais e regionais convidados a participar, estiveram presentes os seguintes:

Câmaras Municipais de: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António

ACRAL – Associação de Comerciantes da Região do Algarve; AEA – Associação de Empresários de Almancil; Águas do Algarve, SA; AHETA – Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; Alberto de Melo, Professor Doutor; Alcance – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcoutim; ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA; Agência do Arade; Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve; AMAL – Grande Área Metropolitana do Algarve; ANA – Aeroportos de Portugal, SA; ANJE – Centro Empresarial de Faro da Associação Nacional de Jovens Empresários; AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve; ARS – Administração Regional de Saúde do Algarve; ASA – Associação do Sotavento Algarvio; Associação In Loco – Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local; ATA – Associação Turismo do Algarve; CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas do Algarve; Carlos Bragança, Arquitecto; CEAL – Confederação dos Empresários do Algarve; Centro de Emprego de Loulé; Centro de Formação Profissional de Faro; Centro Regional de Segurança Social do Algarve; CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses; Coordenadora da Medida “Promoção da empregabilidade e do emprego a nível local”; CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve; Delegação Regional da Cultura do Algarve; Direcção Regional de Pescas e Aquacultura do Sul; DRAALG Algarve – Direcção Regional de Agricultura do Algarve; DRE Algarve – Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia; DREALG – Direcção Regional de Educação do Algarve ; DRF – Delegação Regional de Florestas; Estradas de Portugal, E.P.E.; Euro Info Centre Algarve; FORPESCAS – Direcção Regional do Sul do Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas; Gabinete de Apoio Técnico de Faro; Gabinete de Apoio Técnico de Tavira; Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA; IAPMEI – Centro Regional de Faro do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas; ICN – Parque Natural da Ria Formosa; ID – Delegação Distrital de Faro do Instituto do Desporto de Portugal; IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional; IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas; INGA – Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola; IPIMAR – Centro Regional de Investigação das Pescas do Sul; IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico; IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos; Luís Centeno, Dr.; LPN – Delegação do Algarve da Liga para a Protecção da Natureza; NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve; Núcleo Florestal do Algarve; Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana; RTA – Região de Turismo do Algarve; SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; UAlg – Universidade do Algarve; UGT – Delegação do Algarve da União Geral de Trabalhadores.

Nota de Apresentação

O modelo de desenvolvimento da Região tem necessariamente que ser revisto, no sentido de um novo paradigma. As palavras-chave para o futuro são a competitividade e o emprego qualificado.

O “*cluster*” do turismo/lazer deverá continuar a ser o motor da economia do Algarve. Mas apostando decididamente na qualificação e na requalificação, sejam elas territoriais, sejam dos produtos turísticos; e explorando, progressivamente, segmentos de maior valor acrescentado e que se apresentem mais competitivos face à forte concorrência de outros destinos turísticos mundiais.

Por outro lado, o Turismo, sendo a actividade económica mais relevante, deverá apoiar e impulsionar a abertura da economia da Região para outros sectores, tradicionais ou não, mas sempre com fortes componentes de inovação e de incorporação tecnológica.

A inovação, a qualificação, o saber, o empreendedorismo, serão instrumentos fundamentais dessa mudança, necessária para tornar o Algarve mais competitivo e para a Região entrar na economia do conhecimento.

Esta perspectiva de viragem, numa lógica de competitividade da economia e das empresas, e de internacionalização e integração do Algarve em redes alargadas de conhecimento e de inovação, dará lugar a novas oportunidades para iniciativas empresariais, privadas e público-privadas.

Uma mudança que deve conduzir a uma região altamente qualificada, nos planos ambiental e urbanístico, e com menos assimetrias económicas e sociais entre os seus diversos espaços.

Com o enquadramento de políticas públicas claras e objectivas, apontadas no sentido referido, caberá às empresas, da Região e exteriores, com o seu dinamismo e conhecimento, participar também neste esforço com os necessários investimentos, de modo a permitir que a ambição se torne uma realidade.

Essa mobilização torna-se particularmente necessária quando é sabida a redução de apoios comunitários para o próximo período de programação 2007-2013.

Significa isto que se deverá fazer melhor, com menos recursos. Será necessário desenvolver projectos mais ambiciosos e com níveis de exigência mais elevados quanto à organização dos seus executores e, sempre que possível, envolver gestão e investimentos privados, neste grande esforço de mudança que se impõe.

Estes são, pois, os desafios que se colocam. A estratégia aponta para 2015 como prazo limite para a mudança e para construir o Algarve do futuro.

José António de Campos Correia
Presidente da CCDR Algarve

ÍNDICE

1. Enquadramento comunitário do período de programação 2007-2013.....	5
2. Diagnóstico da região.....	7
2.1. Traços gerais da região Algarve.....	7
2.2. Inovação e competitividade empresarial.....	9
2.3. Recursos humanos, emprego e coesão social.....	24
2.4. Rede urbana e infra-estruturas económicas e sociais.....	29
2.5. Ambiente e prevenção de riscos.....	33
3. Desafios a enfrentar no médio prazo.....	37
3.1. Inovação e competitividade empresarial.....	37
3.2. Recursos humanos, emprego e coesão social.....	41
3.3. Rede urbana e infra-estruturas económicas e sociais.....	44
3.4. Ambiente e prevenção de riscos.....	48
4. Estratégia de desenvolvimento.....	52
4.1. Ambição.....	52
4.2. Objectivos estratégicos.....	52
4.3. Eixos de Desenvolvimento.....	57
5. Prioridades e linhas de actuação.....	59
5.1. Economia.....	59
5.2. Recursos humanos.....	69
5.3. Território.....	73
5.4. Ambiente.....	76
Anexos – Algarve, Indicadores de desenvolvimento.....	79
Quadro 1 – Síntese comparativa.....	80
Quadro 2 – Síntese evolutiva.....	83
Cartogramas.....	86

1. Enquadramento comunitário do período de programação 2007-2013

O próximo período de programação dos Fundos Estruturais ficará indissociavelmente ligado ao quinto alargamento da União Europeia aos países da Europa Central e Oriental (Eslovénia, Estónia, Eslováquia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa) e às ilhas do Mediterrâneo (Chipre e Malta), que teve lugar em 1 de Maio de 2004, bem como ao planeado sexto alargamento à Bulgária e Roménia, previsto para 1 de Janeiro de 2007.

Estes dois alargamentos conduzirão a uma Comunidade económica e política de cerca de 480 milhões de habitantes, localizada num espaço territorial de 4.280 milhares de km². Representam, assim, um acréscimo de 28% e de 34%, respectivamente, em relação à população e superfície da Europa a 15.

Visto nestes termos, trata-se do maior alargamento de sempre mas, simultaneamente, aquele que conduzirá a maiores desequilíbrios territoriais no interior da Comunidade, face ao nível médio de rendimento dos novos aderentes, o qual representa apenas 39% da média comunitária. Por esta razão, o acréscimo do PIB da União em virtude da adesão de mais 12 países é de apenas cerca de 4,8%; a capitação média do rendimento, medido em paridades de poder de compra, baixa aproximadamente 9%, enquanto que as disparidades regionais, avaliadas por diversos indicadores, duplicam no território da União.

A Comissão Europeia, para dar resposta a este alargamento e ao desafio que constitui para a Coesão Económica e Social, apresentou em Fevereiro a sua comunicação “Construindo o nosso futuro comum – desafios políticos e recursos orçamentais da Europa alargada 2007-2013” e, em Julho, as propostas de novos regulamentos de Fundos Estruturais para esse novo período de programação de sete anos.

Os novos regulamentos dos Fundos Estruturais têm como pressuposto que a política de Coesão deve contribuir para a realização dos objectivos definidos para a União na Cimeira de Lisboa, em 2000, visando no horizonte de uma década transformar a Europa no espaço mais dinâmico e competitivo do Mundo, através da aposta na sociedade e economia do conhecimento, complementada no Conselho Europeu de Gotemburgo pela integração da política ambiental nas restantes políticas comunitárias. No plano interno, estas preocupações foram acolhidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. A política de Coesão deverá, assim, passar a ser “parte integrante da estratégia de Lisboa”, adoptando os objectivos então estabelecidos e tornando-se “um vector essencial da sua realização, através de programas de desenvolvimento nacionais e regionais”.

Para ter em conta a situação específica das regiões que deixam de estar cobertas pelo novo objectivo Convergência (antigo Objectivo nº 1) por força da redução estatística da média comunitária, e para minorar as dificuldades de adaptação a um menor volume de recursos estruturais, o Algarve beneficiará de um regime transitório especial (dito, estatístico). Este regime representará uma quebra progressiva de verbas ao longo do próximo período de sete anos mas, em termos de elegibilidades temáticas, não deverá implicar qualquer alteração em relação às regras que vigorarão para o conjunto do objectivo Convergência.

O novo estatuto comunitário que daqui resulta para o Algarve tem dois tipos de consequências:

- por um lado, a já mencionada redução dos apoios estruturais para o desenvolvimento;
- por outro, a muito provável diminuição do tecto de intensidade de auxílios de Estado autorizado pela Comissão Europeia para os incentivos a conceder às empresas instaladas ou a instalar na região.

Se a estes problemas associarmos o facto de as duas regiões vizinhas – o Alentejo e, sobretudo, a Andaluzia – manterem o seu estatuto actual, verifica-se que se cria um *efeito-ilha* no caso do Algarve: em relação às regiões que a circundam, a região terá relativamente menos recursos externos para alavancar o seu desenvolvimento económico e social e deterá instrumentos financeiros de atractividade das empresas também menos favoráveis, ainda que tal situação possa ser amenizada por um reforço da cooperação inter-regional. Os factores intrínsecos de competitividade da região, também no que respeita à atracção de investimento e recursos, tornam-se assim uma aposta chave na estratégia para os próximos anos.

Face a este novo posicionamento no contexto dos Fundos Estruturais futuros, e à forte probabilidade de no período de programação seguinte os apoios estruturais da União já não serem de todo significativos, a região do Algarve tem que abordar os próximos sete anos como verdadeiramente a última oportunidade para dar o salto qualitativo que lhe permita tornar-se uma região competitiva na Europa e no Mundo sem necessidade de apoios externos. A necessária ligação às prioridades da Estratégia de Lisboa, também adoptada como princípio orientador da aplicação dos Fundos Estruturais, cria por seu lado um quadro que favorece a qualidade e a inovação.

Mais do que fazer mais com menos apoios, impõe-se sobretudo fazer melhor. E fazer melhor significa responder adequadamente aos principais problemas estruturais da região, não adiar soluções e ter a coragem de definir uma estratégia selectiva de desenvolvimento, priorizando áreas e investimentos capazes de transformar o Algarve de forma sustentada numa região moderna e inovadora.

Incontestavelmente, é este o desafio que se coloca nos próximos anos aos agentes económicos e sociais algarvios, bem como ao poder central a quem compete apoiar e criar condições para esse desenvolvimento.

2. Diagnóstico da região

2.1. Traços gerais da região Algarve

O Algarve é uma região constituída por um único distrito (Faro), por 16 municípios e por 84 freguesias. Tem uma superfície próxima dos 5 mil km², o que corresponde a 5% do território nacional. A região do Algarve localiza-se no sul do país, sendo limitada a norte pelo Alentejo, a leste pela província espanhola de Huelva, e a sul e a oeste pelo Oceano Atlântico. A geografia confere à região uma localização periférica, no extremo sudoeste da Europa, situação agravada pelo facto de confinar com regiões pouco desenvolvidas no contexto dos dois países, o que provoca dificuldades acrescidas à sua promoção e desenvolvimento.

Todavia, nas últimas três décadas, o Algarve conseguiu ultrapassar tais dificuldades e operou uma profunda transformação estrutural. De região deprimida, isolada e distante, com uma qualidade de vida baixa, de onde se emigrava em massa, com uma economia rudimentar, assente na agricultura tradicional, na pesca artesanal e na transformação de alguns dos produtos derivados destas actividades, o Algarve tornou-se numa das regiões mais desenvolvidas do país, onde as oportunidades e a qualidade de vida oferecidas contribuíram para que se tornasse na região mais atractiva em termos demográficos.

Actualmente com cerca de 411.500 habitantes (2004), o Algarve apresentou, entre 1991 e 2001, um acréscimo populacional de quase 16%, valor este superior ao registado em qualquer outra região do país. Tal deveu-se a um contínuo movimento migratório para a região, quer de pessoas oriundas de outras regiões do país, quer do estrangeiro.

Cerca de 26% dos residentes têm idade inferior a 25 anos, enquanto que a população sénior (+ de 65 anos) representa quase 19% da população total. O índice de envelhecimento (127,4) é elevado e com tendência a agravar-se, sobretudo nas áreas serranas, onde, nalguns concelhos, o número de idosos chega a ser três vezes superior ao dos jovens com menos de 15 anos.

O desenvolvimento económico do Algarve pode inferir-se, em termos sintéticos, pelo seu PIB *per capita*, que em 2003 atingia um valor próximo dos 12.970 euros, enquanto o valor do país era de 12.395 euros. Estes valores fizeram com que o PIB *per capita* nesse ano fosse de 78,7% da média da UE 25, enquanto o valor para o país, no mesmo período, era de 72,9% do valor comunitário.

Corroborando estes indicadores, em 2004, de acordo com o “Estudo sobre o poder de compra concelhio”, do INE, de entre as várias regiões portuguesas, o Algarve detinha a segunda melhor posição em termos de poder de compra *per capita*, com um índice de 107,82 (Portugal=100). Quatro concelhos algarvios – Albufeira, Faro, Loulé e Portimão – encontravam-se na lista dos 15 melhores colocados, com valores acima dos 119,03.

Todavia, o desenvolvimento da região significou também uma exploração parcelar das suas potencialidades, conduzindo, por um lado, ao declínio de todas as actividades não directamente relacionadas com o turismo e a construção civil e, por outro, a uma grande concentração espacial da economia, com a ocupação intensa de parte da faixa litoral e o abandono da Serra e boa parte do Barrocal.

Na realidade, cerca de 1/3 da população algarvia vive em 80% do território regional, caracterizado por fracas densidades populacionais, desertificação humana e envelhecimento da população, economia rural e pouco virada para o mercado e níveis de riqueza muito abaixo da média regional, com padrões de serviços e equipamentos colectivos desfavoráveis em termos relativos.

Globalmente, a economia da região assenta em três sectores chave: o turismo, que integra o alojamento e a restauração, a construção civil e o comércio por grosso e a retalho.

Os principais indicadores de desenvolvimento relativos à região do Algarve e sua posição relativa quando comparada com o conjunto do país e com a União Europeia – esta na sua dimensão anterior e posterior a 1 de Maio de 2004 – são apresentados em anexo.

Com vista à formulação de uma estratégia regional de desenvolvimento consistente e coerente, nos capítulos seguintes serão aprofundados os vários tópicos referidos acima, não numa lógica de caracterização da região mas antes de realce dos seus pontos fortes e fracos, das tendências pesadas que condicionam ou favorecem o seu desenvolvimento e, ainda, dos principais desafios com que se irá defrontar. Trata-se, pois, de elaborar um diagnóstico sumário e conciso da situação regional como ponto de partida para a elaboração de uma estratégia e a definição de prioridades.

Essa estratégia terá, naturalmente, de respeitar e ser coerente com as orientações vertidas no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, mas não poderá esquecer o enquadramento comunitário e mundial em que se inserirá o desenvolvimento do Algarve.

É esse enquadramento que dita a necessidade de apostar na sociedade e economia do conhecimento e de eleger a inovação como factor chave do reforço da competitividade da região. Tornar o Algarve uma comunidade inovadora, territorialmente ordenada, respeitadora dos valores ambientais e socialmente coesa, acaba, pois, por ser um desiderato comum a uma qualquer política de desenvolvimento para os próximos anos, visto serem estas as vertentes essenciais de uma estratégia de progresso sustentável para uma região que se situa ainda aquém dos níveis médios de desenvolvimento comunitário e que está exposta a uma cada vez maior concorrência de bens e serviços dentro e fora da Europa.

Assim sendo, o diagnóstico da região tem que necessariamente atender a estas preocupações e ser organizado de forma a focalizar-se nos factores cruciais para a competitividade de um território europeu integrado num espaço cada vez mais globalizado.

Nestes termos, o diagnóstico regional foi estruturado de acordo com as seguintes quatro áreas temáticas:

- Inovação e competitividade empresarial;
- Recursos humanos, emprego e coesão social;
- Rede urbana e infra-estruturas económicas e sociais;
- Ambiente e prevenção de riscos.

2.2. Inovação e competitividade empresarial

O tecido económico do Algarve assenta em três sectores chave: o turismo, que integra o alojamento e a restauração, a construção civil e o comércio por grosso e a retalho¹. Estes sectores de actividade são nucleares no Algarve, quer pelo pessoal que empregam, quer pela riqueza que geram. A actividade económica do Algarve não se esgota, no entanto, nestes sectores, assumindo igualmente lugar de destaque as actividades ligadas à indústria, à agricultura e à pesca, embora apresentando uma tendência para a perda de importância relativa na economia regional. A par destas actividades económicas, com tradicional relevância no Algarve, têm vindo a assumir gradualmente um papel de destaque outras actividades, tais como a imobiliária, o agro-alimentar e a biotecnologia.

Analisando o tecido empresarial da região, constata-se uma diminuta dinâmica de inovação, mesmo em sectores nucleares como o comércio, a restauração e alojamento e a construção civil. Os poucos indicadores disponíveis apontam essencialmente para inovações no processo ou na gestão, de natureza incremental, assumindo claramente uma menor relevância a inovação no produto. Só as empresas de maior dimensão, as quais são a minoria no tecido regional, apresentam comportamentos ligeiramente diferentes. Se a estes dados adicionarmos a conjuntura económica menos propiciadora à introdução de mudanças, associada à resistência manifestada por uma parte significativa dos empresários da região, muito focalizados no lucro imediato e pouco propensos a assumir os riscos decorrentes da inovação, podemos estar em presença de um contexto empresarial que tende a estagnar e a perder de forma consistente competitividade.

Há uma preocupação e uma tomada de consciência crescente por parte dos agentes económicos da necessidade de criar o ambiente propício à inovação, mas falha, por um lado, a definição de prioridades de investimento facilitadores dessa inovação e, por outro, a identificação dos sectores onde a região tem vantagens que pode explorar para dar origem a projectos inovadores. Acima de tudo, o circuito que permite a transferência de conhecimento e tecnologia ou não existe ou não consegue ser eficaz na concretização dos seus objectivos. De facto, a região, dada a inexistência de redes entre sectores de actividade, evidencia fragilidades na integração a montante e a jusante das diversas actividades da cadeia de valor, nomeadamente na interface entre os sectores do turismo e agro-alimentar, da construção civil, da indústria e das próprias actividades de assessoria e de consultadoria disponibilizadas.

Uma das principais limitações à inovação, indicadas pelos diversos sectores de actividade, é o desconhecimento das tecnologias, o que permite concluir da necessidade da criação de entidades que liguem o conhecimento tecnológico às realidades empresariais de cada sector. Nenhuma entidade que não tenha como missão estabelecer esses elos ou ligações conseguirá cabalmente desempenhar esse papel. A criação de Centros e de redes de Transferência Tecnológica é vital para que a região possa caminhar para níveis superiores de inovação e incrementar a competitividade das empresas regionais.

Outra das limitações recorrentemente referida pelas empresas é a presença de barreiras burocráticas, que se traduzem em morosidade nos processos de decisão. Para ultrapassar essa limitação, será fundamental uma mudança de mentalidade

¹ Na análise da relevância empresarial dos diversos sectores de actividade económica da região são utilizados os dados do Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2003, obtidos pelo INE, com base no Inquérito Anual às Empresas Harmonizado.

das entidades públicas com vista a aumentar a sua adesão ao conceito de nova governação. A experiência de cooperação internacional², bem como o conhecimento resultante da participação em acções internacionais orientadas para a investigação e a inovação, adquiridos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, nomeadamente ao nível dos projectos de cooperação empresarial, muito em particular com a Andaluzia, podem ser uma mais-valia para o aligeirar de procedimentos e práticas governativas, induzindo uma maior dinamização da actividade económica da região.

Às limitações referidas, acresce ainda um problema de articulação entre a procura e a oferta de I&D/Inovação na região, resultante do desajustamento existente entre as competências de excelência da Universidade e os sectores de actividade que constituem o tecido empresarial dominante na região. Os sectores preponderantes são o turismo, o comércio e a construção civil. A Universidade tem centros de investigação com potencial ligação ao meio empresarial nas áreas das ciências do mar, dos sistemas inteligentes e das ciências da saúde e biotecnologias. Apenas na área do turismo existe uma ligação mais evidente entre competência científica existente na região e actividade económica.

Apesar deste diagnóstico, que resulta duma análise mais geral da realidade do processo de transferência do conhecimento e da tecnologia na região, existem casos onde a interface entre os actores regionais tem sido, pelo menos parcialmente, conseguido. Algumas entidades públicas têm assumido um papel de destaque na tentativa de conversão do novo conhecimento em novas aplicações e de aproximação dos agentes regionais com vista à promoção da inovação. Nesse âmbito, ressalta-se a interface entre investigadores e meio empresarial promovido pela Direcção Regional de Agricultura, pelo Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) e por algumas empresas, que têm dado origem a alguns casos de sucesso na região.

De notar que este diagnóstico geral tem ainda cambiantes no interior do território regional, visto que a falta de iniciativa empresarial e a idade média e competências-tipo do empresário apresentam registos especialmente negativos na área de baixa densidade do interior algarvio.

O enfoque da análise apresentada nas subsecções seguintes centra-se na articulação existente entre a procura e a oferta de I&D/Inovação por parte dos actores regionais, dando-se especial atenção a cada um dos sectores de actividade regional com maior relevância económica, bem como aos sectores considerados de especial interesse estratégico para o modelo de desenvolvimento preconizado para a região. A análise contempla igualmente as principais limitações e potencialidades que a interface entre a procura e a oferta de I&D/Inovação suscitam.

2.2.1. Os sectores consolidados

2.2.1.1. O turismo

O sector do turismo assume um lugar de destaque na região. Como sector-chave, o sector do alojamento e restauração emprega 10,6% do pessoal ao serviço e gera 12,8% do produto criado a nível nacional no sector.

Paralelamente, localizam-se na região do Algarve 22% dos estabelecimentos de alojamento classificados existentes no país, correspondendo a 38% da capacidade de

² A CCDR integra a Comissão Arco Atlântico e a Comissão Intermediterrânica, as quais integram a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas.

alojamento instalada. Há a destacar que o Algarve dispõe de um número significativo de hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e aldeamentos turísticos. A região do Algarve atrai 22% dos turistas que procuram o destino Portugal. De acordo com dados da AHETA³, em 2004, considerando todos os meios de alojamento (incluindo alojamento não classificado, casa própria e casa de familiares e amigos), o Algarve recebeu 5,5 milhões de turistas nacionais e estrangeiros, correspondendo a mais de 33 milhões de dormidas. O peso dos turistas nacionais é já relevante, tendo sido o 2º cliente em termos de dormidas em estabelecimentos hoteleiros. De entre os turistas estrangeiros, o Algarve cativa principalmente as preferências dos turistas oriundos do Reino Unido, Alemanha, Espanha, Holanda e Irlanda. A estada média destes turistas no Algarve é de 5,4 dias, 2,3 dias acima da média nacional.

Para esta atractividade do destino Algarve, para além das boas condições climatéricas naturais, muito tem contribuído a crescente afirmação da região em algumas áreas do turismo consideradas de especial relevo para a dinamização do sector. Nomeadamente, o Algarve tem sido considerado, nos últimos anos, um destino mundial de excelência para a prática do golfe. A região disponibiliza 513 buracos, distribuídos por 21 campos, tendo-se registado, em média, cerca de 34 mil voltas por campo, no ano de 2004.

A região do Algarve dispõe de potencialidades excepcionais para que o turismo se assumira como referência internacional em termos de qualidade. Com esse objectivo, para além do lazer associado à permanência no Algarve, a região tem promovido a emergência de uma diversidade de novos produtos: turismo sénior, turismo associado à componente saúde ou de eventos internacionais, que exploram as diversas vertentes da animação turística (embora com uma cobertura ainda tida como insuficiente), bem como o turismo ligado ao desporto, de onde sobressaem as potencialidades das actividades ligadas à náutica e ao recreio.

O produto predominantemente comercializado assenta no binómio sol/praias. Uma focalização excessiva do sector neste tipo de produto conduziu, durante as últimas décadas, a uma massificação da procura turística pela região, que encontrou resposta, no lado da oferta, na proliferação desordenada de empreendimentos turísticos (e inerente especulação imobiliária), concentrados na faixa litoral, comprometendo objectivos de ordenamento do território dos centros urbanos e da orla costeira do Algarve. Há a realçar, como facto positivo para o atenuar desta tendência, o crescimento registado na região, entre 2003 e 2004, no número de estabelecimentos e de camas do turismo em espaço rural, que cresceu respectivamente 30,4 e 32,8%, enquanto os correspondentes valores a nível nacional foram de 3,1 e 5,1%.

Para além dos problemas decorrentes da massificação da procura/oferta turística, o sector do turismo algarvio confronta-se ainda com uma elevada sazonalidade na procura, bem patente na diferença entre o valor mais baixo da taxa bruta de ocupação-cama (Dezembro/Janeiro) e o valor mais elevado (Agosto), que quase quadruplica. Esta sazonalidade do sector é mais acentuada na região do que no total do país, onde idêntica diferença não chega a triplicar. Para este acentuar do fenómeno da sazonalidade contribui decisivamente o facto, já referido, de o sector centrar o produto oferecido em torno do binómio sol/praias, cuja exploração atinge o seu pico durante os três meses de Verão. Uma diversificação do produto oferecido, articulando o produto base com as componentes ambiental, cultural, histórica e

³ Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve

paisagística, contribuirá decisivamente para a minimização deste problema, que não é único.

A oferta de alojamento classificado existente na região confronta-se diariamente com a concorrência da denominada oferta não classificada, principalmente no segmento médio/baixo, a qual, tendo estruturas de custo mais flexíveis (encerramento nos períodos de época baixa, não declaração da facturação para efeitos fiscais), consegue praticar preços mais reduzidos. A oferta de alojamento não classificado, para além de distorcer as regras da concorrência no sector, tem associada a si um serviço de menor qualidade, o que afecta a imagem global do sector do alojamento turístico. Simultaneamente, constitui um mecanismo de resposta do mercado que, face a um modelo assente num crescimento massivo do número de turistas que procuram a região, particularmente dos segmentos de menores rendimentos, encontra naquele tipo de oferta resposta a um desajustamento entre procura e oferta de alojamento. Trata-se de uma debilidade do sector que urge corrigir, sob pena de não permitir à região aumentar a sua quota de mercado nos segmentos turísticos tidos como estratégicos, nomeadamente nos segmentos de maiores rendimentos, indispensável para a obtenção de gastos médios reais por turista superiores. A explicitação do conceito de “Projecto Turístico Estruturante” contribuirá para o atenuar dessa debilidade, estabelecendo critérios objectivos para a selecção dos projectos relevantes para a região.

Mesmo confrontando-se com a concorrência do alojamento não classificado, o Algarve apresenta um proveito médio por estabelecimento de alojamento classificado de 1,07 milhões de euros, enquanto que em termos nacionais esse valor é de 800 mil euros. Apesar destes valores favoráveis, há que ter em conta a linha de tendência, a qual revela alguns indícios preocupantes que deverão ser tidos em conta na definição da política económica para o sector. Nomeadamente, os resultados líquidos pioraram para 52,4% das empresas do sector e a taxa de ocupação hoteleira, em 2004, foi de apenas 55,8%, o que significou uma quebra de 4,8% comparativamente a 2003. Paralelamente, o movimento de passageiros no Aeroporto de Faro registou, em 2004, uma descida de 0,8% face ao ano anterior.

Apesar da representatividade regional do sector turístico, as fragilidades evidenciadas podem comprometer o futuro próximo do sector. Tais fragilidades podem ainda ser acentuadas pelo facto do sector do turismo estar muito vulnerável a factores externos, não directamente controláveis pelo sector. Uma forma do sector do turismo atenuar os efeitos resultantes desses factores externos será obtendo ganhos de escala, tendo nesse sentido de ter uma visão mais ampla para a comercialização do produto turístico que contemple todo o Mercado Ibérico.

Olhando em particular para as diversas áreas que enformam o sector turístico, constata-se que o sector do alojamento apresentou algum dinamismo conducente à introdução de inovação, traduzido na realização de novos investimentos. Sendo um sector onde a existência de ligações internacionais é dominante, as empresas integram um conjunto alargado de informação e de conhecimento, resultando dessa ligação a introdução da inovação.

São as empresas de maior dimensão (empregando mais de 250 trabalhadores) e com estabelecimentos de categoria superior a introduzir mais inovação, quer nos serviços prestados, quer nos processos. Nos estabelecimentos hoteleiros de menor dimensão e/ou de categoria mais baixa, parece haver uma ligeira dominância da inovação nos serviços prestados. De destacar que a inovação introduzida, quer no serviço oferecido, quer no processo, resultam da melhoria/modificação de uma técnica e do alargamento a um novo mercado e não da aplicação de um novo

conhecimento científico. A inovação surge, igualmente, em alguns casos, nos modelos de gestão. Alguns grupos empresariais apresentam-se como modelo a nível nacional e internacional. Neste âmbito merecem destaque, pelas boas práticas, os Grupos Pestana e Vila Galé.

Paralelamente, é ainda digno de nota os esforços realizados na região no sentido da definição de mecanismos de certificação dos modelos de gestão ambiental, envolvendo no processo empresas e associações de empresários. Estes avanços na definição de modelos de gestão integrados, contemplando a vertente ambiente, permitirão que o Algarve ganhe notoriedade e uma imagem de preocupação com as questões do ambiente junto dos principais mercados emissores de turistas. Esta vertente da inovação será essencial para que a região ganhe quota de mercado, principalmente numa das vertentes com maior potencial de crescimento na região: o turismo ligado à prática do golfe. Nesse sentido, têm-se realizado progressos importantes na certificação ambiental dos campos de golfe, com vista à promoção de uma imagem do Algarve como uma região verde.

Quando se observam os principais factores que o sector indica como limitativos da inovação, sobressaem os seguintes: nos estabelecimentos de maior dimensão, a falta de apoio estatal e as elevadas despesas de inovação, cujo investimento tem um período longo de retorno; nos estabelecimentos de menor dimensão, a falta de informação sobre tecnologias, as dificuldades financeiras e os factores institucionais ligados à existência de excessiva burocracia nos processos de decisão.

No sector da restauração, a inovação centra-se em torno de novos processos, sendo a sua aquisição feita, na maioria dos casos, no exterior. São quase inexistentes as empresas que efectuem despesa em projectos inovadores. O pessoal especializado ao serviço neste sector está em minoria, representando menos de 30% do total de activos em exercício. As principais barreiras à inovação apontadas pelas empresas do sector são idênticas às evidenciadas pelos estabelecimentos de alojamento de menor dimensão.

O diagnóstico à actividade empresarial da região permitiu identificar, em estreita ligação com o sector do turismo, um número crescente de empresas na área da transacção imobiliária, sector que inclusive tem atraído muito capital estrangeiro. Embora não se tratando de um sector claramente de elevado valor acrescentado, pelo número significativo de transacções efectuadas posiciona-se como o quarto sector de actividade em termos de contribuição para o VAB regional. Este crescimento da actividade imobiliária, ancorada na actividade turística, embora com resultados positivos na captação de investimento estrangeiro e no emprego criado, tem conduzido a desequilíbrios importantes na malha urbana do litoral algarvio, por via do crescimento de segundas residências, com as respectivas consequências ao nível do ordenamento do território. A actividade imobiliária tem ainda o efeito de aumentar o preço da implantação de outras actividades económicas não relacionadas com a actividade turística. Esta crescente relevância regional do sector deverá ser equacionada para não comprometer o desenvolvimento sustentável da região e do próprio sector turístico.

Paralelamente, as actividades de marketing e publicidade e as áreas ligadas ao ambiente têm vindo a aumentar de importância na região, havendo um número crescente de novas empresas a surgir nesses sectores e a preencher uma lacuna regional, evidenciada principalmente pelo sector do turismo. Embora tenha aumentado a cobertura de empresas deste tipo na região, não parece que as novas empresas venham suprir na íntegra as necessidades da procura desses serviços.

2.2.1.2. A construção civil

A construção civil é o terceiro sector que mais contribui para o VAB regional. Este sector ocupa o segundo lugar no número de novas sociedades criadas na região, em 2003, observando um crescimento de 10,1%, bastante acima do crescimento médio do sector que rondou os 7,5%. O número de licenças concedidas na região, entre 2001 e 2002, reflecte igualmente a dinâmica deste sector, tendo crescido 12% na região, enquanto no país aumentou apenas 4,5%. Esta diferença deixa de ser notória quando se observa a evolução do número de obras concluídas, tendo-se registado um crescimento de 11% na região enquanto no país aumentou 9%. Se atendermos ao indicador licenças para construção/obras concluídas, em 2002, na região, o valor é de 82%, face a uma média de 98% em Portugal.

Esta discrepância parece apontar para uma crescente apetência do sector para a proliferação de pedidos para novas construções sem reflexo nas obras concluídas, à qual não é alheia a relação estreita entre este sector e o sector imobiliário que, articulando-se com o sector turístico, exerce uma excessiva pressão para a expansão das zonas de construção.

O sector da construção civil é composto maioritariamente por pequenas empresas de construção de obras e por um não menor número de empreiteiros e subempreiteiros. Tratando-se de um mercado com empresas que oferecem um produto homogéneo (mercado em concorrência perfeita), são poucas aquelas que procuram diferenciar-se. A não diferenciação constata-se quer pela ausência de processos de certificação e de acréscimo de qualidade, quer pelo não surgimento de novos produtos. Não há, portanto, uma aposta dos empresários do sector da construção em posicionar-se em mercados de concorrência monopolística, através do recurso a novos materiais e/ou da identificação de novas missões vocacionadas para a recuperação de edifícios. As empresas, focalizando o seu objectivo nas novas construções, preocupam-se apenas com o preço que encontrarão no mercado para a colocação do seu produto (*price-taker*).

Sendo a actividade do sector da construção orientada pela procura do mercado imobiliário por novas construções, as empresas do sector não consideram estrategicamente atractivo o mercado da reabilitação e recuperação urbana. Os dados estatísticos são clarificadores dessa insignificante relevância, representando o número de licenças para reconstrução 1,6% do número de licenças para nova edificação. As entidades públicas têm procurado alterar esta tendência. Nesse sentido apoiaram um projecto que conduziu à elaboração de um *manual de divulgação das metodologias e tecnologias a adoptar na conservação do património construído*, o que facilitará às empresas a implementação de novas valências.

Este enfoque das empresas nas novas construções não é acompanhado por uma crescente preocupação com a problemática da inovação. Áreas de potencial inovação, como a utilização de energias renováveis (exemplo: solar) ou a introdução de novos materiais e de novos processos de construção adaptados ao clima da região, poderiam ter sido desenvolvidas. Apenas parte das maiores PME's (empregam entre 50 a 100 trabalhadores) introduz novos produtos e novos processos. Mesmo nessas, a introdução de inovação tecnológica no processo possui apenas um carácter incremental, sendo esses melhoramentos introduzidos nos diversos subsistemas técnicos que compõem o produto: sistemas de drenagem de águas, impermeabilização e isolamentos térmicos e acústicos. As empresas de menor dimensão praticamente não introduzem inovações nos produtos nem nos processos. Para contrariar esta tendência, foi implementado um projecto de utilização das energias renováveis nos edifícios escolares da região, o qual pode vir

a produzir efeitos externos positivos para as empresas, nomeadamente os resultantes das simulações realizadas à resposta térmica dos edifícios.

Um dos factores limitativos da inovação prende-se com a reduzida proporção de pessoal especializado ao serviço no sector. As principais barreiras à inovação indicadas pelas empresas de menor dimensão são a falta de informação sobre tecnologias, a existência de dificuldades financeiras e os riscos de mercado.

Sendo um sector que evidencia alguma rigidez no grau de adaptação à mudança, que as próprias entidades representativas do sector têm dificuldade em ultrapassar, a criação de um centro que promova e apoie o desenvolvimento tecnológico para a construção civil será estratégico para o seu redireccionamento. Este centro será fundamental para a divulgação de novas tecnologias e para a orientação das empresas para novos mercados, explorando novos produtos e novos processos. Esta transferência de tecnologia assumirá igualmente importância quando o *boom* imobiliário dos últimos anos arrefecer. Não é possível continuar a dinamizar um modelo de crescimento urbano que explora as zonas periféricas das cidades, massificando-as de novas construções, enquanto as zonas de centro são gradualmente despovoadas de população residente, deixando ao abandono as construções mais antigas.

O processo de abertura à inovação pelo sector terá de passar, igualmente, por um processo de reestruturação da forma organizativa das empresas e pela contratação de pessoal com níveis superiores de especialização. Para uma mudança do enfoque estratégico das empresas, com vista a que estas passem a apresentar uma maior apetência para a conservação e recuperação de edifícios, será necessário definir uma política específica de incentivos nesse sentido. A capacidade da região atrair investimento estrangeiro para o sector terá igualmente um papel-chave no redireccionamento da actividade.

Em paralelo, a definição de regras relativas às zonas de expansão da nova construção, aliada a uma política no sector do turismo que apenas deixe edificar projectos de oferta de alojamento turístico considerados estruturantes, permitirá mitigar o “apetite” da actividade imobiliária por novas construções, reduzindo, desse modo, a pressão sobre o sector da construção, ao redireccionar os seus interesses imobiliários para a reabilitação urbana. Esta reorientação do sector da construção permitirá, em simultâneo, obter um efeito de alavanca sobre a actividade do comércio tradicional, a qual se concentra maioritariamente nas zonas mais centrais (com edifícios mais antigos) e históricas das áreas urbanas. Iniciativas de reabilitação urbana já encetadas por alguns municípios têm evidenciado efeitos positivos na actividade comercial dessas zonas.

2.2.1.3. O comércio por grosso e a retalho

O comércio por grosso e a retalho representa 31% do total de empresas na região e concentra-se em torno de quatro concelhos: Albufeira, Faro, Loulé e Portimão. Trata-se do sector de actividade que mais emprego gera, contratando 28% do pessoal ao serviço no Algarve. O sector do comércio é, simultaneamente, o sector que mais contribui para o VAB regional, representando 26% do valor global criado na região. Acresce a esta importância o facto de 32% das empresas com ligações comerciais ao mercado internacional pertencerem ao sector do comércio por grosso.

O sector do comércio tem evidenciado uma elevada dinâmica na região, quer pelo número de novas sociedades que têm emergido, quer pelas características do próprio comércio que, gradualmente, tem-se afastado do figurino do designado comércio tradicional, onde as estruturas de muito pequena dimensão são

dominantes. Paralelamente, emergiram nos últimos anos, na região, novas formas comerciais, tendo assumido lugar de destaque o aparecimento de grandes superfícies e a implantação de cadeias especializadas, muitas organizadas sob a forma de *franchising*. Estas novas formas de implantação comercial, assentes numa lógica de aproveitamento de sinergias tempo/comodidade para os clientes, procuram aliar as compras com outros factores de lazer, remetendo muitas vezes para segundo plano o factor preço. Trata-se, portanto, de uma abordagem inovadora sob a forma de colocar os produtos no mercado, devendo estas novas formas de exploração comercial constituir modelos de referência, nomeadamente para o comércio tradicional, menos permeável à mudança, dado ser composto maioritariamente por empresas em nome individual e com reduzido grau de associativismo.

No sector do comércio, apenas as empresas de maior dimensão introduzem inovação nos processos, enquanto as de menor dimensão preferem apostar na introdução de novos produtos. Os principais factores que fundamentam a não introdução de mais inovação pelas PME's do sector são a falta de informação sobre tecnologias (de longe o factor mais importante), factores institucionais, nomeadamente ligados à burocracia e à morosidade do processo de decisão, e os riscos de mercado. As boas práticas identificadas no sector concentram-se essencialmente nas grandes superfícies, que implementam processos de certificação da qualidade e evidenciam uma preocupação acrescida com o ambiente, promovendo procedimentos de recolha e tratamento selectiva dos resíduos.

A fraca aposta na inovação do sector é bem patente na quase total ausência de comércio electrónico. As PME's que tencionam negociar via Internet sentem os impactos desta tecnologia, que absorve grande parte dos seus recursos se estas pretenderem acompanhar o percurso para a inovação. É necessário encontrar estruturas que adaptem as empresas a esta nova abordagem do comércio, pelo que as PME's não devem poupar tempo nem esforços nesse sentido.

A criação de unidades de gestão colectiva para espaços de comércio tradicional torna-se um imperativo por forma a definir estrategicamente uma política conjunta para os espaços de implantação dos negócios, sob pena de os investimentos realizados individualmente não criarem entre si sinergias, perdendo-se o seu potencial efeito multiplicador como gerador de riqueza. Estas unidades de gestão colectiva tornarão igualmente mais fácil a captação de investimento estrangeiro para o sector, promovendo o seu redimensionamento e reconversão.

O ordenamento da logística, que contempla o sistema de infra-estruturas e de actividades de transporte e distribuição de mercadorias, tem também um papel fundamental para a modernização do sector, só exequível com um modelo territorial integrado, para o qual muito contribuem as opções decorrentes da revisão do PROT Algarve.

No que se refere ao comércio por grosso, ajudar a criar novos exportadores passa maioritariamente por mudar atitudes e mentalidades e também por identificar potenciais mercados. Precisamos de nos tornar mais criativos, encorajando a introdução do conceito de "internacionalização" em todo o sector. Dotados de bens e serviços competitivos, é então necessário identificar os mercados onde poderemos maximizar o nosso potencial de comércio internacional. Isso implica ter uma visão e um compromisso de alto nível no comércio internacional.

2.2.1.4. A indústria transformadora

A indústria transformadora na região reparte-se essencialmente pelos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé e Portimão, assumindo os concelhos de Olhão e Silves igualmente um lugar de destaque. As indústrias transformadoras preponderantes na região são: a indústria metalúrgica, a indústria alimentar e a indústria da madeira e da cortiça.

Apesar da relativa concentração espacial das empresas industriais há, em contrapartida, uma significativa dispersão de zonas industriais na região, tendo-se identificado 16 zonas implementadas, às quais há que adicionar os aglomerados industriais, num total de 24. Esta dispersão contrasta igualmente com a ausência de áreas de localização industrial, em termos específicos, e de localização empresarial, em termos gerais.

A análise do sector permite constatar uma ausência de planificação para a implantação industrial nos aglomerados e zonas industriais. Não existe qualquer levantamento sistematizado da tipologia de empresas localizadas nessas áreas nem uma estratégia específica para o sector que permita seleccionar as indústrias a atrair para aqueles espaços. A ausência de planificação para a ocupação industrial fica bem patente quando se analisa as zonas industriais de Olhão e Loulé. Nesses espaços, não existe produto chave-na-mão, nem condomínio industrial, nem consultadoria especializada, nem investimentos âncora que atraiam empresas para aqueles locais e nenhuma das duas zonas dispõe de uma sociedade gestora. Trata-se, portanto e tão-somente, de um loteamento industrial onde foram instaladas as infra-estruturas base convencionais. Apenas a zona industrial de Loulé concentra instituições âncora da actividade económica: o CACE, o CFE e o NERA.

O número de empresas na indústria transformadora orientadas para o mercado externo não chega a representar 1% do total de empresas no sector. Contrariamente, os sectores da indústria transformadora não eléctrica, da fabricação de material de transporte e da fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, embora com menor representatividade em termos de número de empresas a nível regional, 5,1, 3,3 e 25% respectivamente, colocam os seus produtos no mercado externo.

Há ainda a referir que apenas 0,68% do emprego regional é em serviços de alta tecnologia, o qual se concentra essencialmente na indústria da fabricação de máquinas de escritório e equipamento para o tratamento automático da informação.

Trata-se, assim, de um sector onde coexistem indústrias tradicionais, com um peso preponderante no sector, e um número relativamente pequeno de novas indústrias, mais orientadas para as novas tecnologias. As indústrias com maior implantação evidenciam uma escassa dinâmica de inovação, decorrente, por um lado, do próprio sector em que se inserem, menos propenso à mudança, e por outro, da reduzida captação de investimento estrangeiro. Dado que a produção das indústrias com maior relevância regional tem como principal destino o mercado nacional, as empresas evidenciam dificuldade em encontrar parceiros internacionais com os quais possam estabelecer redes de contacto, beneficiando das experiências e conhecimento adquiridos pelas empresas congéneres no estrangeiro. Há, no entanto, alguns casos pontuais que se afastam deste quadro geral, sendo de referir alguns esforços evidenciados pela indústria transformadora de cortiça, que tem procurado introduzir inovação nos seus produtos, combinando a matéria-prima com outros materiais.

Este diagnóstico geral ao sector da industria permite afirmar que o mesmo carece de uma política orientadora que possibilite a consolidação e a exploração dos espaços de localização industrial já existentes, revitalizando-os e definindo uma estratégia que possibilite uma reorganização interna, definidora das vertentes industriais a estimular. Na definição da estratégia deverá ser colocado especial enfoque no perfil de internacionalização (importância das exportações) de cada uma das indústrias da região. A capacidade que as diversas indústrias apresentarem de estabelecer redes internacionais e de articularem a sua produção com a procura dos sectores dominantes na região, determinará o futuro próximo do sector da indústria no Algarve.

Será necessário definir, igualmente, uma nova estratégia de atracção de empresas de nova geração, sendo para tal necessário conjugar a disponibilidade de infra-estruturas avançadas, acessibilidades de qualidade, serviços qualificados de apoio, indicadores de qualidade de vida (equipamentos de saúde, ensino, lazer, entre outros), o que permitirá identificar e definir a localização de espaços industriais intermunicipais de elevada qualidade. A conjugação destes elementos será um elemento fundamental na criação de *clusters* industriais. Estes são formados quando vantagens competitivas atraem o crescimento ou desenvolvimento de indústrias similares num determinado local. A implantação de indústrias em zona de proximidade fortalece a competitividade através do aumento da produtividade, estimulando o surgimento de novas sociedades inovadoras.

2.2.1.5. A área agro-alimentar, aquicultura e biotecnologia

Para além dos sectores referidos nas subsecções anteriores, onde a região dispõe, à partida, de um número significativo de empresas e de uma larga experiência acumulada, há outros nos quais deverá haver claramente uma aposta regional, dando origem a sectores com novas orientações estratégicas, em articulação com sectores emergentes, que resultem do aproveitamento das áreas onde a Universidade dispõe de maiores competências.

O sector da agricultura e pesca representa 11% das empresas do Algarve, garante emprego a 6% do pessoal ao serviço na região e tem uma contribuição relativa de 4% para o VAB regional. Este sector continua a gerar a criação de novas sociedades na região, tendo esse número crescido 9%, entre 2002 e 2003, enquanto a média nacional foi de 8%.

O Algarve apresenta uma agricultura tradicional onde predominam as produções de frutos secos, o olival, a amendoeira, a alfarrobeira e a figueira e as culturas arvenses. Com excepção da alfarrobeira, as demais produções têm vindo a perder relevância regional. Em paralelo, a horticultura também tem perdido importância, registando-se apenas uma evolução positiva na citricultura.

O sector da agricultura tem primado pela quase inexistência de processos e/ou produtos inovadores. Para tal contribui a conjugação de diversos factores, tais como a limitação de terra arável (apenas cerca de um quarto dos solos tem capacidade essencialmente agrícola, localizados maioritariamente no Litoral e no Barrocal), a existência de sistemas de rega ineficientes, a ausência de uma cultura de associativismo quer na produção quer na comercialização, o baixo nível de instrução da maioria dos activos ligados ao sector e o desconhecimento do funcionamento dos mercados em que se inserem. A Direcção Regional de Agricultura do Algarve tem assumido um papel central na implementação de processos inovadores e de boas práticas junto dos agricultores, nomeadamente através da introdução e generalização de métodos de rega localizada e de instrumentos de programação e monitorização, com vista a uma gestão mais eficiente da água de rega, e da

divulgação de resultados emanados de projectos de investigação relativos ao controlo da lixiviação de nitratos em fertirrega, experimentação em modos de produção ditos ambientalmente mais amigáveis (v.g. protecção/produção integrada, agricultura biológica), melhoria da eco-eficiência em situações de condicionamento ambiental forçado (v.g. hidroponia em circuito fechado e semi-fechado), com consequentes benefícios para a conservação do solo e da água e para a qualidade e segurança alimentar, em simultâneo com uma importante actuação no domínio da preservação da biodiversidade genética por via dos trabalhos desenvolvidos na área da recolha e propagação de variedades locais regionais (v.g. flora autóctone e horto-fruticultura).

O sector das pescas no Algarve tem uma representatividade significativa a nível nacional, representando 21%, em termos de volume, e 28%, em termos de valor, do pescado descarregado. A produção pesqueira no Algarve apresenta níveis de produtividade relativamente baixos quando comparada com a produção dos pesqueiros ao largo da Costa Marroquina. Com raras excepções, as pescarias são diversificadas, donde sobressaem as capturas de sardinha, cavala e carapau. Esta diversidade não permite a introdução, com facilidade, de processos inovadores. A esta dificuldade acresce o agravamento da capacidade financeira das empresas de pesca, em virtude das restrições na actividade impostas pela necessidade de conservação dos recursos e pelas exigências no que respeita à melhoria ou manutenção das condições de operacionalidade, segurança, trabalho a bordo das embarcações, higiene e conservação do pescado capturado, que obrigam a investimentos frequentemente avultados.

Para obviar a uma tendência de perda de competitividade do sector e garantir o desenvolvimento sustentável da actividade pesqueira, é necessário melhorar a competitividade dos produtos da pesca e modernizar as respectivas estruturas de transformação e comercialização. Em paralelo, é igualmente necessária uma melhor compreensão das implicações e riscos ambientais relacionados com a utilização dos recursos da pesca, na qual a investigação tem um papel central, devendo ser promovido, nesse sentido, um crescente diálogo entre pescadores e cientistas. Tratando-se de uma área com conhecimento acumulado nos centros de investigação da Universidade, importa aproveitar as potencialidades dele decorrentes.

Neste enquadramento sectorial, importa referir ainda a importância regional da produção de sal marinho, maioritariamente orientada para o mercado externo e representando 98% da produção nacional (dados de 2001).

Os sectores agro-alimentar e da aquicultura têm vindo a assumir um lugar de destaque na região, revestindo-se de extrema importância dado que estimulam a reconversão das actividades conexas da agricultura, da silvicultura e das pescas. De facto, as actividades agro-alimentar e da aquicultura complementam o abastecimento alimentar de produtos agrícolas e do pescado, constituindo áreas de produção a que é possível associar uma imagem de origem de produção regional.

A ligação do sector da agricultura e pescas ao sector agro-alimentar e da aquicultura será fundamental para assegurar a sobrevivência daqueles sectores. O sector agro-alimentar representa 22% das empresas existentes na região no sector da indústria transformadora. O sector da aquicultura, dispondo de condições edafoclimáticas favoráveis na região, tem vindo a expandir-se, nomeadamente nas culturas marinhas de bivalves, as quais representam cerca de 70% da produção nacional. Trata-se de um sector que alimenta, juntamente com o sector da pesca, a indústria de derivados da pesca, indústria com inúmeras fraquezas, que podem ser

ultrapassadas explorando nichos de mercado que conduzam a acréscimos nas exportações.

A interface da aquicultura com a área da biotecnologia apresenta alguns casos de sucesso na região, a explorar como exemplos a seguir. A biotecnologia é vital para o aumento da competitividade de vários sectores industriais, sendo um dos pilares estruturantes da nova economia, criando riqueza baseada na utilização de tecnologia altamente inovadora e na existência de redes de informação. Nesta vertente, o IPIMAR e os centros de investigação da Universidade têm contribuído com novos conhecimentos para a melhoria das espécies, para o aumento das reservas piscícolas, para o surgimento de produtos compostos, entre outros.

As competências técnicas e científicas disponíveis nesta área na Universidade têm um papel preponderante para o aprofundar e o alargar da troca de conhecimento entre cientistas/académicos e meio empresarial. Apesar do conhecimento científico acumulado nesta área, há ainda um longo percurso a percorrer no sentido de converter novo conhecimento em novas ideias de negócios comercialmente viáveis. Tratando-se a biotecnologia de um sector que necessita de investimentos significativos e cujo negócio apresenta elevado risco, a ausência de sentido empresarial e de conhecimentos de gestão dos potenciais investigadores que procurem criar a sua própria empresa não propicia o ambiente facilitador para a emergência de maior número de empresas nesta área.

Actualmente, as técnicas biotecnológicas estão cada vez mais perto do mercado, com aplicações tanto nas áreas clínica, como alimentar ou ambiental. Esta crescente aproximação das necessidades de mercado implica que empresas de menor dimensão têm espaço no mercado regional, podendo comercializar produtos que resultem quer de contratos de investigação, quer de parcerias com grandes empresas estrangeiras. A interligação com empresas de maior envergadura, de capitais estrangeiros, alargará os horizontes espaciais e o enfoque estratégico das empresas de menor dimensão.

2.2.1.6. Pontos fortes e fracos

A tabela SWOT apresentada em baixo sistematiza os principais elementos referidos nesta secção e que deverão estar presentes na revitalização/estímulo dos sectores consolidados na região do Algarve.

Análise SWOT dos sectores consolidados

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de oferta turística de excelência - Posicionamento internacional como destino de excelência para a prática do golfe - Incremento de sectores turísticos emergentes - Condições naturais para o turismo sénior, de desporto e de saúde - Rentabilidade elevada dos estabelecimentos de alojamento turístico classificado - Crescimento da oferta de alojamento turístico em espaço rural - Grande diversidade no artesanato regional e na gastronomia tradicional - Experiência de sucesso dos centros comerciais que pode servir de alavanca ao comércio tradicional - Incremento de iniciativas de reabilitação urbana com impacto positivo na actividade comercial - Ligação estreita do sector do turismo aos sectores 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada sazonalidade do sector do turismo associada ao produto que assenta no binómio sol/praias - Vulnerabilidade do sector turístico a factores externos - Excessiva relevância do sector imobiliário face ao sector do turismo e da construção civil - Peso significativo da oferta turística em alojamento não classificado - Preponderância de microempresas no tecido empresarial - Fraca apetência para o associativismo - Inexistência de uma dinâmica inovadora por parte da maioria das empresas - Reduzido conhecimento de novas tecnologias por parte das empresas, sendo mais acentuado nas de menor dimensão - Fraco investimento em investigação por parte das

<p>do comércio e da construção civil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Algumas empresas do comércio por grosso têm experiência de comércio internacional - Existência de indústrias com perfil exportador - Produção agro-alimentar diversificada, à qual é possível associar a imagem da origem da produção regional - Existência de recursos naturais propícios às actividades da agricultura e pesca - Recursos humanos com elevada qualificação nas áreas das ciências do mar, agro-alimentar e biotecnologias - Investigação na área das ciências do mar e na área das biotecnologias - Existência de empresas exportadoras nos sectores agro-alimentar e da aquacultura 	<p>empresas dada a excessiva preocupação financeira com um retorno rápido do investimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevada concentração urbanística junto ao litoral e desertificação do interior - O comércio electrónico tem uma importância insignificante - Pessoal ao serviço nos sectores do comércio, da construção civil, da agricultura e pesca predominantemente com fraca especialização - Aposta do sector da construção quase em exclusivo em novas construções, não estando as empresas vocacionadas para a recuperação de edifícios - Excessiva dependência do sector da construção civil dos sectores turístico e imobiliário - Excessiva dispersão da capacidade industrial instalada em aglomerados industriais e zonas industriais - Ausência de actividades âncora de atractivo à localização industrial - Peso significativo na estrutura do sector das indústrias tradicionais na região e fraca relevância da indústria de base tecnológica - Reduzida atracção do investimento estrangeiro para a região - Empresas no sector agrícola e das pescas de pequena dimensão - Reduzida articulação com os sectores a montante do sector agro-alimentar, da aquacultura e das biotecnologias
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação do produto turístico reforçando áreas emergentes como o turismo sénior e de desporto (nomeadamente o golfe) - Certificação ambiental no sector do turismo com vista à promoção de uma imagem regional amiga do ambiente - Implementação do conceito "Projecto Turístico Estruturante" - Oferta de um produto turístico integrado numa estratégia de comercialização baseada no espaço alargado ibérico - Aposta na contratação de pessoal especializado - Introdução de novas tecnologias para aumentar a competitividade regional - Criação/dinamização de redes de transferência tecnológica - Instalação de Centros/Pólos de Transferência Tecnológica - Aposta em novas formas organizativas do negócio, de promoção e divulgação mais centradas em estratégias colectivas - Criação da figura de Gestor de Centro Urbano - Ordenamento da logística para estimular os sectores comercial e industrial - Aumento da relevância atribuída ao comércio electrónico - Incentivar as exportações dos sectores com experiência - Diversificação do produto oferecido pelo sector da construção civil, apostando na renovação urbanística e delimitando a pressão imobiliária sobre as novas construções - Revitalização das áreas de baixa densidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência da oferta turística do mercado da Andaluzia - Perda de atractividade internacional do destino Algarve - Perda da importância da motivação turística indutora da procura do produto assente exclusivamente no binómio sol/praias - Excessiva concentração da procura num número reduzido de mercados - Ambiente económico pouco favorável à introdução da inovação - Dificuldade de atracção de investimento estrangeiro - Ausência de Centros/Pólos de Transferência Tecnológica - Ausência de actividades de <i>networking</i> que promovam a inovação - Falência de diversas empresas em alguns sectores com o correspondente impacto no desemprego da região - Redução dos recursos naturais, nomeadamente ligados ao sector da pesca

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Definição de uma política para o sector da indústria - Criação/consolidação de <i>clusters</i> industriais - Potencial de transferência de conhecimento entre investigadores e meio empresarial | |
|---|--|

2.2.2. Os sectores emergentes

Na secção anterior apresentaram-se os sectores onde coexistem condições de partida consideradas necessárias à sua dinamização, nomeadamente as naturais e científicas. Existem, no entanto, outras áreas de especialização do saber na Universidade que, a serem potenciadas e aproveitadas, podem dar origem à implementação de sectores emergentes na região.

As empresas ligadas ao sector da saúde terão espaço privilegiado, dado entroncarem com uma das áreas de expansão da Universidade, decorrente das potencialidades para a investigação existentes no sistema de saúde da região (hospitais e centros de saúde). Trata-se, portanto, de um sector de actividade ainda pouco coberto pelo tecido empresarial existente na região e com potencial turístico, que importa estimular.

O sector das energias renováveis constitui igualmente um dos sectores com elevado potencial de desenvolvimento na região. A Universidade tem estabelecido parcerias no sentido de promover o aproveitamento de forma eficiente dessas energias, estando envolvida no projecto de criação de uma central térmica. Em simultâneo, foi desenvolvido um projecto piloto que visou promover a gestão eficiente dos consumos de energia dos estabelecimentos hoteleiros da região. No entanto, a ausência de uma sensibilização do sector aos ganhos resultantes das economias de energia tem-se traduzido numa reduzida adesão à ideia da conversão das unidades hoteleiras.

Outra das áreas identificadas como possuindo potencial de interligação entre meio empresarial e investigação é a dos sistemas inteligentes. As empresas a emergir nesta área terão claramente uma orientação para o mercado externo. Para o surgimento de empresas nesta área com características de *spin-off* será central a intervenção de um Pólo Tecnológico.

Com efeito, essa tarefa não pode ser concretizada apenas pelas incubadoras, dado que estas apenas parcialmente conseguem seleccionar as empresas com maior potencial de desenvolvimento estratégico para a região, apostando por isso numa dispersão de empresas por inúmeros sectores de actividade. Esta situação resulta da ausência de um quadro de referência estratégico de orientação à selecção dos projectos regionalmente mais interessantes.

Em paralelo, o sistema financeiro está organizado por forma a financiar os sectores de actividade nucleares na região, não incentivando projectos arrojados e inovadores, por os considerar de maior risco. Como entidades avessas ao risco, praticam *spreads* menos favoráveis aos promotores dos projectos que não oferecem à partida garantias elevadas de sucesso. Este comportamento incentiva a prevalência do investimento nos principais sectores com representatividade regional, dado não haver um enquadramento financeiro facilitador do recurso ao crédito por parte das empresas posicionadas em sectores novos e/ou emergentes, considerados de relevo regional. O recurso ao sistema financeiro surge, assim, para financiar a renovação de algum equipamento e de imagem das empresas dos

sectores dominantes, em detrimento do apoio a projectos de desenvolvimento tecnológico, de processos de internacionalização e de ideias inovadoras.

No que se refere ao capital humano de suporte à dinamização do tecido empresarial, o crescimento do número de alunos diplomados com formação inicial, embora acentuado, não tem implicado uma maior aproximação da Universidade ao meio empresarial, consubstanciando-se tal facto na reduzida dinâmica de empreendedorismo evidenciada pelos seus diplomados, os quais não têm dado origem a empresas *start-ups*. Para essa situação muito contribui a insignificante taxa de retorno ao ensino superior dos alunos diplomados.

A análise SWOT dos potenciais sectores emergentes na região é apresentada na tabela seguinte.

Análise SWOT dos sectores emergentes

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um número crescente de diplomados com formação inicial e com formação avançada - Existência de centros de I&D nas áreas de investigação das ciências dos sistemas inteligentes, e das ciências da saúde - Crescente sensibilidade do papel da Universidade na promoção da transferência de tecnologia e no estímulo ao empreendedorismo - Facilidade na definição de grupos de investigação multidisciplinares - Condições naturais favoráveis ao aproveitamento das energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzido investimento em I&D, principalmente tendo por base o financiamento do meio empresarial - Nível reduzido de investimento público em I&D na região - Reduzida articulação entre investigação e meio empresarial - Perda do elo de ligação dos diplomados à Universidade - Inexistência de cursos de formação aos diplomados para a criação de um negócio - Insuficiente formação em gestão por parte dos potenciais empreendedores - Ausência de um enquadramento facilitador às empresas propiciado pela Adm. Pública - Reduzida cultura de cooperação entre sectores - Insuficiente número de estruturas incubadoras de novos negócios - Ausência de um quadro de referência regional para a definição das empresas a incluir nas incubadoras - Rigidez do sistema financeiro
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Mercado para o retorno à Universidade de diplomados para a obtenção de estudos pós-graduados que permitam a aproximação da comunidade aos grupos de investigação - Espaço para a criação de novas empresas assentes no empreendedorismo e na relação entre áreas de investigação com potencial de mercado - Reforço do papel do CRIA na dinamização de empresas <i>spin-offs</i> - Criação do Pólo de Transferência Tecnológica - Criação de um fundo de capital de risco regional - Criação/ampliação de redes de transferência de conhecimento geradoras de novas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de um Pólo de Transferência Tecnológica - Dificuldade de atracção de investimento estrangeiro para sectores emergentes de valor acrescentado - Aumento da concorrência resultante do alargamento da U.E. - Ambiente económico pouco favorável à introdução da inovação - Rigidez na carreira dos investigadores não facilitadora da mobilidade Universidade/empresa - Valorização da componente científica da investigação em detrimento da componente empresarial - Reduzida flexibilidade do sistema financeiro na concessão de empréstimos a projectos em novas áreas e promovidos por indivíduos jovens (empreendedores)

2.3. Recursos humanos, emprego e coesão social

As problemáticas da valorização dos Recursos Humanos e do Emprego adquirem particular relevância no horizonte do próximo período de programação dos Fundos Estruturais, pelos contributos que podem proporcionar para uma estratégia de desenvolvimento que valorize a qualificação dos recursos e dos factores de competitividade regionais, mas que contemplem, simultaneamente, as exigências que decorrem da coesão social.

Essa relevância é centrada em dois quadros de referência complementares:

- (i) Desenvolvimento e concretização da Estratégia Europeia para o Emprego e, designadamente, das políticas activas de emprego, com destaque para as medidas e modalidades formativas que operacionalizam a Estratégia da Aprendizagem ao Longo da Vida;
- (ii) Objectivos específicos associados à reforma das políticas de coesão referentes à valorização dos recursos humanos apoiadas pelo FSE e que veiculam justamente a relação competitividade/coesão:
 - reforçar a qualificação dos recursos humanos para aumentar o potencial de emprego e a produtividade do trabalho (objectivo convergência); e
 - melhorar a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas/inclusão social dos mais desfavorecidos/lutar contra as discriminações/desenvolver parcerias e redes para o emprego e a inclusão (objectivo competitividade regional e emprego).

Esta abordagem multifacetada da mobilização de recursos e iniciativas, sob a matriz da qualificação dos recursos humanos no Algarve e no horizonte da próxima década, deve caminhar em paralelo com intervenções consistentes nos seguintes domínios:

- (i) Inovação e desenvolvimento tecnológico (segundo uma lógica de consolidação de competências regionais); e
- (ii) Iniciativa empresarial/empreendedorismo, domínio crucial para a renovação do tecido socio-económico regional e para a validação/integração de competências escolares e profissionais.

A demografia regional regista uma trajectória de evolução positiva no último período intercensitário, com a população residente a crescer cerca de 16%, fruto da alteração de fluxos migratórios explicados pela oferta de emprego no complexo de actividades da imobiliária turística, alojamento hoteleiro, restauração e lazer e pela dinâmica da função residencial, sobretudo da população estrangeira aposentada.

A evolução da taxa de actividade é globalmente positiva, aproximando-se da média do Continente (cerca de 60%, em 2003), num contexto em que a participação feminina no mercado de trabalho se vem acentuando.

As dinâmicas de actividade empresarial, que constituem o vector-chave do dinamismo empregador, são fortemente marcadas pelas actividades de especialização económica regional: alojamento, restauração e hotelaria, construção civil e actividades imobiliárias, serviços de natureza económica às famílias e às empresas. A quebra acentuada da ocupação da população empregada nas actividades primárias reflecte a perda de relevância destas na economia regional,

sem prejuízo de existir um volume de emprego informal com algum significado, designadamente nas actividades agro-rurais e na pesca artesanal.

Esta componente de emprego informal constitui uma tendência pesada da economia regional, com consequências na estruturação do mercado de emprego, nos modelos de organização do trabalho nas empresas de base familiar, na capacidade de ajustamento ao ciclo de actividades com procura de mercado e na própria composição do rendimento disponível das famílias.

Em termos mais estruturais do sistema regional de emprego, o dinamismo da demografia empresarial, alimentado pelas reduzidas barreiras à entrada de um conjunto importante de actividades, assenta na procura de baixos níveis de qualificação, numa forte mobilidade profissional e numa reduzida fixação de competências escolares de base técnica. Numa região com uma oferta consolidada de formação escolar média e superior, a percentagem de activos empregados com qualificações mais elevadas não excede os 7%, quando a média do Continente se situa nos 10%.

Os níveis de desemprego continuam a apresentar oscilações resultantes da sazonalidade das ocupações nas actividades de especialização. Existe, no entanto, um conjunto de traços estruturais de caracterização, tendo presente a evolução dos últimos doze meses (período Outubro de 2004 a Outubro de 2005):

- volume de desempregados a oscilar entre 11.620 e 11.729;
- desempregados inscritos nos Centros de Emprego da região predominantemente do sexo feminino, metade dos quais com idades compreendidas entre os 25/49 anos e com menos de seis anos de escolaridade;
- relativo crescimento do volume de inscritos tende a reflectir uma menor capacidade de absorção, por via da sazonalidade, conforme decorre dos valores referentes ao período do Verão (por exemplo, em Agosto de 2004 estavam registados 9.521 desempregados e um ano volvido 9.664);
- acréscimo recente do peso dos desempregados com mais de 12 anos de escolaridade (acima de 10% do volume de inscritos), a par de uma elevada rotação emprego/desemprego que estabelece uma pressão significativa sobre o subsídio de desemprego e os apoios à contratação.

A análise dos níveis de habilitação da população empregada evidencia défices acentuados de qualificação escolar (e também profissional) dos activos da região, com destaque para as actividades turísticas que pressionam saídas precoces do sistema escolar e não estimulam o investimento na formação de activos, em resultado do predomínio de relações precárias de trabalho nas empresas dessas actividades.

A região tem uma estruturação de recursos formativos expressiva (unidades de formação e estabelecimentos de ensino), em que avultam a oferta de formação escolar secundária e superior (universitária e politécnica) e de formação profissional inicial e contínua da rede pública (IEFP).

Nos últimos quatro anos, tem-se registado uma evolução ligeiramente negativa do volume de alunos matriculados e de formandos nos diversos níveis/modalidades de formação:

- ensino básico (1º/2º/3º ciclo), menos 1%;
- ensino secundário, menos 8,6%;
- ensino superior, menos 7,8%;
- formação contínua de activos, decréscimo entre 5 e 10%, segundo as prioridades de formação.

O volume de alunos da educação pré-escolar, dos cursos de especialização tecnológica e da formação em alternância (sistemas de aprendizagem), por sua vez, tem registado uma evolução positiva.

No entanto, observa-se um insuficiente aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, nomeadamente nos domínios da formação para o desenvolvimento e a empregabilidade nas áreas de baixa densidade e da formação para a administração local, reflectindo o escasso dinamismo da procura, a par de alguns constrangimentos no preenchimento de requisitos regulamentares do FSE.

Do lado da Universidade, constata-se uma concentração de alunos matriculados em áreas de ponta das ciências da vida e das engenharias, mas também em economia e gestão, nomeadamente ao nível de licenciaturas. Em termos de áreas de formação, os cursos de licenciatura com maior número de alunos matriculados em 2004/2005 foram a gestão de empresas, a economia, a biologia marinha e pescas, a engenharia biotecnológica, a engenharia do ambiente, a engenharia de sistemas e informática. Nas Escolas Superiores (Tecnologia e Hotelaria e Turismo, nomeadamente), o maior volume de matriculados ocorreu nos cursos de gestão, turismo, engenharia eléctrica e electrónica, engenharia civil e engenharia mecânica.

Este perfil de frequências posiciona as Faculdades e Escolas da Universidade do Algarve num patamar de relação activa com trajectórias formativas que valorizam uma integração no mercado de trabalho menos dependente do emprego público e mais ligadas ao empreendedorismo e a funções técnicas e de gestão, próximas da economia empresarial.

Trata-se de uma dinâmica de frequência que segue de perto a capacidade de estruturação de recursos de I&D em torno da Universidade, designadamente com a dinâmica de actividade de investigação e de prestação de serviços ao exterior de Unidades como o Centro de Ciências do Mar, o Centro de Investigação Marinha e Ambiental, o Centro de Sistemas Inteligentes, o Centro de Biomedicina Molecular e Estrutural e o Laboratório de Engenharia Sanitária da Escola Superior de Tecnologia.

Alguns destes centros começam a estruturar uma actividade mais consistente de desenvolvimento experimental e de prestação de serviços ao tecido empresarial regional e supra-regional, revelando capacidade de integração de recursos humanos com formação avançada, sendo, todavia, ainda insuficiente a capacidade de desenvolvimento de projectos em consórcio entre estas Unidades de I&D e as empresas regionais e supra-regionais.

Os constrangimentos assinalados em matéria de qualificações escolares e profissionais têm condicionado grande parte dos resultados no domínio das formações sectorialmente orientadas (p.e., para os profissionais de turismo), das quais seria de esperar contributos assinaláveis para a melhoria da qualidade da oferta de serviços existentes e prestados pelos estabelecimentos da hotelaria e da restauração.

Os resultados do Programa +Algarve, da iniciativa do INFTUR e do IEFEP e que visava prevenir e atenuar os efeitos da sazonalidade do sector, combater o desemprego sazonal, aumentar as condições de empregabilidade e melhorar a qualidade na prestação de serviços em vista da competitividade da oferta, não se revelaram animadores, desde logo, em termos da adesão dos destinatários prioritários (unidades empresariais e beneficiários directos). No entanto, as acções concretizadas no âmbito do Programa contribuíram para a melhoria dos níveis e da qualidade do emprego (qualificações e relação contratual), para o reforço da capacidade formativa e para o ajustamento da oferta às necessidades e exigências dos trabalhadores e das empresas.

As componentes de formação empresarial e a integração de módulos referentes aos valores regionais (p.e., alimentação na hotelaria) não se revelaram suficientemente inovadoras e atractivas (horários, conteúdos, recursos e materiais didácticos) para os destinatários, constituindo uma das áreas de menor impacto.

A actuação do serviço público de emprego tem procurado valorizar uma relação de proximidade com os destinatários-alvo das políticas activas de emprego, segundo uma atitude pró-activa dos serviços que visa melhorar os índices de penetração daqueles serviços no mercado de emprego.

No quadro da actividade das Redes Regionais para o Emprego, e tendo em vista o combate ao desemprego e a inserção dos públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho regional, foi concebido o Projecto ISERA.

Os resultados positivos daquelas Redes e desta metodologia de intervenção têm contribuído para a melhoria dos níveis de ajustamento oferta/procura de emprego e para a eficácia da absorção, pelas entidades beneficiárias e destinatários finais, dos apoios à formação profissional e à empregabilidade na região. Uma das áreas de intervenção das Redes assentou no trabalho mais curativo junto de populações com especiais dificuldades, onde se revela notória a desqualificação social (população com escolaridade inferior ou igual à obrigatória, saída antecipada do sistema de ensino, desempregados de longa duração, níveis de desemprego mais elevados, residência em alojamentos não clássicos, privação económica e situações de marginalidade social).

No plano da inclusão social, a região apresentava (cf. Estudo das *Tipologias Sociais de Desfavorecimento*, MTSS, 2003) condições desfavoráveis face à média nacional, especialmente nos índices de criminalidade, condições de habitação e *handicaps* sociais. Estes elementos de desqualificação social, de desafiliação e de privação económica não têm encontrado respostas satisfatórias a partir da rede de equipamentos sociais e das oportunidades de integração económica, aspecto tanto mais relevante quanto a região tem acolhido um elevado número de estrangeiros, com maior atractividade para as estratégias de mobilização de mão-de-obra dos empregos sazonais. Nos dois últimos anos, a situação agravou-se tanto nos concelhos mais populosos e dinâmicos do litoral (agravamento dos índices relativos a especiais dificuldades económicas e crescimento do volume de imigrantes desempregados), como nos concelhos da serra algarvia fortemente marcados pelos efeitos da vaga de incêndios florestais (desestruturação social e económica das populações locais).

O diagnóstico acima reproduzido é apresentado de forma resumida e estruturada no quadro SWOT seguinte.

Análise SWOT relativa aos recursos humanos e emprego

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Trajectória de evolução positiva da demografia regional na década de noventa (1991-2001) - Evolução favorável dos indicadores do ensino pré-escolar - Existência de capacidade formativa de nível médio e de oferta universitária em áreas de especialização da região e outras com carácter inovador - Unidades de excelência a operar no complexo de actividades turísticas e de lazer - Rede de Unidades de I&D da Universidade e estruturação de capacidades de prestação de serviços às empresas regionais e supra-regionais - Oferta de Parques Empresariais e de Logística com capacidade para reordenar e qualificar actividades produtivas dispersas e atrair novos investimentos (a complementar pela revisão da política de rendas e de incentivos à fixação de empresas) - Atitude pro-activa do serviço público de emprego no desenvolvimento da oferta formativa ajustada às necessidades específicas e na promoção da empregabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Fragmentação do tecido empresarial e reduzida base de acumulação económica, com efeitos negativos sobre o potencial empregador - Peso relativo do emprego informal na economia da região, com reflexos negativos na estruturação do mercado de emprego - Reduzida fixação de competências escolares de base técnica pelo tecido empresarial - Fraco dinamismo de procura empresarial de serviços de apoio tecnológicos - Tendência de crescimento absoluto do desemprego e relativo nos segmentos dotados de habilitação média e superior - Resultados e efeitos insatisfatórios das políticas activas de emprego (p.e., educação e formação de jovens e de adultos, reconversão profissional, ...) - Indicadores sociais abaixo da média nacional, sobretudo em concelhos do interior
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Projecto de criação de um Parque de Ciência e Tecnologia/Pólo Tecnológico para instalação de unidades de I&D da UAlg e de um Centro de Incubação de Empresas - Criação de oportunidades de emprego em actividades relacionadas com a economia de conhecimento, absorvente de competências avançadas com origem na formação universitária - Existência de novas oportunidades de emprego no domínio dos serviços de apoio à actividade económica e em áreas associadas ao investimento imaterial - Consolidação de oportunidades de emprego no complexo de actividades da reabilitação urbana (funções de gestão e de execução e manutenção/reparação) - Novas oportunidades de emprego no domínio da gestão/manutenção de equipamentos municipais - Procura de formação em domínios estratégicos para a qualificação dos recursos humanos regionais (formação para o empreendedorismo, formação sectorial especializada – ambiente, construção, actividades turísticas, produtos regionais, formação técnica – gestão e execução para os serviços de proximidade,...) 	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade problemática das iniciativas empresariais em termos de consolidação/rentabilidade económica de projectos e investimentos, com efeitos negativos potenciais sobre o emprego e a absorção de competências - Emergência consistente, com prolongamento no tempo, dos índices de desemprego de pessoal qualificado, situação predadora de competências, com reflexos na migração de recursos humanos formados na região - Eventuais constrangimentos de actividade e desenvolvimento de projectos inovadores e de serviços estratégicos às empresas - Florescimento de situações de pobreza e exclusão social acentuadas pela redução de efeitos proporcionados pelos dinamismos sazonais - Dinâmica de “empregos de oportunidade”, com efeitos nas saídas precoces do sistema escolar e mantendo, em níveis recuados, as “performances” regionais de qualificação média da população empregada - Incapacidade de estruturar/participar em redes/plataformas de Ciência e Tecnologia, nacionais e internacionais

2.4. Rede urbana e infra-estruturas económicas e sociais

A rede urbana da região, bem como o povoamento e desenvolvimento económico do Algarve, são, à escala regional, relativamente assimétricos, concentrando o litoral sul – entendido como a faixa litoral entre Lagos e Vila Real de Santo António, acrescida do Barrocal – a grande maioria da população permanente, do emprego, da geração de riqueza e das oportunidades de investimento. A rede urbana tem evoluído para

um sistema cada vez mais polinucleado, envolto por espaços de povoamento disperso e extensivo. Esta assimetria é justificada não só pela geografia da região e dificuldades de acessibilidade às áreas do interior, mas, também, pela localização e disponibilização dos recursos necessários às principais actividades económicas, sejam o turismo, sejam as indústrias e os serviços, no litoral, sejam as actividades territorialmente extensivas próprias do interior e da Costa Vicentina.

Não se pode afirmar que a rede urbana da Região, que se organiza a partir do litoral sul, tanto em termos funcionais, como em extensão e importância das áreas urbanizadas, seja «desequilibrada». A importância relativa dos núcleos urbanos e das suas aglomerações e, futuramente, as suas especializações funcionais numa rede policêntrica, serão sempre função quer das actividades económicas que suportem, sejam elas mais extensivas ou intensivas em termos do território de que necessitem para se desenvolver, quer do modelo territorial que venha a ser implementado. As actividades do sector primário, o desenvolvimento rural e a conservação da natureza traduzem-se em modelos territoriais extensivos enquanto o turismo de sol e praia e o turismo urbano correspondem a ocupações intensivas do território.

Neste sentido, a política de infra-estruturação e de dotação em equipamentos e serviços é determinante para a transformação ou consolidação das novas cidades, entendidas como áreas funcionais.

A rede urbana do Algarve estrutura-se hoje, a partir de duas polinucleações de importância principal:

- Loulé – Faro – Olhão, com interligações com S. Brás de Alportel e Quarteira –Vilamoura;
- Lagoa – Portimão – Lagos, com interligações com Silves;

Num segundo nível de importância, surgem:

- Albufeira – Guia em articulação com as duas polinucleações anteriores;
- Vila Real de Santo António – Castro Marim, com interligações com a Andaluzia;
- Tavira – na articulação do conjunto anterior com o conjunto centrado em Faro.

Esta rede urbana organiza-se a partir do litoral sul, tanto em termos funcionais, como da extensão e importância das áreas urbanizadas. O desejável equilíbrio do modelo territorial, não só deve assentar neste facto – que resulta da evolução das actividades que estão na sua origem –, mas, também, na intensidade económica e de mão-de-obra das actividades urbanas e não urbanas que justificam e viabilizam a evolução da rede urbana.

A nível europeu, o Algarve é uma região periférica, sobretudo em termos de acessibilidade terrestre, condicionada pela distância ao centro da Europa e pela falta de infra-estruturas ferroviárias de transporte de alta velocidade. Este condicionamento é muito menor em termos de transporte aéreo, devido à acessibilidade conferida pelo Aeroporto Internacional de Faro. No entanto, existe uma carência de aeródromos para pequenas aeronaves, em especial junto a Faro, que permita aumentar a capacidade operacional do Aeroporto Internacional de Faro para as aeronaves de maiores dimensões, sobretudo na época alta. Existe também carência de articulação multimodal do Aeroporto.

A rede rodoviária do Algarve estrutura-se a partir do IP 1/A 2 e da VLA (A 22) que estabelecem a ligação ao resto do país e a Espanha. A A 22 estrutura ainda as ligações longitudinais regionais no sentido Este – Oeste e é complementada por duas vias de distribuição intra regionais: a sul a ER 125 e a norte a ER 124/ER 267. A ER 125 estabelece a interligação do sistema urbano (polinúcleado) regional litoral, desempenhando o eixo transversal serrano (ER124/267) o mesmo papel no interior, ligando entre si as principais sedes de concelho e freguesias serranas. A malha rodoviária regional principal completa-se através de algumas ligações norte-sul, que asseguram o acesso directo aos centros do interior serrano, bem como as principais ligações ao Alentejo. É o caso do IC 27 e IC 4, da EN 2, EN 266 ou EM 397. Na maioria destes casos torna-se ainda necessária a construção de trechos de vias em falta ou o melhoramento dos traçados existentes.

Ao nível do transporte ferroviário, a ligação entre Lisboa e Faro foi recentemente modernizada (renovação e electrificação da linha, em via única e bitola ibérica), o que contribui para a melhoria da ligação do Algarve com o resto do país. A linha Lagos-Vila Real de Santo António (à excepção do troço Tunes-Faro) requer modernização urgente. A continuação da modernização desta infra-estrutura contribuirá para a melhoria da sua articulação intermodal com outros modos de transporte, designadamente a construção da nova estação central do Algarve, preparada para vir a fazer a articulação regional ferro e rodoviária com a RAVE (Lisboa – Faro – Sevilha) e também com a actual linha ferroviária Lisboa – Faro (que necessitará de um novo ramal para ligação à nova estação), e a modernização da infra-estrutura regional.

O transporte marítimo tem muito pouca expressão, devido à ausência de portos comerciais para navios de maior calado e à pouca importância do transporte marítimo de mercadorias, com excepção do transporte de combustíveis por navegação de cabotagem – ‘short sea’ (para o porto de Faro/Olhão), mesmo assim em perda, e da navegação de cruzeiros (no porto de Portimão), em crescimento.

O abastecimento de combustíveis (sólidos e gasosos) é hoje feito através do porto de Faro/Olhão e por estrada, tanto a partir do país, como de Espanha. Apenas a cidade de Olhão dispõe de rede pública de abastecimento de gás. O abastecimento da região em combustíveis (gasolina, gasóleo, *jet fuel* e gás), através do porto de Faro/Olhão, enfrenta o desafio da concorrência entre fornecedores nacionais e espanhóis, por via terrestre.

O abastecimento regional em energia eléctrica deriva de três linhas de Alta Tensão. Existe uma pequena central eléctrica em Tunes, de tecnologia ultrapassada, que importa encerrar ou reconverter. O sistema ainda apresenta importantes estrangulamentos, em capacidade e qualidade. Em algumas zonas da região, as interrupções de fornecimento são frequentes, tal como as variações de tensão, e existem ainda algumas insuficiências de cobertura da rede.

No que respeita ao consumo de energia eléctrica (dados de 2002), a região do Algarve representa 4,3% do consumo nacional, sendo 1,6% relativo ao consumo doméstico (o consumo doméstico nacional representa 27% da energia consumida).

A situação da região quanto a equipamentos educativos não apresenta carências graves, nem generalizadas. As alterações da distribuição da população na região, seja por migração interna do interior para o litoral, seja por envelhecimento da população do interior, seja ainda em resultado do forte afluxo de imigrantes, causam dificuldades: piores condições de acesso aos equipamentos do 1º ciclo do ensino básico por parte das populações das quatro freguesias (em 84) com menores

populações escolares, onde estes equipamentos não existem; aos equipamentos de ensino do 2º e 3º ciclos, os quais existem apenas em 43 das 84 freguesias, e que coincidem com os concelhos menos desenvolvidos; e aos equipamentos do ensino secundário, que apenas existem em 11 das 16 sedes de concelho (dados de 2002/2003). Os transportes escolares e os transportes colectivos assumem, pois, uma grande importância.

A Universidade do Algarve, com os seus pólos de Faro (Penha e Gambelas) e de Portimão, tem desempenhado um importante papel como factor de desenvolvimento, não só pela actuação desenvolvida no domínio do ensino e da investigação, mas também pelas acções realizadas em parceria com outras entidades públicas e com a iniciativa privada, que vieram a revelar-se um importante factor de estímulo à criação de novas empresas, de indústrias baseadas no conhecimento e tecnologia e de serviços avançados, destinados ao mercado extra-regional.

As principais carências no sistema de saúde da região resultam de um número insuficiente de profissionais de saúde aqui alocados, da insuficiente oferta de camas de internamento de agudos e de cuidados continuados, bem como da reduzida ou inexistente oferta de algumas valências clínicas, nas áreas da neurocirurgia, cirurgia vascular, plástica e reconstrutiva, e cardio-torácica. O crescimento demográfico verificado nos últimos anos, resultante da migração interna e externa, o envelhecimento populacional das áreas de baixa densidade demográfica do interior algarvio, o elevado número de cidadãos estrangeiros de idade avançada a residir na região e o grande volume de população visitante nos meses de Julho a Setembro, colocam problemas adicionais ao sistema regional de saúde e à satisfação das necessidades nesta área.

O Algarve é servido por dois hospitais oficiais – o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, sediado em Portimão e Lagos que serve 7 concelhos; e o Hospital Distrital de Faro, sediado em Faro, que serve 9 concelhos, bem como toda a região nalgumas valências mais diferenciadas – com uma totalidade de 795 camas de internamento. Existem ainda quatro hospitais privados, Hospital Privado de São Gonçalo de Lagos, sediado em Lagos, Hospital Particular do Algarve, sediado no Alvor, Hospital da Misericórdia de Portimão, sediado em Portimão e Hospital Privado Santa Maria de Faro, sediado em Faro, com uma totalidade de 78 camas de internamento. A região algarvia dispõe de uma rede de cuidados de saúde primários assente em 16 centros de saúde com 68 extensões de saúde que cobrem todo o território; conta ainda com um Centro de Medicina Física e Reabilitação, situado em São Brás de Alportel, e de uma unidade de radioterapia privada situada na cidade de Faro. O número de camas hospitalares por mil habitantes (2004) é apenas de 2,1, (1,9 nos hospitais oficiais). A capitação de pessoal de saúde no Algarve (2004) é de 2,7 médicos por mil habitantes (a média nacional é de 3,3 médicos/mil hab.) e de 3,8 enfermeiros por mil habitantes (a média nacional é de 4,4 enfermeiros/mil hab.).

Quanto a equipamentos desportivos existem apenas 10 concelhos com piscina coberta e/ou pavilhão desportivo municipal. Existem campos de jogos em 68 das 84 freguesias da região. As 16 freguesias que não dispõem deste equipamento são freguesias do interior/periferia. Restam ainda 6 concelhos sem piscinas cobertas e outros 6 sem pavilhão desportivo municipal dimensionado para a população do concelho.

Em termos de segurança social, a rede de creches cobre apenas pouco mais de metade das freguesias da região. Em termos de centros de dia para a terceira idade,

57 freguesias dispõem deste equipamento, sendo as maiores carências no litoral. Todos os concelhos dispõem de Lar de Idosos.

Quanto a equipamentos culturais e de recreio, as salas de espectáculo/ conferências/ congressos existem principalmente nas freguesias do litoral sul, faltando ainda servir 6 sedes de concelho. Para completar a Rede Nacional de Bibliotecas (IPCB) resta servir 4 concelhos e completar bibliotecas em curso noutros tantos.

O entendimento do passado recente, de que o Algarve não é uma região com um sector industrial, levou à falta de provisão em planeamento e de oferta no mercado de solo infra-estruturado em áreas empresariais. As áreas infra-estruturadas para localização empresarial existentes na região são 23, repartidas por 12 concelhos.

Em termos de saneamento básico, o Algarve apresenta já bons níveis de atendimento (dados de 2003). Cerca de 93% da população é servida por redes de abastecimento de água, enquanto que 84% tem drenagem de águas residuais e 80% é servida por sistemas de drenagem de águas residuais que incluem o seu tratamento.

O diagnóstico acima reproduzido é apresentado de forma resumida e integrada no quadro SWOT seguinte.

Análise SWOT relativa à rede urbana, infra-estruturas e equipamentos sociais

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das redes e do nível de prestação de serviços à população em matéria de infra-estruturas e de equipamentos de utilização colectiva - Aumento do nível de conexão inter e intra-regional, em especial no sentido longitudinal - Modernização das infra-estruturas e qualificação da oferta de serviços aeroportuários - Qualificação e diversificação da oferta comercial e melhoria das infra-estruturas de logística comercial 	<ul style="list-style-type: none"> - Agravamento das assimetrias intra-regionais, em matéria de distribuição da população e de urbanização - Densificação no litoral das áreas envolventes aos centros urbanos principais e das áreas intersticiais e falta de articulação do sistema urbano regional - Aumento das situações de conflituosidade decorrentes da intensa urbanização e construção no litoral, sem níveis de serviços, de equipamentos e qualidade ambiental satisfatórios - Aumento elevado da percentagem de fogos destinados a segunda residência e de fogos vagos - Deficiências em matéria de conexão viária intra-regional, de oferta de serviços de transportes públicos, da rede regional ferroviária e da implementação de sistemas intermodais - Debilidade das áreas de localização empresarial existentes e das infra-estruturas logísticas de apoio à actividade económica - Subaproveitamento dos portos comerciais de Faro e Portimão - Debilidades nos sistemas de apoio social e de saúde
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da acessibilidade rodó e ferroviária da região às outras regiões nacionais e ibéricas e maior papel do aeroporto no tráfego internacional - Crescimento da procura em mercados europeus de terrenos para construção de segunda residência em regiões com as características do Algarve - Inserção da região na rede de infra-estruturas de comunicação de ligação intercontinental 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação de periferidade da região no espaço europeu, agravada por atrasos na concretização das redes transeuropeias - Atrasos na concretização do corredor sudoeste ibérico e deficiente conexão com redes intercontinentais aéreas e marítimas - Falta de ligação ferroviária à Andaluzia - Dificuldade de inserção do aeroporto em rotas regulares e directas

<ul style="list-style-type: none"> - Afirmação do sistema urbano-regional em torno dos pólos de Faro e Portimão com fixação de recursos e equipamentos geradores de massas críticas para a atracção de fluxos de investimento - Reabilitação e valorização dos centros urbanos, dotando-os de uma rede de equipamentos colectivos coerente e equilibrada 	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência do aeroporto de Sevilha - Marginalização da região face a projectos nacionais estruturantes (gás natural, TGV) - Agravamento dos desequilíbrios entre a faixa litoral e os aglomerados de menor dimensão e aldeias rurais
--	--

2.5. Ambiente e prevenção de riscos

No Algarve, o ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mas também como um recurso de suporte à sua especialização económica. A competitividade do *cluster* Turismo e Lazer está vitalmente dependente da capacidade de recuperação da qualidade do espaço público e da paisagem e de elevados níveis de protecção do ambiente e do património. A promoção da qualidade ambiental é, assim, uma questão prioritária no litoral de ocupação turística mais intensa, tanto em termos de salvaguarda como de valorização.

Os níveis e a qualidade de atendimento em saneamento básico actuais ainda não atingiram os níveis europeus, embora sejam já próximos, sendo indispensável articular a política de saneamento com uma gestão eficaz do planeamento urbanístico para que tal seja possível, e sem retrocessos.

A água para consumo humano no Algarve é maioritariamente de origem superficial e é captada nas albufeiras de Beliche e de Odeleite, no Sotavento, e do Funcho e da Bravura, no Barlavento. Estas albufeiras fornecem água às Estações de Tratamento de Água de Beliche, Tavira, Alcantarilha e Fontainhas, que integram o sistema multimunicipal de abastecimento de água da região. Para completar o abastecimento realizado a partir daquele sistema, da responsabilidade da empresa Águas do Algarve, SA, o município de Silves recorre a água de origem subterrânea para satisfazer grande parte das necessidades do concelho. Os concelhos de Alcoutim, Monchique e Aljezur, apesar de integrarem o sistema multimunicipal, são ainda servidos por soluções próprias de abastecimento, quer de origem subterrânea, quer de origem superficial. O sistema multimunicipal fornece água aos municípios com qualidade que garante a sua potabilidade. No entanto, o controlo da qualidade da água distribuída aos consumidores é da responsabilidade dos municípios. A região do Algarve apresenta um dos melhores desempenhos nacionais ao nível da qualidade da água para consumo.

Ainda assim, as principais causas de degradação da qualidade da água superficial da região prendem-se com pressões resultantes de actividades humanas, como por exemplo as descargas de águas residuais urbanas, industriais e de explorações agro-pecuárias (suiniculturas) sem tratamento adequado, bem como causas naturais associadas ao regime de precipitação torrencial, característico da região, que provoca o arrastamento de diversos materiais.

A poluição dos aquíferos, seja por águas residuais não tratadas de origem urbana ou com origem nas pecuárias, seja química por escorrência e infiltração de fertilizantes, herbicidas e pesticidas utilizados na agricultura, condiciona a qualidade das águas subterrâneas. Além da poluição de origem antropogénica, existe ainda uma contaminação de origem natural, devido à existência de rochas salíferas existentes em profundidade, que é a causa principal das concentrações elevadas de cloretos que se verificam em alguns aquíferos. Estas acentuam-se em situações em que os

níveis piezométricos estão mais baixos, devido à ausência de recarga e/ou aumento das extracções, com chamadas de água de maior profundidade e pior qualidade. Junto ao litoral, verificam-se, apenas situações pontuais de intrusão salina.

Dados do ano hidrológico de 2002/2003 revelam que não houve alterações significativas relativamente aos anos anteriores, tendo-se no entanto verificado uma melhoria em alguns sistemas (destacam-se a Campina de Faro, Albufeira – Ribeira de Quarteira, Chão de Cevada – Quinta João d’Ourém), resultado da diminuição das concentrações de cloretos. Nos sistemas dos aquíferos Querença-Silves e Luz-Tavira notou-se uma tendência para o aumento das concentrações de nitratos, de origem agrícola.

Na região algarvia, os recursos hídricos subterrâneos estão distribuídos por várias unidades hidrogeológicas que se localizam ao longo de todo o Algarve, nas zonas do Barrocal e do Litoral, sendo os seus recursos médios renováveis na ordem de $190 \times 10^9 \text{ m}^3/\text{ano}$, de acordo com Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBHRA). Por outro lado, os recursos hídricos superficiais utilizáveis encontram-se armazenados em diversas albufeiras existentes na região, que totalizam uma capacidade útil máxima de cerca de $250 \times 10^6 \text{ m}^3$. A pressão sobre os recursos hídricos no Verão aumenta significativamente, por força do grande acréscimo populacional e da maior necessidade de água para rega. Apesar da capacidade de armazenamento dos aquíferos e albufeiras permitir ultrapassar estas variações sazonais, poderá ser insuficiente para superar um conjunto de anos hidrológicos sucessivos desfavoráveis.

O saneamento básico, no Algarve, apresenta já bons níveis de atendimento: dados de 2003 revelam que cerca de 93% da população é servida por redes de abastecimento de água, enquanto que 84% tem drenagem de águas residuais e 80% é servida por sistemas de tratamento de águas residuais integrados no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais.

A reutilização de águas residuais tratadas provenientes de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) é apresentada como sendo um objectivo estratégico nacional do Plano Nacional da Água. A prática da reutilização desta água sempre que técnica e economicamente viável, para usos como a rega de espaços verdes, campos de golfe, zonas agrícolas, zonas florestais e lavagem de pavimentos urbanos e espaços públicos, permite a redução dos caudais captados nos meios hídricos, a redução de descargas de efluentes de ETAR para meios hídricos sensíveis e a utilização benéfica de nutrientes quando usada em irrigação. Dados de 2004 revelam que, em apenas 8 das 106 ETAR existentes no Algarve, as águas residuais tratadas são reutilizadas, prevendo-se que este número venha a aumentar a curto prazo com o aumento da procura e da disponibilização de efluentes tratados com qualidade compatível.

Quanto aos resíduos sólidos urbanos, pode considerar-se que a quase totalidade da população algarvia (97%) é servida por sistemas de recolha e tratamento, excluindo apenas as habitações isoladas, às quais não é possível prover esse serviço, por ser técnica e economicamente inviável. O destino final e o processamento de resíduos sólidos urbanos e industriais está ainda por resolver, designadamente quanto à reciclagem e à logística inversa, ainda que esta questão tenha uma dimensão nacional.

O actual sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos (em 2003) contempla 2 aterros, 8 estações de transferência, 2 estações de compostagem, 1175 ecopontos para recolha selectiva de vidro, papel e cartão, plástico e metal (aço e alumínio) e 2

pontos de recolha de pneus. Cerca de 48% dos resíduos industriais não perigosos e 99,7% dos resíduos industriais perigosos (em 2003) são valorizados no Algarve. Ainda se verificam situações de deposição de resíduos em locais inadequados para a sua recepção, nomeadamente os resíduos de construção e demolição (RC&D) e os resíduos agrícolas, para os quais não existem sistemas de gestão implementados; há apenas um areeiro, no concelho de Faro, onde é possível depositar RC&D, desde que devidamente separados.

O índice da qualidade do ar é analisado nas várias Estações de Monitorização da Qualidade do Ar (EMQA). A Rede de Qualidade do Ar do Algarve é composta por 7 EMQA activas, onde é feita a monitorização em contínuo de alguns dos principais poluentes atmosféricos. As estações de monitorização da qualidade do ar localizam-se em Portimão, Albufeira, Faro e Alcoutim.

A produção de energias renováveis representa hoje uma quota mínima, limitando-se à produção eólica no Barlavento e a alguma utilização de painéis solares para aquecimento de água.

Os principais riscos naturais são: o risco de incêndio florestal, devido à falta de ordenamento, de manutenção e de vigilância da floresta, associado também às condições meteorológicas extremas da região (períodos com temperaturas diurnas e nocturnas acima da média, humidade relativa baixa e ventos de forte intensidade); o risco sísmico, sobretudo ao longo das falhas tectónicas activas; o risco de inundação em alguns trechos das ribeiras do Algarve; e os riscos de derrocada de falésias junto das quais circulam pessoas e/ou se localizam actualmente edificações devido ao recuo da linha de costa.

A linha de costa algarvia alberga ecossistemas costeiros importantes sob o ponto de vista ecológico e biofísico, constituídos por sistemas diversos, nomeadamente dunas, praias, lagunas, lagoas costeiras, estuários, ilhas-barreira e arribas, albergando ainda alguns núcleos urbanos com grande valia social, cultural e económica. A existência de diversos conflitos de interesses e a pressão induzida pelo desenvolvimento urbano e pelas actividades económicas nas zonas costeiras continua a aumentar. Os fenómenos de origem natural e antrópica, influenciam o equilíbrio do sistema e têm levado à sua degradação sucessiva. A diminuição da quantidade de sedimentos que afluem à costa e a exploração pouco sustentável de recursos, tiveram um impacto negativo, existindo inúmeras áreas que evidenciam erosão costeira. No sentido de regular, requalificar e valorizar a zona costeira foram já feitos inúmeros esforços visando um adequado ordenamento, planeamento e gestão da faixa costeira, dos quais se destacam os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

Actualmente estão já aprovados e em implementação os 3 POOC previstos para a região do Algarve, considerando-se instrumentos de gestão importantes uma vez que promovem as bases para o ordenamento e uso das zonas costeiras, a gestão integrada das praias, o desenvolvimento sustentável do turismo, a regulação das águas costeiras e a conservação da natureza, tendo em conta a capacidade de carga da linha de costa.

Neste âmbito, foram identificadas as áreas sujeitas a erosão costeira e definidas faixas de risco associados à dinâmica natural dos sistemas (faixas de risco e protecção em arribas costeiras, faixas de risco de divagação de barras de maré). Nestas áreas há restrições ao uso e ocupação, com vista a prevenir conflitos decorrentes da ocupação humana e recessão das arribas.

As praias balneares foram igualmente objecto de um processo de ordenamento que permitiu a requalificação de muitas das estruturas existentes, a demolição de outras e ainda a criação de novos apoios de praia, de modo a proporcionar aos utentes a valorização das zonas balneares em condições de segurança e qualidade.

A análise SWOT da área do ambiente e dos recursos naturais na região é sistematizada na tabela seguinte.

Análise SWOT do ambiente e recursos naturais

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Reforço dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território e ambiente - Propagação de estratégias locais e regionais de promoção dos recursos regionais, naturais, patrimoniais e culturais, em prol de um desenvolvimento económico sustentável - Potencial da região para exploração de recursos endógenos e de novas fileiras de actividade económica, nomeadamente em convergência com o mercado turístico - Emergência de novas actividades no âmbito do <i>cluster</i> do turismo e lazer nas áreas de baixa densidade - Diversidade, dinâmica e heterogeneidade dos sistemas naturais e costeiros e por conseguinte área fortemente polarizadora de actividades - Amenidade das condições climáticas e elevada extensão de áreas protegidas e de grande biodiversidade - Condições naturais para a exploração das energias alternativas solar e eólica - Desenvolvimento de projectos-piloto, explorando energias alternativas e novas utilizações para recursos tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Densificação no litoral das áreas envolventes aos centros urbanos principais e das áreas intersticiais e falta de articulação do sistema urbano regional - Aumento das situações de conflituosidade decorrentes da intensa urbanização e construção no litoral, sem níveis de serviços, de equipamentos e qualidade ambiental satisfatórios - Algum desajustamento dos instrumentos de ordenamento do território face à necessidade de diminuir as assimetrias regionais - Crise do modelo de sustentabilidade das áreas de baixa densidade - Incapacidade regional de renovação e de dinamização de novas fileiras de actividade - Debilidade da concertação estratégica e da capacidade de reforço do <i>cluster</i> turismo e lazer - Deterioração de condições de preservação de áreas ambientalmente sensíveis, em especial da orla costeira, da paisagem e das áreas florestais - Permanência de resíduos de construção e demolição e de áreas de exploração de minério a céu aberto, sem recuperação ambiental e forte impacto na paisagem - Deficiente rede energética regional - Contaminação dos aquíferos, devido ao uso intensivo de pesticidas e fertilizantes e à ausência de tratamento de alguns efluentes - Pressão demográfica sazonal, afectando a qualidade do ambiente urbano e das áreas turísticas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação de rotas de cruzeiro e de náutica de recreio entre o Atlântico e o Mediterrâneo, favoráveis à posição geográfica do Algarve - Novo enquadramento das políticas de descentralização e de protecção e sustentabilidade ambiental - Crescente procura de produtos turísticos associados ao ambiente e ao mar - Valorização e redução de resíduos - Recuperação do espaço urbano e dos espaços naturais favoráveis à promoção da qualidade de vida - Reforço da aquisição de conhecimentos e investigação científica sobre as zonas costeiras e oceanos, nomeadamente através duma abordagem multi e interdisciplinar e através do fortalecimento das ligações da comunidade técnica e científica com as entidades gestoras 	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução económica e social do contexto internacional face a uma economia com forte especialização no sector do turismo - Política nacional para a floresta inadequada face ao potencial e à sustentabilidade dos recursos florestais na região - Mercado europeu alimentar muito competitivo, dificultando o posicionamento dos sectores de produção agrícola tradicionais na região - Crescente desertificação do solo e diminuição das reservas hídricas - Alterações na configuração da costa, reduzindo ou eliminando praias e destruindo falésias - Aumento da pressão populacional e urbanística sobre os ecossistemas naturais - Risco de poluição com origem no tráfego marítimo

3. Desafios a enfrentar no médio prazo

3.1. Inovação e competitividade empresarial

3.1.1. Desafios de ordem geral

O maior desafio que a implementação do próximo pacote de Fundos Estruturais colocará aos actores regionais será quebrar uma cultura institucional centrada em torno dos seus objectivos internos, criando os mecanismos necessários para a transferência de tecnologia, a promoção da inovação, o fomento da cooperação e a internacionalização dos mercados. Neste contexto, um reforço do posicionamento internacional nas redes transeuropeias e do nível de cooperação transnacional poderão ser determinantes para que a região assuma um papel de maior relevo no contexto internacional. Esse objectivo terá de passar por uma valorização da imagem da região e pela atribuição de marcas de origem aos produtos regionais. Para tal, a cultura da nova governação deverá nortear os processos de tomada de decisão por parte dos actores públicos, por forma a incentivar a criação de novas empresas geradoras de emprego e de elevado valor acrescentado para a região.

Um passo significativo nesse sentido será a promoção de um Fórum Regional de Inovação, que contemple a criação de subgrupos que dinamizem a construção dos elos necessários, para que, sector a sector, se formem equipas que estimulem a criação/reconversão de empresas inovadoras e competitivas, gradualmente mais abertas ao exterior e que apostem na internacionalização.

A dinamização da segunda fase do projecto Algarve Digital terá um papel importante, concentrando-se a sua incidência em três áreas-chave: imagem da região, ponte de relações e modernização da actuação do poder local e regional e plataforma tecnológica para a alta velocidade, tornando a região apelativa a investimentos e a segmentos de tecnologia que não dependem da proximidade ao mercado.

Olhando em particular para cada um dos sectores de actividade, é fundamental o alargamento do espectro de sectores de relevo na região. Para tal, e atendendo à dimensão média das empresas nos diversos sectores, a criação do Pólo Tecnológico é nuclear. No sentido da criação desse Pólo, existe inclusive uma proposta da Universidade do Algarve em conjunto com a Associação Nacional de Jovens Empresários, já apresentada junto do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, com vista à sua concretização. O Pólo Tecnológico, a implantar no Parque das Cidades, deverá entroncar com outros investimentos de suporte ao modelo em rede preconizado, de onde se destacam a construção do novo Hospital Central do Algarve, a edificação do Laboratório Regional de Análise da Qualidade da Água e a instalação da Delegação Regional do INEM.

O investimento no Pólo Tecnológico tem ainda a vantagem de incentivar a entrada de investimento directo estrangeiro (IDE), pelo que a política sobre ciência e inovação não pode estar dissociada da política de captação de investimento estrangeiro. As externalidades geradas pela transferência de conhecimento e de tecnologia, pela formação avançada dos recursos humanos e pela transmissão de técnicas avançadas de gestão entre empresas de capital estrangeiro e Universidade são mais do que suficientes para que se criem as condições necessárias à implementação do Pólo Tecnológico. A atracção de empresas internacionais gerará um ambiente propício à inovação na região, constituindo essas empresas uma âncora para o tecido empresarial regional.

Para além das questões de carácter mais institucional, há naturalmente que referir o desafio complementar que é colocado aos empresários, actores fundamentais de qualquer processo de inovação e modernização económica: o de serem capazes de se abrirem ao exterior, de integrarem redes de cooperação, de se articularem estreitamente com os centros de produção de conhecimento e de incorporarem ideias e processos novos nas suas actividades. Esta cultura de inovação e de reforço da qualidade é a chave para a competitividade da região num mundo globalizado, e dela depende, portanto, a continuidade e melhoria dos níveis de riqueza e bem-estar na região.

Ainda que se trate de um desafio de todos, o sector turístico assume, naturalmente, pelo seu peso e dinâmica no contexto regional, um papel determinante numa estratégia vencedora. É neste sector que se encontra a dimensão e massa crítica necessárias a um processo contínuo de melhoria do saber-fazer: trata-se de um sector por definição muito aberto ao exterior e com significativas áreas de excelência, e que já neste momento funciona como um motor do desenvolvimento regional, seja pelas relações económicas que estabelece com os restantes sectores da região, seja pela procura de qualidade que gera.

Com efeito, os empresários do sector turístico têm cada vez mais que estar conscientes de que a competitividade da região passa por eles e pela sua capacidade de indução noutros sectores de uma dinâmica e cultura de inovação. Há que “olhar mais para fora cá dentro”, ou seja, ter uma visão mais regional e menos individualista do desenvolvimento das suas empresas e favorecer/puxar por outras áreas, viradas tanto para a diversificação dos produtos turísticos como para os produtos alimentares tradicionais ou para a utilização dos recursos naturais algarvios.

3.1.2. Desafios a enfrentar pelos sectores de actividade já consolidados na região

A revitalização dos sectores já consolidados na região implica a adopção de algumas estratégias cooperativas por parte dos actores regionais, no sentido de garantir a manutenção da diversidade das actividades económicas que compõem o tecido empresarial.

A diversificação dos produtos oferecidos pelo turismo terá de assumir uma importância crescente para os actores regionais, por forma a que se possa gradualmente reduzir a sazonalidade do sector e respectivos efeitos no emprego.

Nessa diversificação do produto deve atender-se às tendências mundiais para o sector. As actividades ligadas ao desporto, nomeadamente ao golfe, ao lazer na terceira idade e à saúde serão áreas emergentes nos próximos anos. Essa aposta terá de ser ganha, sob pena da “política de colocar todos os ovos no mesmo cesto” vir a implicar perdas significativas na rentabilidade do sector, como aconteceu durante o ano de 2004. O *cluster* organizado em torno do binómio sol/praias, não podendo ser abandonado, deverá ser requalificado e reinventado por forma a reduzir a sazonalidade e a articular-se com outros segmentos/produtos mais dinâmicos, como o desporto e a saúde. Para conseguir dar resposta aos novos desafios impostos pela globalização, o sector do turismo terá de alargar horizontes, tendo por base um Mercado Interno Alargado Ibérico.

Neste contexto, é de destacar o território abrangido pela Ria Formosa, espaço singular que dispõe de condições excepcionais para suporte de um desenvolvimento

económico e turístico sustentável e para se constituir como um pólo de atracção intimamente ligado ao contacto e fruição da natureza. As suas características físicas únicas, de grande sensibilidade, requerem que o seu desenvolvimento se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes deste território.

A perspectiva de criação de redes com os diversos actores regionais que promovam a inovação encontra tradução num documento estratégico⁴ definido para o sector, o qual contempla a dinamização de “Fóruns” Regionais de Turismo pelas Agências Regionais de Turismo. No âmbito do quadro de competências das Agências de Turismo, estas têm de promover as condições necessárias para a investigação e a inovação no sector do turismo, sabendo-se que as empresas da hotelaria que mais inovam são as de maior dimensão e com cinco estrelas. Neste sentido, deverá haver uma aposta definitiva do sector na redução do efeito da sazonalidade no emprego, procurando incrementar a importância relativa do pessoal especializado ao serviço. Esta preocupação deverá ser acompanhada por uma reorientação nas práticas de gestão, tornando as unidades de alojamento e de restauração mais flexíveis, inovadoras e competitivas.

O sector da construção civil, necessitando de reequacionar o seu modelo de crescimento, só diversificará a oferta que coloca no mercado se existir uma rede de transferência tecnológica que permita ultrapassar as principais barreiras identificadas pelo sector para a introdução de inovação, nomeadamente o desconhecimento de novas tecnologias. A Universidade deve ter um papel central na transferência de tecnologia para este sector, nomeadamente através da dinamização de um centro que promova e apoie o desenvolvimento tecnológico do mesmo.

O sector do comércio tradicional necessitará que sejam criadas redes estimuladoras da introdução da inovação. O aproveitamento da experiência bem sucedida da filosofia de negócio subjacente às explorações em centros comerciais deverá servir de alavanca para a estratégia a adoptar pelo sector do comércio tradicional. A inovação no comércio tradicional terá de passar não só por alterações de imagem e por alguns incrementos nos processos, mas muito em particular pela introdução de novas formas de gerir os negócios mais orientados para uma perspectiva de internacionalização, pela introdução de produtos inovadores e pela adopção de novas formas de promover e comercializar os produtos. Esta alteração de orientação estratégica necessitará de entidades que promovam a interface entre os empresários, para a qual a criação de entidades gestoras de áreas comerciais, próxima da abordagem existente já hoje nos centros comerciais, potenciará aproveitamentos de economias de escala que resultam da gestão/promoção conjunta de uma marca ou de um espaço. Só desta forma o sector do comércio incrementará a sua cadeia de valor, tornando o sector mais competitivo e atractivo. Neste sentido, a implementação da figura de Gestor de Centro Urbano pode desempenhar um papel fundamental.

Outro dos desafios impostos à região passará, igualmente, por um redimensionamento da importância do sector industrial, tanto mais que se trata de um dos sectores com maior mercado efectivo e potencial de exportação. A não aposta numa política explicitamente orientada para o sector pode comprometer a atracção de investimento estrangeiro para a região, factor vital para a implementação do modelo preconizado de ligação I&D/Inovação, que passa inevitavelmente por uma articulação estreita entre sectores já existentes e sectores emergentes que assentem em áreas de competência da Universidade.

⁴ Realizado pela SaeR

3.1.3. Desafios a enfrentar pelos sectores a revitalizar e/ou emergentes na região

A estratégia de redimensionamento dos sectores com maior representatividade regional deverá entroncar, igualmente, com uma estratégia de revitalização de sectores com potencial de desenvolvimento a nível regional. Nesse sentido, será necessário promover a valorização do sector agro-alimentar, numa lógica de ligação com os produtos típicos regionais. A promoção da marca Algarve é uma das formas de divulgação possível dos produtos do sector. Para a revitalização do sector agro-alimentar, será igualmente necessário redefinir a articulação existente entre a investigação no sector e a emergência de novos produtos com potencial de atingir novos mercados. Nesta vertente, é necessário estreitar as ligações entre produtores, investigadores e entidades públicas e privadas, por forma a que projectos interessantes que visem dinamizar o sector, nomeadamente através de estratégias de marketing e de comercialização dos produtos agro-alimentares, possam ser apoiados. A criação de redes e de projectos inseridos em Centros de Transferência Tecnológica será vital para a revitalização do sector. O Centro Tecnológico de Citricultura, embora desactivado, constitui um bom exemplo da relação possível entre a inovação e o funcionamento do sector agrícola, devendo a experiência servir de referencial para modelos a prosseguir no futuro.

Em suma, o sector agro-alimentar deverá ser objecto de reorientação na região, especialmente a componente ligada aos produtos tradicionais, que deverá ser estimulada, o que só é possível se houver uma integração e uma articulação estreita com o sector do turismo. A Universidade e as outras instituições com investigação, como a Direcção Regional de Agricultura, dispõem de conhecimento codificado que deve ser aproveitado na dinamização deste sector. A revitalização do sector agro-alimentar, e inerentemente do sector da agricultura, assume uma elevada relevância regional, dado que só dessa forma será possível suster o processo de desertificação humana do interior algarvio, estimulando o aparecimento de novas empresas. O sector agro-alimentar, ao promover a diversificação da base produtiva regional, ajudará a desconcentrar o tecido empresarial em torno das três cidades-núcleo da região – Faro, Loulé e Portimão – ao mesmo tempo que criará emprego e valor acrescentado na região.

A aquicultura terá de constituir igualmente um sector de aposta estratégica, dado constituir um sector onde existe potencial de crescimento regional, inclusive com uma componente exportadora cada vez mais vincada. Esta relevância resulta do facto do sector da aquicultura entroncar com a área de investigação das ciências do mar, que por sua vez se articula com o sector das biotecnologias. A região conhece um caso de sucesso onde esta interface deu origem a uma empresa considerada *spin-off*, a qual pode induzir o aparecimento de novas empresas no sector. Para que mais casos do género se repitam terão de ser flexibilizados os processos de mobilidade de investigadores entre ambientes universitário e empresarial.

No âmbito do programa INOVALGARVE, havia sido diagnosticado como sector estratégico para o desenvolvimento da região o fomento da utilização das energias renováveis. Nesse sentido, até ao final do ano de 2004 foram apoiados 5 projectos nesta área. O processo conducente a um aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais da região terá de continuar a ser uma aposta do Algarve. A gestão integrada da energia através de parcerias entre o Algarve e a Andaluzia, com um projecto já aprovado no âmbito do INTERREG III-A, pode contribuir de forma significativa para esse objectivo.

Os sectores ligados aos sistemas inteligentes e à saúde terão de constituir, igualmente, sectores estratégicos a dinamizar na região. Uma não aposta por parte dos actores regionais na promoção das condições de partida que garantam a implantação, com sucesso, das actividades ligadas a estes sectores, comprometerá o modelo preconizado de articulação entre procura e oferta de I&D/Inovação. A ausência de políticas específicas de estímulo destas actividades implicará a não atracção para a região de investimento estrangeiro, bem como de empresas com uma perspectiva marcada pela internacionalização. Tal cenário não permitirá o alargamento da base produtiva da região, confinando-a à perpetuação do modelo de desenvolvimento que advém do passado recente.

Para evitar a perpetuação do modelo que tem servido de base ao desenvolvimento da região, é fundamental o estabelecimento de redes de transferência tecnológica e de conhecimento entre os diversos actores regionais. O aparecimento de empresas *start-up* e *spin-off*, com uma cultura organizativa inovadora, terá, nesse sentido, um papel central, permitindo criar as condições de base necessárias para a implementação de um modelo baseado numa articulação em rede dos diversos sectores de actividade. Este modelo só é viável se houver um acréscimo do empreendedorismo a nível regional, o qual deverá ser estimulado. Para tal, e tendo em vista alcançar esse objectivo, os actores regionais terão que adoptar (incluindo o sistema financeiro) uma postura mais pró-activa.

Paralelamente, a definição de uma política clara dos sectores a privilegiar nos centros de incubação será fundamental para evitar o surgimento de empresas em sectores onde o mercado já está saturado, aumentando assim a probabilidade de sobrevivência das empresas após o abandono das incubadoras. Cumulativamente, a disponibilidade de espaços para a implementação de um maior número de empresas *start-up* é crucial para que boas ideias de negócio sejam concretizadas.

A intervenção na sociedade, da Universidade e das outras entidades do sistema científico e tecnológico da região, torna-se, neste enquadramento, um imperativo regional. Para esse fim, é necessário cativar os alunos diplomados para o retorno ao sistema de ensino superior e consequente obtenção de estudos pós-graduados. Em paralelo, deverão ser criados os mecanismos de incentivo ao empreendedorismo, alargando as disciplinas de gestão a outros cursos e/ou fomentando cursos de especialização em gestão que estimulem o aparecimento de empreendedores. Para um ambiente propício ao empreendedorismo muito contribuirá a existência de investigação em ambiente de empresa, o qual deverá ser estimulado. Nesse sentido, o estatuto da carreira docente universitária deverá ser revisto por forma a se reajustar aos desafios que o mercado global impõe ao nível da mobilidade do conhecimento.

Em suma, uma maior aproximação recíproca, entre instituições de desenvolvimento científico e tecnológico e as empresas existentes e a promover, constituirá o factor crucial para o processo de inovação no Algarve.

3.2. Recursos humanos, emprego e coesão social

Os níveis de actividade da economia regional, e os mecanismos de regulação induzidos pela intervenção do serviço público de emprego e formação e pela informalidade, têm assegurado uma sustentabilidade de funcionamento do mercado regional de emprego. Essa sustentabilidade confronta-se, todavia, com um quadro prospectivo de evolução onde emergem novos desafios que importa sistematizar enquanto tendências estruturantes, pelo menos num horizonte de médio prazo:

- *Desenvolvimento de actividades intensivas em conhecimento* (ligadas à especialização regional e/ou a recursos de excelência com origem na Universidade) – a abertura das empresas e das organizações à inovação e à incorporação de novas tecnologias, a promoção de relações económicas entre entidades produtoras de inovação e o meio empresarial e a criação de áreas de acolhimento empresarial de actividades relacionadas com a economia do conhecimento, são potencialmente geradores de uma fileira de actividades e empregos de C&T.

- *Fomento dos serviços de apoio às empresas* na óptica do fortalecimento/construção de uma base económica regional competitiva – não sendo uma tendência estruturante, esta é uma ambição desejável e deve resultar de um cruzamento/aposta forte entre investimento material (áreas de acolhimento empresarial, centros empresariais e logísticos, incubadoras industriais e de serviços, pólo tecnológico) e investimento imaterial (capacidade de gestão e de organizar parcerias do investimento, criação de plataformas de interface entre investigação científica e actividades empresariais).

Esta interface, que vive da capacidade de desenvolver as competências regionais no sentido da gestão de actividades de base empresarial que incorporem inovação e explorem recursos regionais, apresenta potencial revelado, designadamente, nos domínios das ciências do mar, do ambiente e da saúde, energias renováveis, reabilitação urbana/tecnologias da construção, tecnologias agro-alimentares, mecatrónica e tecnologias da informação.

- *Estruturação da fileira de actividades da reabilitação urbana* – as intervenções de qualificação urbana e ambiental, no actual período de programação, constituem um patamar ainda recuado de necessidades e oportunidades mais vastas que se abrem nos principais centros urbanos regionais. Trata-se de um complexo de actividades gerador de oportunidades de iniciativa económico-empresarial e de oportunidades de emprego para qualificações médias e superiores, com margem de oferta e progressão regional.

- *Sustentabilidade das iniciativas empresariais* – necessidade de contrariar a elevada taxa de mortalidade, reflexo da dificuldade de consolidar projectos e investimentos num contexto de concorrência aberta (base estreita de acumulação de capital, insatisfatória capacidade de estruturar recursos, escasso domínio dos circuitos de comercialização e de valorização económica).

- *Revitalização das áreas rurais da serra algarvia* – em resposta aos efeitos gerados pelos incêndios florestais de 2003/2004, geradores de uma profunda desestruturação social e económica que carece de intervenções das políticas públicas nos domínios de infra-estruturação de base produtiva e de incentivos à animação social e económica susceptível de atenuar o abandono e relançar a actividade das populações afectadas.

- *Necessidades de formação profissional* em domínios estratégicos para a qualificação dos activos regionais, designadamente em áreas sem tradição notória de organização da oferta (formação para o empreendedorismo; formação sectorial especializada para as actividades nas áreas do ambiente, construção, actividades turísticas, produtos regionais; formação técnica orientada para a gestão, manutenção e execução no âmbito dos serviços de proximidade e equipamentos colectivos;...).

- *Tipologia dos desempregados inscritos* nos Centros de Emprego da região – emergência de pessoas dotadas de qualificações médias e superiores, a par de outras (com níveis de qualificação distintos) que já passaram por experiências profissionais anteriores e que demonstram actualmente dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou seja, de aproveitamento das oportunidades de emprego disponíveis.

- *Níveis de insucesso escolar* – a dinâmica de “empregos de oportunidade” geradores de rendimento imediato, alimentada por actividades de baixa tecnicidade, de carácter sazonal, próprias das economias periféricas, representa uma força atractiva fortemente predadora das trajectórias de formação escolar, obrigando a investir em estratégias de suporte ao retorno à escola e de segunda oportunidade. A inserção desta tendência deve assumir a condição de prioridade na estratégia de qualificação de base.

- *Florescimento de situações de desfavorecimento* – emergência absoluta e relativa de manchas de exclusão social abrangendo marginalidades, imigrantes desempregados e sem suportes de amortecimento familiar e de comunidade, novos pobres, etc. As respostas sociais existentes na região (redes de equipamentos, logística de emergência social, etc.), são insatisfatórias, sendo indispensável antecipar a construção de respostas específicas e de proximidade.

Este conjunto vasto de desafios deixa claro que existe um campo de actuação de dupla face no horizonte próximo:

- **Vertente “efeito massa”** suportada num conjunto de políticas activas de emprego, segundo modalidades de educação básica e secundária existentes que contribuam para combater o abandono prematuro do sistema educativo e para estimular uma transição para a vida activa mais qualificante, a par do reforço da integração socioeconómica, em resposta às situações de desfavorecimento.

Nesta vertente, assumem especial relevância: (i) o papel da oferta de formação de segunda oportunidade (ensino e aprendizagem), justamente na lógica da formação ao longo da vida, abrangendo activos empregados e desempregados à procura de 1º e de novo emprego; (ii) a criação de condições favorecedoras da (re)integração no mercado de trabalho de segmentos desfavorecidos, detendo baixas qualificações e em situações de marginalidade e risco social, imigrantes, etc.; e (iii) o papel da rede de equipamentos sociais e das organizações da economia social.

- **Vertente “upgrade”** em que são mais relevantes e convergem as políticas activas de emprego na componente promoção da empregabilidade (adaptação dos trabalhadores e das empresas e formação/reconversão de competências, formação tecnológica, ...) e as políticas de estímulo ao empreendedorismo (fortemente ligadas à renovação de competências dinamizada pela Universidade do Algarve, em geral, e pela sua Escola Superior de Tecnologia, em particular).

A convergência activa entre estas duas vertentes constitui o lastro de suporte à formulação de prioridades estratégicas de intervenções nos domínios da educação, formação, I&D e inclusão social no horizonte 2007-2013.

3.3. Rede urbana e infra-estruturas económicas e sociais

Para o futuro, o desafio central do modelo territorial consiste na transformação de uma rede urbana fragmentada e formada por justaposição de aglomerados urbanos “incompletos”, numa rede urbana coerente e competitiva, capaz de dinamizar o robustecimento da economia e o reforço da projecção internacional do Algarve.

O modelo territorial proposto no Plano Regional de Ordenamento do Território espacializa os objectivos e as políticas que traduzem as Opções Estratégicas e visa orientar a reconfiguração espacial e funcional da região do Algarve. Em termos de inserção do Algarve, no país e na Península Ibérica, pretende-se assegurar as interligações com o Alentejo e com Espanha. À escala da região, procura equilibrar-se a rede urbana regional entre o Barlavento e o Sotavento e, por outro lado, promover a plena integração funcional e de oportunidades de desenvolvimento da Costa Vicentina, da Serra e do Baixo Guadiana, no respeito pelas suas características específicas.

As consequências territoriais destas inserções requerem a dotação da região de excelentes acessibilidades, logística e telecomunicações, bem como a inclusão de pólos de internacionalização económica e cultural e de investigação e desenvolvimento na rede urbana regional, dentro das especializações existentes e a promover. Por outro lado, a consolidação de uma rede urbana regional equilibrada requer o estabelecimento de uma rede hierarquizada de centros/pólos de actividade económica, especializados e complementares, ligados entre si e ao exterior por sistemas de acessibilidades e telecomunicações adequados. Esta rede deve potenciar a diversidade regional, estabilizar e servir os espaços agrícolas e florestais, favorecer a salvaguarda e valorização da rede regional de protecção e valorização ambiental, e o património da região.

O Modelo Territorial proposto integra dois elementos de estruturação do sistema urbano: aglomerações urbanas, constituídas por conjuntos de áreas urbanas e respectivos pólos, e eixos de articulação urbana, que consistem em ligações de centros urbanos que promovem a articulação entre diversos espaços e áreas de influência.

Consideram-se as seguintes grandes aglomerações:

- **Faro – Loulé – Olhão:** aglomeração principal, constituída num raio de cerca de 20 kms a partir de Faro, que poderá atingir uma população presente de 200 mil habitantes em 2030. Inclui Faro, Loulé e Olhão, podendo abranger outros pólos, designadamente S. Brás de Alportel e Almancil e, em complementaridade, Tavira. Com uma forte melhoria das acessibilidades, poderá constituir uma aglomeração multipolar de dimensão que atinja os limiares de novas funções urbanas e, sobretudo, gerar economias de aglomeração e de transacção que são a base das novas formas de competitividade.
- **Portimão – Lagoa – Lagos:** aglomeração no Barlavento que, também num raio de 20 kms, poderá atingir uma população presente de 130 mil habitantes em 2030. Poderá abranger outros pólos, designadamente Silves e, em complementaridade, Monchique.
- **Vila Real de Santo António – Castro Marim:** no Sotavento, aglomeração de menor dimensão que, em complementaridade com o núcleo de Tavira, deve

explorar as oportunidades de cooperação transfronteiriça e de articulação com a aglomeração central da Região.

Como principais eixos de articulação, identificam-se:

- **Eixo Albufeira/ Guia:** com um papel crescente na área central da Região, corresponde a um espaço urbano que poderá atingir 70 mil habitantes presentes em 2030, fazendo a articulação com as aglomerações de Faro-Loulé-Olhão e do Barlavento, e entre o Algarve e o resto do país.
- **Eixo Silves/ Loulé/ S. Brás de Alportel:** com um papel relevante na articulação dos espaços e centros do interior com os pólos urbanos do Litoral, em particular através da inserção nas duas principais aglomerações urbanas da Região.
- **Eixo Aljezur/ Vila do Bispo/ Lagos:** sub-sistema urbano designado como "Triângulo Vicentino", em que se apoiará a dinamização do território do Sudoeste da Região.
- **Eixo Transversal Serrano:** uma rede secundária assente na promoção e valorização dos centros tradicionais do interior (sedes de concelho ou de freguesia), localizados em cadeia ao longo de um eixo que percorre transversalmente o território da Serra - Alcoutim, Pereiro, Martim Longo, Cachopo, Salir, Benafim, Alte, S. Bartolomeu de Messines, S. Marcos da Serra, Alferce, Monchique, Marmeleite e Aljezur. É indispensável dotar estes centros de um conjunto adequado de equipamentos e serviços à população e de suporte ao aparecimento de novas dinâmicas sócio-económicas ou ao incremento das existentes. Estes pequenos centros deverão articular-se entre si, ancorando-se nos centros mais próximos de maior dimensão e dinamismo, nomeadamente os do eixo de articulação do Barrocal (Silves/ Loulé/ S. Brás de Alportel).

Será naquelas aglomerações que mais interessa apostar na criação, remodelação ou reforço de infra-estruturas económicas e sociais, seja por ser aí que se encontram limiares de procura a curta distância, seja pelas suas condições de acessibilidade, seja ainda por isso ser indispensável à sua qualificação e consolidação no quadro da promoção de uma rede urbana policêntrica.

A conclusão da execução do Plano Rodoviário Nacional no Algarve significa a conclusão da construção do IC27, que estrutura a rede urbana do Baixo Guadiana e liga o sotavento algarvio ao Alentejo, e também a remodelação da EN 120 com perfil de IC (IC4), que estruturará o eixo oeste a Barlavento, de Lagos para o Alentejo litoral, por Aljezur. As novas acessibilidades rodoviárias no seu conjunto, designadamente as conferidas pela A2, pelo IC4 e pelo IC27, vão consolidar a dimensão regional da rede urbana e da sua polinucleação, bem como as suas interligações terrestres com o país e com Espanha.

Faltam ainda completar algumas ligações da VLA à orla costeira e à EN125 e desta aos centros urbanos da Serra (por melhoramento de vias existentes, ou pela construção de trechos de vias em falta), bem como o melhoramento da EN 124/267 (transversal serrana) entre os principais aglomerados urbanos do interior.

A linha ferroviária regional que atravessa o Algarve ao longo do litoral requer modernização o que implica não só a reconstrução da linha, mas também a reconversão para um comboio ligeiro / eléctrico rápido para ligações inter-urbanas

de curta distância ao longo do litoral, com prioridade para Estombar/ Lagos e para Loulé/ Faro/ Olhão/ Tavira/ Vila Real de Santo António que, com a construção de trechos com novos traçados, permita servir o centro da cidade de Faro, o Aeroporto Internacional, a Universidade, o Parque das Novas Actividades /Parque das Cidades, bem como o litoral dos concelhos de Albufeira e de Silves, por forma a contribuir também para a promoção do desejável policentrismo da rede urbana litoral e para a redução do tráfego rodoviário no litoral. A introdução de uma nova linha ferroviária, interligando Lisboa e Espanha em Alta Velocidade, só fará sentido no quadro das redes transeuropeias.

A acessibilidade ao Algarve por via aérea é menos condicionada do que por via terrestre, através do Aeroporto Internacional de Faro. No entanto, o encerramento dos aeródromos de Vilamoura e da Penina e os condicionamentos da pista localizada na reserva de Castro Marim determinam a necessidade de construção de novos aeródromos: um, prioritário, na aglomeração de Faro/Loulé, que permita retirar o tráfego de pequenas aeronaves do Aeroporto de Faro, e outro no Barlavento (Lagos/Portimão), que permita acesso directo ao Algarve ocidental, sobretudo quando o crescimento, não só do turismo, mas de outras actividades económicas, o justificar. O pleno aproveitamento da capacidade da pista do Aeroporto de Faro irá implicando expansões periódicas da capacidade das infra-estruturas em terra (aerogare de passageiros, terminal de mercadorias e placa de estacionamento), também porque a evolução tecnológica do transporte aéreo (maior capacidade das aeronaves e melhores condições de segurança do tráfego aéreo) irão permitindo aumentar a capacidade da pista.

Em termos de infra-estruturas portuárias, o porto de Portimão requer melhoramentos que permitam assegurar as condições de operação e de segurança adequadas à navegação de cruzeiros, que hoje se faz com demasiadas limitações. O porto de Faro/Olhão poderá desenvolver-se com base no transporte de cabotagem, não apenas para o abastecimento regional de combustíveis (líquidos e gases liquefeitos) em ligação com um sistema de pipeline para um parque de armazenagem (no Patacão), mas também com um terminal Ro-Ro, tanto para transporte de veículos ligeiros, como para carga contentorizada que hoje circula por estrada.

O programa da REN – Rede Eléctrica Nacional prevê a construção de mais duas linhas para transporte de energia em Alta / Muito Alta Tensão para a região e mais linhas na região, de interligação entre aquelas, que visam não só assegurar o aumento da capacidade de fornecimento, mas também a qualidade e fiabilidade do serviço.

O alargamento e o reforço da rede de ensino superior é uma estratégia a seguir para a qualificação e adequação dos recursos humanos às novas e crescentes exigências do mercado de emprego, sendo necessário consolidar e melhorar as estruturas existentes e criar outras fora da aglomeração de Faro, designadamente em Portimão, contribuindo, assim, tanto para o seu reforço como para a sua qualificação. A afirmação e valorização do papel do ensino superior universitário na região passa pelo reforço das vertentes de Ciência e Tecnologia e de Investigação e Desenvolvimento – dentro das capacidades físicas dos espaços existentes ou em novos pólos complementares – e pelo aprofundamento das relações com as estruturas empresariais. Serão os casos do novo Hospital Central (também universitário), bem como a criação do Parque das Novas Actividades, a localizar na aglomeração de Faro. A descentralização do ensino superior universitário na região, através da localização de novos estabelecimentos ou valências nos centros de nível supramunicipal, pode considerar-se fundamental para implementar o sistema policêntrico proposto na rede urbana da região do Algarve.

A adequação da rede regional de saúde, face às dinâmicas territoriais e aos padrões superiores de resposta às necessidades e expectativas dos utilizadores, exige um conjunto de medidas ao nível das características físicas, das valências e da localização dos equipamentos que contemple, integradamente, a construção, remodelação ou transferência de diversos estabelecimentos e a dotação em pessoal especializado em toda a região, o que actualmente ainda não acontece de forma generalizada, sobretudo fora das aglomerações urbanas do litoral. Mesmo aqui, existem carências de capacidade de atendimento em períodos de maior procura.

Apesar das condições naturais favoráveis da Região e das infra-estruturas actuais do Algarve serem muito favoráveis à localização de equipamentos de saúde de iniciativa privada, designadamente para valências específicas e eventualmente associado a residências para idosos (*senior housing*), tal ainda não se verificou de forma significativa.

As redes de equipamentos desportivos, de segurança social, culturais, de recreio e de logística têm que ser repensadas no seu duplo papel de servirem os seus utentes em capacidade e acessibilidade adequadas e, simultaneamente, contribuírem para a consolidação do sistema urbano regional, formado por aglomerações de centros urbanos cujos equipamentos e serviços devem corresponder a redes de complementaridade funcional recíproca, garantido assim limiares de procura conjunta, racionalização de meios e coesão territorial. A valorização da cultura e do património deve ser tida em conta, promovendo a criação de espaços adequados, bem como a melhoria da qualidade e a equidade de oportunidades de acesso à sociedade de informação.

As áreas de logística e de localização empresarial requerem uma rede, integrada no modelo da rede urbana regional, que é indispensável para a modernização da estrutura produtiva e consolidação de um modelo territorial. Esta rede tem como objectivo o ordenamento da logística existente e a ampliação da sua capacidade, incluindo as áreas empresariais de localização de comércio, indústria, logística e distribuição, tanto de nível regional, como de nível municipal. É necessário assegurar a disponibilização de solo para a implantação de novas actividades em espaços próprios, assim como para a realocação de algumas actividades hoje indevidamente localizadas.

A disponibilidade de recursos hídricos e a sua qualidade, designadamente para abastecimento público, é outro vector de intervenção, sobretudo em cenários de grande crescimento da procura turística, de aumento da população residente e de recuperação de algum papel da agricultura.

Considerando que as taxas e tarifas de saneamento, mesmo que a prazo, irão progressivamente reflectir os custos reais do fornecimento deste serviço, e que os seus valores irão necessariamente ser mais elevados, sobretudo em áreas de baixa densidade, a política municipal de dotação de infra-estruturas não deverá nem poderá ser extensiva, antes selectiva e articulada com uma política de proibição efectiva da edificação dispersa. Nas áreas de muito baixa densidade, e em algumas das áreas de baixa densidade, deverá optar-se por sistemas autónomos e por sistemas simplificados de infra-estruturas e não pelo alargamento sistemático de perímetros urbanos, dotados de todas as infra-estruturas.

No domínio das águas residuais, pretende-se atingir as metas europeias no que respeita à população servida por sistemas de drenagem e tratamento. É objectivo do

Plano Nacional da Água aumentar a qualidade de gestão, exploração e manutenção dos sistemas.

Em conclusão, é fundamental o desenvolvimento de projectos de infra-estruturação e de dotação em equipamentos e serviços, nomeadamente o fecho de redes nos domínios da Saúde, Educação e Cultura, bem como do Conhecimento, da Investigação e da Inovação. É também essencial a aposta nas vias de comunicação e transporte na vertente de articulação intermodal e entre os pólos de cada aglomeração, com o intuito último de transformar e consolidar novas cidades, agora entendidas como áreas funcionais. Dotar a oferta turística de *resorts*, equipamentos e infra-estruturas complementares adequadas, designadamente infra-estruturas de apoio ao turismo náutico, piscinas e solários, equipamentos de turismo de saúde e bem-estar, espaços exteriores, parques de lazer, etc., devidamente localizados, enquadrados e articulados na rede urbana regional, o que passa, sobretudo, por reconverter áreas edificadas de baixa qualidade e repensar projectos licenciados mas ainda não materializados. Esta atitude pode pressupor a renegociação entre a Administração e os promotores de melhores e mais actuais soluções urbanísticas, sobretudo quando esses projectos estiverem localizados na faixa costeira, equipar áreas que o requeiram e procurar não expandir a ocupação urbana ao longo da orla costeira. Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira em vigor são instrumentos de grande utilidade para este fim, ao estabelecerem medidas, acções e meios, em articulação recíproca com o planeamento municipal futuro.

Os investimentos, nos vários sectores, relativos a esta consolidação, são pois prioritários e estratégicos para a região, seja em termos da consolidação do modelo territorial proposto à escala regional, seja em termos da afirmação da região no exterior, designadamente da sua principal aglomeração urbana, que desejavelmente deverá atingir uma dimensão e importância do nível de cidade média à escala europeia, a médio/longo prazo.

3.4. Ambiente e prevenção de riscos

O sistema da Rede Ecológica Regional (RER) corresponde à Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental e é fundamental para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento da região, segundo as Opções Estratégicas definidas pelo PROT Algarve.

As áreas urbanizadas e os conjuntos de áreas urbanas devem ser interpenetrados pela rede regional de conservação da natureza, que inclui a estrutura ecológica regional, seja por razões de protecção de valores naturais, seja por respeito pelas condições de bom funcionamento do sistema hídrico ou, ainda, para que os espaços urbanos usufruam de espaços de enquadramento não edificados (para desafogo, equilíbrio ambiental e enquadramento paisagístico). A rede regional de conservação da natureza deve dispor de corredores que assegurem a sua ligação frequente à costa, mesmo que isso implique o atravessamento de áreas urbanas (pré-existentes como urbanas ou por urbanizar).

Os diferentes e contínuos processos de intervenção urbanística sobre o território, nomeadamente a concentração edificada na faixa costeira e o crescente alastramento da edificação dispersa, colocam novos desafios no que respeita à preservação e conservação do equilíbrio dos ecossistemas e da harmonia da paisagem, assim como à existência e à garantia de um bom desempenho das infra-estruturas básicas de suporte ao desenvolvimento urbano. Estes desafios têm sobretudo a ver com o desenho, a morfologia e a articulação com o edificado, a

densidade e a volumetria das edificações, as áreas de implantação e as cérceas, entre outros.

No contexto do ambiente urbano, devem assegurar-se os mecanismos necessários para a implementação de medidas e o estabelecimento de parcerias, visando nomeadamente:

- Favorecer a utilização de transportes públicos, planeados de forma integrada, destacando-se as ligações inter-modais dos vários tipos de transporte e a criação de parques de estacionamento nos centros urbanos, facilmente acessíveis aos meios de transporte público;
- Garantir que as vias rodoviárias, existentes ou previstas, comportam os movimentos gerados, mantendo nas próprias vias, bem como nos seus acessos, boas condições de circulação e segurança que promovam a redução das emissões, designadamente em hora de ponta;
- Desviar o tráfego de longa distância para o exterior das áreas urbanas ou das zonas sensíveis;
- Delimitar as faixas envolventes das vias de comunicação, incluindo as faixas envolventes dos nós, onde deve ser condicionada a instalação de actividades ou funções consideradas sensíveis à poluição atmosférica (habitação, equipamentos colectivos, pólos tecnológicos, parques temáticos);
- Estabelecer zonas de protecção de áreas / pólos industriais que favoreçam a absorção dos impactes gerados pelo desenvolvimento das actividades.

A reconversão de áreas industriais obsoletas, com vista à sua integração urbana ou recuperação ambiental, pode significar também a sua conversão em espaços exteriores urbanos, em corredores livres e verdes, em equipamentos colectivos ou em actividades produtivas compatíveis com a envolvente. No caso de áreas portuárias, pode corresponder a áreas adequadas a actividades de recreio e lazer ou a actividades económicas de apoio à navegação de recreio.

Por seu lado, a resolução das carências em quantidade e qualidade de água para todos os fins requer a conclusão da construção da barragem de Odelouca, desde já de importância vital para o Barlavento algarvio. A garantia de qualidade requer a sua monitorização permanente, sendo fundamental preservar e/ou recuperar os aquíferos, que constituem uma reserva estratégica de água de elevada importância. Perante o cenário de variações sazonais de população, e consequentes necessidades de utilização de água, seja para consumo ou para rega, e sucessivos anos hidrológicos desfavoráveis a esta situação, é essencial incentivar o uso racional da água, o combate ao desperdício e a promoção de uma nova consciência em relação à importância dos recursos hídricos em toda a sociedade.

Nesta perspectiva, o Plano Nacional da Água prevê a reutilização da água residual tratada, sempre que técnica e economicamente viável, nomeadamente para rega de determinadas culturas agrícolas, campos de golfe, espaços verdes, assim como outros usos, entre os quais lavagem de pavimentos urbanos e espaços públicos, permitindo a redução dos caudais captados nos meios hídricos. Para que a água possa ser reutilizada, é necessária especial atenção no controlo efectivo das condições de funcionamento das ETAR e da qualidade do efluente final produzido, por forma a garantir que não existem impactes negativos para o ambiente e para a saúde pública.

É ainda necessário definir e implementar as soluções a adoptar quanto a resíduos sólidos urbanos, as quais devem ser essencialmente direccionadas para a redução e

valorização dos resíduos, nomeadamente a recuperação e reutilização de diferentes materiais, valorização orgânica e/ou energética, eliminação dos resíduos e deposição em aterro, respeitando os requisitos da “Directiva Aterros”.

É imperioso ampliar e incrementar os sistemas de recolha selectiva multimaterial já existentes, incrementar a valorização da fracção orgânica dos Resíduos Sólidos Urbanos e valorizar outros tipos de resíduos (nomeadamente, monstros, resíduos de construção e demolição), através dos centros de triagem de inertes e de locais para deposição de Resíduos Industriais Banais (designadamente, os provenientes da indústria da construção civil).

Em termos de qualidade do ar, é necessário assegurar o cumprimento dos programas seguintes: Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC); Prevenção e Controlo Integrado de Poluição (PCIP – IPPC); Programa para os Tectos Nacionais de Emissão (PTEN); Programa Clean Air for Europe (CAFE). A aplicação destas medidas deve ser acompanhada da implementação de sistemas de controlo de emissões, no respeito pelas normas de qualidade ISO 14000.

A produção de energias renováveis representa hoje uma quota mínima, pelo que é fundamental promover o seu aproveitamento e utilização, designadamente a energia solar, ao longo de todo o litoral, a energia eólica, nomeadamente na Costa Vicentina, e a biomassa (a qual inclui biomassa florestal, biogás de resíduos de exploração pecuária e resíduos sólidos urbanos com valia energética, económica e ambiental), assegurando a sua correcta inserção no território e nos sistemas de transporte e distribuição de energia, tanto em sistemas autónomos locais, como em subsistemas inseridos na rede eléctrica regional.

Há que utilizar as potencialidades de aproveitamento de energias renováveis na região para o aquecimento de água, em especial no sector habitacional, na hotelaria e no alojamento turístico e, por outro lado, para a produção de energia eléctrica, em especial nas áreas onde as redes de distribuição representem custos de instalação mais elevados, o que recomenda uma nova política que promova a sua utilização extensiva.

Também nos transportes colectivos urbanos será possível introduzir o bio-diesel, com vantagens para a qualidade do ar. Uma política pública para a promoção das energias renováveis, designadamente através da sua adopção sistemática em edifícios públicos, poderia apoiar a eficácia da implementação desta componente das políticas energética e de protecção ambiental.

A promoção e a adopção de tecnologias industriais que resultem na poupança de energia e na minimização das emissões atmosféricas, dirigidas e de carácter difuso, são fundamentais para a valorização e qualificação da qualidade do ar do Algarve.

Tanto no planeamento de risco, como no planeamento de socorro, o desafio coloca-se na dotação e manutenção de acessos adequados à vigilância e manutenção dos espaços florestais e ao combate aos fogos, bem como, em meio urbano, a salvaguarda de vias amplas e de espaços exteriores urbanos que possam desempenhar o papel de corredores de evacuação e de pontos de concentração de pessoas, em caso de acidente ou de calamidade. Na sequência dos incêndios dos últimos anos foram definidas acções prioritárias, do ponto de vista ambiental, entre as quais se salienta a implementação de medidas ao nível dos processos erosivos e risco de cheias, assim como do controlo da qualidade das origens de água. Sobretudo em áreas urbanas, o respeito pelos corredores dos leitos de cheia e das falhas tectónicas activas deve ser assegurado pelo planeamento urbanístico.

No que respeita à orla costeira, deverão ser atendidas as orientações decorrentes do documento “Sobre a Elaboração de uma Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, implementados os POOC, a Lei da Água e os instrumentos de planeamento e gestão territorial existentes e em vigor para a região.

Nomeadamente no que respeita à implementação dos POOC, importa assegurar a vedação do acesso de pessoas à margem marítima em troços de falésias em desmoronamento ou abatimento (estas em zonas de algares), e da travessia de formações dunares, havendo não só que disciplinar ocupações, usos e acessos às praias e ao mar, mas também fiscalizar e vigiar eficazmente o seu cumprimento.

Não existem riscos tecnológicos significativos para a região, à excepção do risco de derrame de petroleiros ou cargueiros que navegam ao longo da costa do Algarve, e os relativos ao transporte e armazenamento de combustíveis líquidos e gasosos, para os quais a região não dispõe de meios de combate adequados, pelo que deveria dispor de equipamentos e equipas de protecção civil com formação adequada.

Deste modo, as opções estratégicas relativas à Energia visam o objectivo estratégico comum aos recursos naturais e conservação da natureza e, ainda, alterar o padrão de consumo energético e assegurar a plena satisfação das necessidades da região, desenvolver o aproveitamento das energias renováveis e assegurar a eficiência energética dos edifícios e dos processos (incluindo a utilização racional de energia), explicitando as medidas e acções em matéria de política energética regional, face à capacidade de decisão regional e local, à estratégia de desenvolvimento da região e aos meios disponíveis.

4. Estratégia de desenvolvimento

4.1. Ambição

Com base nas principais debilidades actualmente existentes na região, mas também nos seus pontos fortes e potencialidades de desenvolvimento, é possível delinear uma estratégia regional que se pretende vencedora e que deverá, assim, permitir ultrapassar os bloqueios detectados e responder aos desafios que deverão marcar o período 2007-2013.

Essa estratégia terá naturalmente que ser alinhada pelo modelo de desenvolvimento definido no âmbito do amplo debate regional que conduziu à elaboração do novo Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve.

Subjacente a esse projecto de desenvolvimento a longo prazo está um ponto de chegada, uma ambição para a região, definida nos seguintes termos:

Afirmção do Algarve como uma das regiões mais desenvolvidas do país e da Europa, dotada de recursos humanos altamente qualificados e com uma economia dinâmica, diversificada e competitiva, impulsionada pelo cluster do turismo, recreio e lazer, robustecida pelo surgimento de novos sectores complementares de especialização, qualificada pelo desenvolvimento sustentável de novas actividades e serviços avançados e ancorada na valorização do conhecimento e da inovação, assegurando em simultâneo níveis elevados de emprego, de coesão e protecção social e preservando os valores ambientais.

Trata-se, de forma condensada, da assumpção pela região do salto qualitativo que terá de dar para se tornar numa das regiões mais desenvolvidas e competitivas do país e da Europa, com um desenvolvimento cada vez mais assente na economia do conhecimento e que salvguarde os valores sociais, culturais e ambientais que lhe permite afirmar-se, já hoje, como uma das regiões turísticas mais relevantes do espaço europeu.

O patamar de desenvolvimento e excelência subjacente a tal ambição pode ser resumido numa frase simples:

UMA REGIÃO DINÂMICA, COMPETITIVA E SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

A ambição traduz, de facto, o objectivo último das políticas de desenvolvimento, dando um fio condutor coerente e de longo prazo às actividades e políticas dos agentes económicos, públicos e privados. Deve ser vista como uma referência mobilizadora para um projecto exigente de modernização, qualificação e inovação da região, tendente a reforçar a sua competitividade no espaço global.

4.2. Objectivos estratégicos

A ambição acima formulada enformará, necessariamente, as opções e prioridades para o próximo período de programação, consubstanciando uma estratégia de desenvolvimento que, assente nos recursos humanos, materiais e naturais da região, deverá conduzir ao desejado patamar de excelência.

A palavra-chave da estratégia futura é, sem dúvida, “competitividade”. É através de um reforço da competitividade que a região garantirá a sua afirmação económica numa sociedade cada vez mais globalizada e concorrencial, assegurando ao mesmo tempo criação de riqueza e de empregos mais remuneradores e preservando a coesão social. Esse reforço da competitividade terá necessariamente que se ancorar no domínio e/ou acesso ao conhecimento e informação que for sendo produzida a nível mundial, para ser incorporada nos processos produtivos e organizativos regionais e passar, designadamente, por:

- Um maior dinamismo e inovação empresarial;
- Uma aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- Um reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização, pelo tecido empresarial, dos resultados da investigação regional;
- Um espaço territorialmente mais ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada e dotado de bons equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- A preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, atingindo indicadores de excelência que permitam sustentar, a prazo, a tradicional especialização regional no sector do turismo;
- Uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os actuais custos de contexto para os agentes económicos.

Estas são, pois, as seis faces do reforço da competitividade no Algarve, constituindo seis vertentes da estratégia de desenvolvimento a implementar nos próximos anos.

O reforço da produtividade e competitividade empresarial e a promoção do potencial de crescimento e desenvolvimento económico regional só são alcançáveis através de uma estratégia que aposte claramente numa crescente abertura e adaptação à inovação do tecido produtivo regional. Para que os desígnios sejam concretizados, será necessário definir uma estratégia que crie os mecanismos necessários que assegurem o processo de transição para um novo paradigma de desenvolvimento, onde o sector nuclear na região – o turismo – verá reforçado o seu papel motor, a par de uma redefinição de prioridades no sentido de promover uma economia regional mais diversificada e sustentada, com forte base tecnológica.

Com efeito, o *cluster* turismo-lazer, em conjunto com os agentes de inovação e produtores de conhecimento regionais, terão que constituir os três vértices dessa nova estratégia que deverá catapultar a economia regional no seu conjunto para novos patamares de desenvolvimento e modernidade.

A reestruturação do tecido produtivo regional passa obrigatoriamente por novas formas organizativas das empresas de menor dimensão, predominantes a nível regional, e por uma crescente introdução de novos conhecimentos e de nova tecnologia. O processo de ajustamento tecnológico a observar nas empresas regionais implica investimentos substanciais, pelo que os sistemas financeiros de apoio devem criar novos mecanismos que respondam adequadamente a esta necessidade.

Um dos elementos mais significativos para o estabelecimento de uma rede de trabalho para a competitividade é a criação e consolidação de *clusters* territoriais de empresas. Os *clusters* reúnem numa determinada área geográfica fornecedores de produtos complementares, dando em simultâneo às empresas melhor acesso a informação especializada e a marketing mais eficiente. A existência de *clusters* facilita a cooperação entre empresas na área da investigação, permitindo obter em simultâneo benefícios na vertente internacional.

A existência territorial de *clusters* fortalece a competitividade através do aumento da produtividade, estimulando as empresas inovadoras, mesmo entre concorrentes, gerando em simultâneo novas oportunidades que induzem o incremento do empreendedorismo. A estratégia de atracção de empresas de nova geração (por exemplo, na área da Biotecnologia, Ambiente, Energias Renováveis e das TIC - Tecnologias de Informação e de Comunicação) necessita previamente que sejam satisfeitos vários requisitos específicos, nomeadamente a disponibilidade de infra-estruturas avançadas, de acessibilidades de qualidade e de serviços qualificados de apoio.

A estratégia para a competitividade do tecido empresarial do Algarve, não se esgotando nos *clusters* sectoriais que resultam da existência do recurso Mar, atribui-lhes uma especial importância. Sendo este um recurso central para as actividades económicas nucleares para a região, nomeadamente para o sector do turismo, a sua protecção/exploração assume-se como factor crítico de sucesso para a consolidação da posição do Algarve no contexto nacional e internacional.

Naturalmente que uma tal evolução no universo das empresas regionais não é possível sem uma melhoria significativa das qualificações e competências dos recursos humanos, tanto actuais como os que continuem a ser atraídos pelas excelentes condições de vida do Algarve.

É indispensável atingir, nos próximos anos, um patamar mais elevado de qualificações que permita, não só reforçar a capacidade de produção de conhecimento – tanto na universidade e laboratórios de Estado como nas empresas –, mas igualmente favorecer o empreendedorismo, facilitar a adaptação tecnológica da mão-de-obra activa regional, viabilizar níveis mais elevados de qualidade nos produtos e serviços prestados e garantir uma aproximação substancial dos níveis de educação regionais das médias europeias.

Para o efeito, devem ser conjugadas, de forma activa, duas lógicas de actuação:

- uma lógica centrada na antecipação de respostas (sobretudo em matéria de fixação de competências técnicas), orientadas para melhorar a capacidade competitiva das empresas e das organizações;
- uma lógica centrada na resposta a problemas que persistem e têm expressão regional, como sejam o combate ao abandono e insucesso escolar, a qualificação dos activos empregados de mais baixas qualificações e o reconhecimento e certificação de competências não formais e informais.

As respostas a dar devem ter presente o quadro institucional e de capacidades existentes, para produzir respostas eficazes em direcção àqueles problemas e desafios. Face às dificuldades existentes – que urge ultrapassar por forma a dotar a estratégia de intervenção de condições de operacionalização –, há que garantir uma adequada mobilização de recursos e uma capacitação de entidades (regionais e

supra-regionais, a envolver em parcerias), de modo a melhorar, em termos de eficácia e eficiência, as respectivas “performances” de actuação no sistema regional de emprego.

A questão institucional não é, aliás, específica da área dos recursos humanos; trata-se de uma questão horizontal a todos os sectores de actividade e a que deve ser dada a devida importância para assegurar o seu pleno contributo para a modernização e inovação regional. Há que reduzir substancialmente os custos de contexto suportados pelas empresas, tanto no momento da sua criação como durante a laboração, e promover uma Administração amiga da economia e do cidadão: ela deve enquadrar a actividade económica e definir regras transparentes para a sua actuação, mas igualmente facilitar – e não, como por vezes acontece, obstaculizar – a acção dos agentes económicos.

Tanto a Administração Central desconcentrada como as autarquias locais devem assumir-se, cada vez mais, como agentes de desenvolvimento, com um papel particularmente relevante na condução e na criação de condições de base para que os empresários possam atingir os objectivos a que a região no seu todo se propõe. Tal evolução pressupõe reformas de mentalidade, inovação e criação de novos processos e modalidades de intervenção, associando assim plenamente os agentes públicos ao esforço de modernização e ao novo dinamismo que se pretende imprimir na região.

Para além da competitividade das empresas e dos recursos humanos, importa assegurar a competitividade do território regional. Esta competitividade territorial passa por uma rede urbana equilibrada e estruturada na base do aproveitamento de complementaridades, por uma boa articulação económica entre as cidades e as zonas rurais, por boas acessibilidades intra e inter-regionais, por uma localização menos desequilibrada dos recursos no território regional que atenua a continuada desertificação do interior, por uma afectação espacial de infra-estruturas que promova o desenvolvimento regional e favoreça a actividade económica e por um reordenamento da faixa litoral que corrija erros cometidos nas últimas décadas.

A competitividade da região Algarvia está muito dependente da capacidade de envolver plenamente todos os espaços sub-regionais no processo de desenvolvimento, valorizando as suas potencialidades próprias. Há, pois, que criar maiores laços de complementaridade económica entre o litoral e o interior – onde maiores desequilíbrios de rendimento subsistem –, tanto na área turística como do aprovisionamento alimentar de qualidade, proporcionando à zona costeira um papel motor desse processo.

A estruturação e hierarquização da rede urbana apontada pelo Plano Regional de Ordenamento do Território, e a racionalização que daí decorre no que concerne a equipamentos colectivos de iniciativa pública, deve permitir melhorar a competitividade regional e afectar recursos financeiros de forma mais eficiente. Terá, necessariamente, que ser essa a matriz de referência para o completamento das diferentes redes de equipamentos, de forma a atingir-se 2013 numa situação qualitativa e quantitativa de nível europeu.

Associada a essa organização planeada do espaço, há desde logo que assegurar a criação de uma rede de áreas empresariais que permita o reordenamento e a criação de novas actividades produtoras de riqueza e de emprego na região – trata-se de uma carência que tem finalmente de ser suprida a curto prazo.

A questão das comunicações continua a ser uma pedra-de-toque do desenvolvimento algarvio face, designadamente, ao elevado número de visitantes anuais e à dependência da economia regional em relação ao sector turístico. As infra-estruturas e serviços de transportes assumem assim, tanto na mobilidade intra como inter-regional e internacional, um papel determinante e devem continuar a constituir um factor de competitividade.

Neste contexto, o modo ferroviário, designadamente para as deslocações metropolitanas e regionais, tem que merecer uma prioridade total, não sendo aceitável que no século XXI a região disponha de um modo de transporte não poluente tão desadaptado e desactualizado tecnologicamente, incapaz de responder às necessidades da procura.

A competitividade de uma região turística está também intimamente ligada à qualidade ambiental do seu espaço, indispensável para a tornar atractiva, sobretudo quando os produtos turísticos estão directamente associados à fruição dos recursos naturais (sol, praia). A preservação do ambiente não pode, portanto, ser apenas vista como um meio de garantir um desenvolvimento sustentável, antes se torna um elemento vital do próprio modelo.

Num mundo cada vez mais concorrencial, onde novos destinos de férias exóticos emergem anualmente, só uma imagem de excelência – designadamente em matéria ambiental, como também em segurança – pode garantir a sustentabilidade do actual modelo. A região não pode, portanto, satisfazer-se com os simples requisitos mínimos impostos pelas directivas ambientais comunitárias, devendo antes ambicionar patamares mais elevados de qualidade nesta matéria.

Tanto no que respeita à qualidade da água para consumo humano, como ao saneamento básico e tratamento de águas residuais e, ainda, à recolha selectiva e tratamento de resíduos sólidos, há que visar o que de melhor se faz na Europa, criando uma imagem de qualidade para todos os visitantes da região. Neste contexto, deve rapidamente ser concluída a Barragem de Odelouca de forma a garantir caudais e qualidade suficiente de água ao Barlavento Algarvio.

Para além destas questões mais ligadas às infra-estruturas ambientais, o esforço dos poderes públicos deve concentrar-se também na defesa da orla costeira – nalguns troços já muito degradada –, na prevenção de riscos de poluição marítima e de incêndio florestal e na valorização das zonas de protecção especial – designadamente os três parques naturais e a reserva natural e as zonas da Rede NATURA 2000.

A concretização de uma estratégia de desenvolvimento que permita avançar decididamente na direcção consensualizada na região conduziu à definição dos seguintes quatro objectivos estratégicos:

- **Qualificar, inovar e robustecer a economia;**
- **Valorizar os recursos humanos e criar mais competências;**
- **Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;**
- **Consolidar um sistema ambiental sustentável.**

4.3. Eixos de Desenvolvimento

Com vista à consecução de tais objectivos, foi definido um conjunto de eixos de desenvolvimento que orientarão as políticas públicas na região e desejavelmente influenciarão as actuações dos actores económicos e sociais regionais, visto que só uma estratégia partilhada e assumida por todos poderá ter condições de sucesso.

Os eixos de desenvolvimento definidos têm na sua maioria um carácter transversal, ou seja, contribuem de forma diversificada e simultânea para mais do que um objectivo estratégico. Tal facto traduz a complexa realidade do estágio de desenvolvimento actual em que as inter-relações entre variáveis obrigam a uma coerência e articulação acrescidas entre os diversos meios e instrumentos postos ao serviço de uma mesma estratégia.

Por uma questão de facilidade e clareza de apresentação – designadamente para melhor se identificar a árvore de objectivos e prioridades subjacente à estratégia para o Algarve no período 2007-2013 –, os eixos foram agrupadas por objectivos estratégicos com base no impacto mais forte que terão num dos objectivos definidos.

A justificação para a determinação destes eixos tem a ver com as áreas-chave que foram identificadas no diagnóstico e também aquando do estabelecimento dos quatro objectivos estratégicos; é sobre essas áreas que deverão incidir prioritariamente as actuações públicas.

Assim, os eixos de desenvolvimento fixados são os seguintes:

Qualificar, inovar e robustecer a economia

- I - Diversificar e qualificar o *cluster* turismo/lazer
- II - Robustecer e modernizar a economia regional
- III - Reestruturar os modelos organizativos do tecido empresarial
- IV - Desenvolver um nicho de serviços intensivo em conhecimento

Valorizar os recursos humanos e criar mais competências

- V - Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações
- VI - Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas
- VII - Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis
- VIII - Modernizar e qualificar a Administração Pública da região

Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo

IX - Promover um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços

X - Melhorar as acessibilidades e a mobilidade

XI - Completar as redes regionais de equipamentos

XII - Qualificar o espaço público e a paisagem

Consolidar um sistema ambiental sustentável

XIII - Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade

XIV - Criar níveis elevados de protecção ambiental

XV - Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental

XVI - Implementar uma política de prevenção de riscos

Estes eixos estratégicos de desenvolvimento têm necessariamente que se traduzir em actuações articuladas e sinérgicas por parte dos poderes públicos, visando a consecução dos objectivos fixados. A definição de instrumentos de política e de prioridades de investimento assume, assim, um papel determinante para a concretização da estratégia e é objecto do capítulo seguinte.

5. Prioridades e linhas de actuação

Importa agora concretizar, para cada um dos eixos de desenvolvimento definidos, o seu conteúdo programático e as principais prioridades e linhas de acção que deverão enquadrar os instrumentos e/ou tipologia de projectos a implementar. Para efeitos de sistematização, os diversos eixos são agrupados em quatro grandes áreas de desenvolvimento – a economia, os recursos humanos, o território e o ambiente – em sintonia, aliás, com os quatro objectivos estratégicos para a região.

5.1. Economia

5.1.1. Diversificar e qualificar o *cluster* turismo/lazer

O sector do turismo, quer pelo valor regional que cria, quer pelo volume de emprego que gera directa e indirectamente, é o sector no qual tem assentado e continuará a assentar a estratégia de desenvolvimento regional. O sector induz em simultâneo dinâmicas inter-sectoriais com elevada importância económica, o que reforça o seu papel nuclear a nível regional. Embora o turismo continue a constituir o pilar do desenvolvimento preconizado para o Algarve, há que redefinir a estratégia regional por forma a corrigir fraquezas identificadas na fase de diagnóstico, que resultam da excessiva concentração territorial em torno de um produto turístico base, vocacionado para um número delimitado de origens de turistas.

No mercado global do turismo, o posicionamento estratégico internacional da região passará pela capacidade interna de adaptação à mudança e pela diferenciação da oferta turística do Algarve, onde os referenciais terão de ser a identidade cultural, a qualidade do serviço e da envolvente e a diversidade e complementaridade dos produtos oferecidos.

Nesta perspectiva, a aposta regional terá de passar por:

- Diversificar os mercados de proveniência dos turistas e os produtos turísticos;
- Promover o reforço da competitividade das empresas turísticas.

➤ Diversificar os mercados de proveniência dos turistas e os produtos turísticos

A emergência de novos produtos turísticos na região exige uma atitude responsável por parte de todos os agentes a actuar no sector. A imagem de qualidade dos novos produtos a comercializar internacionalmente só obterá sucesso se tiver em linha de conta as sensibilidades ambientais e culturais. A garantia de um futuro sustentado para o sector passará pela criação de condições facilitadoras à emergência de novos produtos turísticos, ligados à protecção do ambiente e às áreas do interior algarvio.

Uma das prioridades estratégicas regionais será a definição de uma política integrada para o sector do turismo na região do Algarve, consolidando áreas de desenvolvimento associadas ao turismo em torno do produto sol/praias, com um enfoque claro numa aposta para o incremento da qualidade do produto oferecido, complementando-o e articulando-o com novas áreas emergentes no sector – por exemplo, centradas no recreio náutico –, para as quais a região dispõe à partida de condições favoráveis para a sua dinamização, evoluindo do produto “Sol e Praia” para um produto mais abrangente, o “Sol e Mar”. A consolidação destas práticas no

mercado internacional criará condições para a implementação no Algarve de negócios complementares, tais como o da fabricação/reparação de embarcações de recreio.

A estratégia de diversificação do *cluster* turismo-lazer, com vista à redução da sazonalidade da actividade e do emprego, implica o desenvolvimento de produtos adaptados e estratégias de marketing para estender o turismo, essencialmente estival, a todas as estações do ano. Nesta estratégia de diversificação do produto turístico oferecido incluem-se valências com potencial de crescimento na região, que podem constituir-se como novas fontes de alavanca, quer para as vertentes turísticas já consolidadas, quer para a dinamização e atracção para a região de novas actividades económicas. Enquadram-se nessas valências o turismo associado às práticas desportivas, nomeadamente as motorizadas, o turismo resultante da realização de congressos e eventos e o turismo de interior (fora da linha do litoral) em interligação com o denominado ecoturismo.

Esta abordagem tem de ser acompanhada de uma diferenciação pela qualidade do produto sol/praias, articulando-o com o produto de excelência da região associado à prática do golfe.

Neste sentido, as principais linhas de actuação serão:

- Melhorar, qualificar e diferenciar produtos turísticos existentes, investindo em produtos âncora, tais como o turismo de sol/praias e o turismo associado à prática do golfe;
- Desenvolver produtos para todo o ano, oferecendo pacotes únicos/inovadores, de forma a incrementar a actividade turística no Inverno (em torno dos produtos turísticos orientados para o segmento sénior europeu que tenham presente as valências na área da saúde);
- Diversificar temática e territorialmente a oferta turística, designadamente promovendo produtos ligados à protecção do ambiente e às potencialidades do interior algarvio (neste último caso, por exemplo, recuperação de património e reabilitação de antigas aldeias);
- Desenvolver uma política integrada e coordenada para o território abrangido pela Ria Formosa, que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que enquadre também a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem. Este espaço singular dispõe de condições excepcionais para se constituir como um pólo de atracção;
- Alargar a base de mercado, diversificando a origem de proveniência dos turistas e privilegiando segmentos com maior poder aquisitivo, nomeadamente turistas além-mar, turistas de estadia prolongada, o turismo de negócios e o turismo de saúde;
- Promover uma imagem internacional de destino turístico amigo do ambiente;
- Ordenar e requalificar as zonas ribeirinhas, contemplando a criação de áreas polivalentes onde seja possível dinamizar actividades associadas ao recreio náutico.

➤ Promover o reforço da competitividade das empresas turísticas

O sector do turismo é constituído por uma grande diversidade de formas organizativas, coexistindo grandes grupos económicos e empresas independentes, de pequena dimensão. A trabalhar sozinhas, estas pequenas e médias empresas

não conseguem gerar crescimento e sustentar o sector. A definição de uma estratégia comum proporciona uma oportunidade para chegar a um acordo colectivo e a uma estrutura de acção. Há, claramente, uma necessidade a nível regional de cooperação, de coordenação da actividade de marketing e de desenvolvimento de um modelo integrado que garanta, a todos os envolvidos no sector, uma conjugação de esforços tendo em vista a diversificação e a qualificação do produto turístico e a decorrente obtenção de um gasto médio diário por turista superior.

Para o incremento da relevância do *cluster* regional do turismo/lazer na economia nacional, as empresas terão de adquirir novas dinâmicas, designadamente a criação de redes entre empresas, que permitirão a obtenção de ganhos de escala, potenciadoras da diversificação e do incremento de casos empresariais de sucesso. As empresas que exercem a sua actividade para além do turismo de massas estão hoje concentradas num número reduzido de “ilhas de qualidade”, essencialmente estruturadas em torno da actividade do golfe.

Para permitir orientar a actividade sectorial no sentido da diversificação e da qualificação, as actuações deverão estar focalizadas em:

- Fortalecer o trabalho em rede através do estabelecimento de ligações estratégicas entre empresas do sector;
- Pesquisar os mecanismos que levam à introdução da inovação com ganhos na competitividade e implementar acções dinamizadoras de adesão das empresas aos resultados da investigação;
- Difundir as vantagens estratégicas que resultam dos consumos da inovação e da tecnologia para a sustentação a prazo do negócio das empresas do sector.

5.1.2. Robustecer e modernizar a economia regional

A maioria das empresas que enformam o tecido produtivo da região é de pequena e média dimensão, muitas delas micro-empresas. Devido à sua maior flexibilidade, as PME's podem ser altamente eficientes quanto à aquisição e actualização de tecnologia e determinantes para o crescimento do mercado de exportação, mas necessitam de assistência e orientação para a concretização desses propósitos. A definição de uma estratégia com essa finalidade deverá centrar-se na introdução da inovação, no acréscimo de produtividade, no conhecimento das melhores práticas e num maior envolvimento com os demais parceiros de cada sector.

Nesta vertente, a estratégia regional deverá estar direccionada para duas apostas:

- Incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade;
- Incrementar o grau de internacionalização das empresas regionais.

➤ *Incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade*

No Algarve, existem áreas periféricas fragilizadas, onde um modelo social assente na agricultura é importante para a inserção económica. Em contrapartida, encontram-se na faixa litoral áreas de destruição do espaço rural decorrentes da atractividade populacional gerada por aquela zona. Para a revitalização dos espaços de exploração rural é necessário criar interacções com as indústrias, em especial com as indústrias agro-alimentar e biotecnológica, por forma a que o estabelecimento de uma articulação indústria/produção, indústria/universidade

permita fomentar a competitividade e a ligação das actividades da agricultura e da indústria ao território que ocupam.

A estratégia a adoptar para o sector da **agricultura e produtos regionais** deverá assegurar as condições para que as empresas de pequena dimensão consigam encontrar soluções economicamente viáveis, tendo por suporte uma análise de mercado dos produtos provenientes da agricultura.

Embora a ligação à indústria e à investigação não possa ser considerada factor único para o desenvolvimento rural da região, terá de constituir a estratégia primária para que os novos produtos/novas tecnologias sirvam de motor impulsionador à agricultura dita mais tradicional e gerem mecanismos indutores do associativismo entre produtores e do estabelecimento de redes de troca de experiências de sucesso.

A ligação da actividade agrícola com o sector turístico será um factor essencial para a obtenção de ganhos de competitividade em ambos os sectores. A gastronomia e os produtos de base regional assumem neste contexto um papel central, contribuindo decisivamente para a construção da imagem de atractividade da região. A gastronomia e os vinhos regionais, associados à divulgação do artesanato, têm um impacto significativo na notoriedade do produto turístico globalmente considerado.

Para consubstanciar a estratégia, as linhas de actuação futuras deverão centrar-se em:

- Promover intervenções que possibilitem o “salto em frente” em direcção à tão almejada sustentabilidade socio-económica e ambiental do sector, o que passa, nomeadamente, por uma clara aposta na reconversão de áreas e métodos de produção, na qualificação de produções e activos e no reforço dos mecanismos de organização e cooperação quer à escala intra-regional, quer com as regiões vizinhas do Alentejo (e.g. Alqueva) e da Andaluzia;
- Estabelecer parcerias em áreas que podem ser fonte de novos desenvolvimentos nos sectores agro-alimentar e das biotecnologias;
- Desenvolver soluções para as necessidades do comércio rural, em particular às empresas com problemas na cadeia de oferta e no marketing;
- Desenvolver alianças para apoiar indústrias *agri-business* emergentes;
- Regularizar o funcionamento das pequenas unidades produtivas, de forma a permitir a valorização e comercialização dos produtos em condições mais favoráveis, e promover o aumento de escala das produções;
- Promover formas de cooperação entre produtores, visando melhorar a rentabilidade das unidades produtivas (compra conjunta de factores de produção, produção em equipamentos comuns, marketing e comercialização);
- Desenvolver alianças com o sector do turismo para promover o escoamento dos produtos, articulando a gastronomia e a produção de vinhos com uma imagem de qualidade e de saber-fazer;
- Dotar a região de centros técnicos de apoio à produção, especializados por tipo de produto, ou agrupamentos de produtos, visando a regularização, introdução de factores de inovação nos modos de produção e procura crescente de qualidade.

O Algarve dispõe de uma extensa orla marítima, sendo que a revitalização da **pesca** local, mediante a identificação de novas formas de comercialização e de ligação à actividade industrial, é um factor determinante da coesão social e da diversidade preconizada do tecido económico regional.

Uma prioridade regional será desenvolver as actividades relacionadas com a utilização dos recursos marítimos da região. Para a actividade de pesca regional, tendo presente a natureza multi-específica dos recursos-alvo sujeitos a exploração, pretende-se uma abordagem integrada das diferentes vertentes, desde a biologia e dinâmica das populações exploradas, até às alternativas de ordenamento e de gestão pesqueira. Nesta abordagem, a interface com o novo conhecimento e as novas tecnologias será determinante para a manutenção economicamente viável da actividade. Em simultâneo, a actividade resultante da exploração de sal marinho e algumas produções específicas do sector das conservas de peixe terão de permanecer uma prioridade regional, dada a sua penetração no mercado externo.

As opções estratégicas a adoptar deverão ser norteadas pelas seguintes linhas de actuação:

- Ajustar o esforço de pesca e a capacidade produtiva aos recursos disponíveis;
- Promover planos de ordenamento pesqueiro e de recuperação dos principais recursos explorados;
- Revitalizar o sector de comercialização do pescado e ampliar a oferta de pescado de qualidade;
- Fomentar o desenvolvimento tecnológico para expandir a produção e recuperar o papel «exportador» das pescas, designadamente reforçando a investigação neste domínio de forma a gerar instrumentos inovadores e complementares às tradicionais medidas técnicas de gestão;
- Intensificar a penetração internacional da produção de sal.

A **aquicultura** extensiva, da qual faz parte a moluscicultura, tem repercussões positivas sobre a economia e o emprego regional. A competitividade internacional do sector da aquicultura, sendo um sector em plena expansão, impõe exigências de preço e de qualidade, bem como de respeito pelo ambiente. Com esse intuito, novas actividades de investigação e desenvolvimento deverão ser estimuladas, para que, ao introduzir novos conhecimentos e novas tecnologias, se consiga obter produtos de melhor qualidade, diversificando as espécies oferecidas e minimizando impactos ambientais resultantes da exploração aquícola.

A actuação das entidades públicas deverá criar as condições facilitadoras à modernização das unidades produtivas do sector da aquicultura, por forma a diversificar a oferta e a alcançar níveis mais elevados de qualidade dos produtos comercializados. Nessa intervenção, o papel da investigação é crucial para empreender uma melhor compreensão das implicações e riscos ambientais relacionados com a actividade, promovendo um maior conhecimento de soluções alternativas com recurso à inovação tecnológica e delineando novos produtos comercialmente rentáveis.

A operacionalização da estratégia deverá partir do seguinte núcleo central de actuações:

- Estimular a melhoria das actividades da aquicultura tradicional, como a criação de moluscos bivalves, que são importantes para a preservação do tecido social e ambiental;
- Intensificar a investigação aplicada ao sector, designadamente no domínio da diversificação das espécies e dos sistemas de produção de peixes e moluscos, das tecnologias e automação aplicadas à gestão dos sistemas de cultivo e apoio, da patologia e da transformação e conservação do pescado;
- Estimular a criação/dinamização de cooperativas e de organizações/associações de produtores/comerciantes dos produtos da aquicultura;
- Incrementar a quota exportadora dos produtos da aquicultura.

O sector das **indústrias tradicionais** evidencia uma elevada dispersão por zonas e aglomerados industriais, à qual se alia uma insuficiência de áreas de localização industrial, em termos específicos, e de localização empresarial, em termos gerais. Esta situação é ainda agravada pela existência de zonas industriais degradadas (a exigir reabilitação) e de unidades industriais poluentes inseridas na malha urbana (a exigir realocação), com reflexos negativos para a população e o turismo.

Tendo presente este diagnóstico, a estratégia a preconizar para o desenvolvimento competitivo do sector deverá permitir ultrapassar actuais barreiras e limitações, nomeadamente aquelas que resultam da menor dimensão das empresas e da dispersão e inadequada localização geográfica das actividades. A estratégia a prosseguir deverá assegurar a criação de serviços de apoio específicos, que permitam definir uma orientação estratégica para o sector e identificar áreas onde a região pode estabelecer *clusters* de produção comercialmente atractivos.

Assim, dever-se-á dar prioridade a:

- Aumentar a escala das empresas para as tornar competitivas no mercado internacional;
- Definir um Programa de Desenvolvimento de Sociedades em parceria que encoraje as grandes empresas a orientar a estratégia das empresas de menor dimensão, apoiando-as no seu crescimento e na identificação de oportunidades de exportação;
- Promover a inovação, através de projectos de transferência de tecnologia.

O sector da **construção civil** é composto maioritariamente por empresas que, quer por falta de escala, quer por falta de dinâmica de reacção à inovação, têm apresentado alguma rigidez na absorção de novos conhecimentos e novas tecnologias. Trata-se de um sector muito dependente do turismo e imobiliária, e em que o arrefecimento desta última actividade pode trazer sérias dificuldades, com implicações para a riqueza criada pela região.

Com vista a minimizar esses efeitos sobre o sector, a estratégia pública deverá promover o apoio à inovação e a acções de transferência tecnológica para as empresas. Existem grandes oportunidades para melhorar as empresas em termos tecnológicos, particularmente em relação a métodos de construção especializados e na reabilitação de edifícios, pelo que as prioridades de actuação neste sector deverão ser:

- Promover um programa articulado, dos conteúdos da formação universitária às práticas na construção e reabilitação dos edifícios;
- Promover o apoio à inovação e a acções de transferência tecnológica para as empresas, nomeadamente no que se refere a métodos de construção especializados e de reabilitação urbana;
- Dar ênfase à sustentabilidade económica, social e ambiental da actividade, devendo para tal incluir na abordagem empresarial conceitos de planeamento, de design e de eficiência na gestão, tendo em vista a comercialização de produtos de qualidade.

Dado que apenas as empresas de maior dimensão do sector do **comércio** introduzem inovação nos processos, a estratégia deverá ser orientada para o reforço da competitividade do sector do comércio, em especial das pequenas e médias empresas, tendo em vista a sua modernização e o incremento do seu papel dinamizador para a economia regional. A intervenção pública junto das empresas terá de ser promotora da mudança, incentivando-as a adaptarem-se a uma economia de mercado global, onde as tecnologias de informação estão rapidamente a remover barreiras nacionais e internacionais.

A existência de redes de transferência de conhecimento para o sector assume um papel importante na tomada de consciência, pelo comércio de base local, das orientações pretendidas para o seu desenvolvimento, bem como para informar dos apoios financeiros a que podem recorrer para acompanhar o ritmo de mudança que se impõe.

Nesse sentido, as principais linhas de actuação deverão ser:

- Incentivar formas de reconversão e modernização do comércio tradicional de proximidade, em articulação com uma política de reanimação e reabilitação dos centros urbanos e zonas históricas;
- Analisar as experiências de sucesso de áreas comerciais e, com base nos dados obtidos, comunicar e partilhar as boas práticas identificadas dentro e fora da região;
- Garantir apoios específicos, públicos e privados, à renovação do sector, dando prioridade a investimentos que apostem em mudanças que resultem de novos conhecimentos/novas práticas.

A análise da realidade regional mostrou que existe um potencial enorme de aproveitamento de **recursos energéticos renováveis**, os quais estão actualmente a ser aproveitados de forma muito limitada. Esse comportamento menos preservador da qualidade ambiental estende-se desde os sectores da construção civil ao turismo e ao comércio, pelo que o uso eficiente da energia e a gestão racional da procura energética na região terão de ser encorajados, minimizando os níveis de desperdício e a dependência de energias não renováveis. Identificar e promover exemplos de boas práticas na eficiência e conservação da energia terá de ser uma aposta, aproveitando as potencialidades das energias renováveis para tornar mais competitivas as empresas/os sectores da região. Essa aposta, para ser alcançável, passa inevitavelmente por uma alteração de comportamentos individuais e colectivos relativos ao consumo da energia, conducentes a melhoramentos na eficiência dos equipamentos e nas aplicações da energia.

As linhas de actuação deverão, em conformidade, ser as seguintes:

- Reduzir a dependência e a intensidade energética regional;
- Aumentar a eficiência na utilização da energia;
- Diversificar as fontes energéticas, dando primazia à protecção ambiental;
- Intensificar a investigação conducente à redução dos efeitos poluentes das fontes energéticas consolidadas.

➤ *Incrementar o grau de internacionalização das empresas regionais*

O diagnóstico efectuado ao tecido empresarial da região evidenciou a reduzida capacidade de colocação de produtos no **mercado externo**, resultante quer da ausência de dimensão mínima necessária, quer do desconhecimento de oportunidades existentes para além do mercado de proximidade.

Em conformidade, será prioritária a promoção de um programa de apoio à penetração internacional das empresas da região, devendo contemplar missões de comércio no geral ou por sectores, com vista a um melhor conhecimento dos compradores internacionais. Pretende-se, com esta estratégia, conseguir um crescimento da procura no mercado externo dos produtos da região, a qual induzirá um efeito de alavanca para o desenvolvimento da economia regional. Para que este reposicionamento externo da economia regional seja concretizado, será determinante a existência de uma envolvente de apoio à fixação de investidores, nomeadamente estrangeiros.

Para além disso, é crucial a definição de uma estratégia de promoção de marcas comerciais da região, que criem as condições encorajadoras para que os consumidores internacionais desenvolvam preferências pelos produtos com origem no Algarve.

Com o intuito de aumentar o grau de internacionalização da região, as prioridades de actuação serão:

- Proporcionar um ambiente propício à atracção de investimento estrangeiro, que encoraje o crescimento das exportações;
- Desenvolver a capacidade e aptidão das empresas para comercializarem internacionalmente, i.e., tornando-as exportadoras;
- Introduzir novas abordagens de marketing além fronteiras que procurem dar a conhecer os produtos com origem na região, estimulando, desse modo, a sua procura global.

5.1.3. Reestruturar os modelos organizativos do tecido empresarial

A realidade empresarial associada a cada sector de actividade da região apresenta uma elevada diversidade, evidenciando cada um deles dinâmicas organizativas diferenciadas, coexistindo sectores com várias associações de empresas, e outros onde a ausência de interlocutores regionais que representem os interesses e prioridades dos respectivos sectores é quase total. Concretamente, no sector da aquicultura, das pescas e da agricultura, as empresas apresentam-se de forma atomizada, sendo difícil encontrar formas colectivas de organização.

Nesse sentido, as políticas públicas deverão criar mecanismos facilitadores da emergência de representantes sectoriais, com a capacidade de participação activa

na configuração e implementação de estratégias de desenvolvimento. A estratégia regional terá, conseqüentemente, de permitir a:

- Reorganização institucional do tecido empresarial regional, promovendo o aparecimento de novos interlocutores regionais;
- Emergência de novos actores regionais, impulsionadores da mudança para uma economia baseada na tecnologia e no conhecimento.

➤ Reorganização institucional do tecido empresarial regional, promovendo o aparecimento de novos interlocutores regionais

O emergir de interlocutores sectoriais estratégicos para a região dependerá do envolvimento que se vier a conseguir de empresários de sucesso e de gestores capazes de implementar mudanças de comportamento e atitudes organizativas. A estratégia passa pela configuração de apoios específicos à modernização e à inovação organizacional das empresas existentes, bem como pela promoção de iniciativas empresariais concertadas, contribuindo para a melhoria da integração da base económica regional.

As orientações de política terão de incrementar a capacidade de inovação organizacional (organização do trabalho, métodos de gestão, processos de participação colectiva, etc.). A concepção de apoios específicos a segmentos empresariais (acesso a informação estratégica, detecção de oportunidades futuras, promoção da inovação empresarial, projectos integrados de investimento e modernização, ...) constitui uma plataforma de actuação indispensável, só alcançável num quadro organizativo cooperativo do tecido empresarial.

Nesse sentido, a intervenção pública deve ser pautada pelas seguintes directrizes de actuação:

- Criar espaço para a emergência de grupos organizados de empresas que promovam a excelência;
- Dinamizar a aproximação à Universidade das empresas sem histórico de adesão à inovação.

➤ Emergência de novos actores regionais impulsionadores da mudança para uma economia baseada na tecnologia e no conhecimento

Para uma reestruturação do tecido organizativo regional, muito contribuirá a atracção para a região de empresas estrangeiras que, ao assegurarem a partilha do risco do negócio, permitam a criação de empresas inovadoras que tenham como perspectiva a internacionalização.

Apoiar a localização e a instalação de novas empresas de elevado valor acrescentado em áreas delimitadas para esse fim será fundamental para o desenvolvimento da região. Para que o número destas empresas se multiplique, é crucial um ambiente encorajador e estimulante, conseguido aumentando a interface entre I&D e a actual implementação de tecnologia. A promoção de investimentos em capital de risco (*venture capital*) e em *business angels* (sociedades de capital de risco), nomeadamente a nível regional, será factor crítico de sucesso para a diversificação da base produtiva regional.

A nível regional, é igualmente factor estratégico de desenvolvimento a promoção de zonas de localização empresarial consolidadas que assegurem o ordenamento das actividades económicas e da logística regional.

Nesse sentido, a actuação pública deverá ter como prioridade:

- Articular a política regional de atracção de investimento com os instrumentos de política disponíveis a nível nacional (por exemplo, a Agência Portuguesa de Investimento);
- Criar mecanismos que favoreçam a criação de *Business Angels* a nível regional;
- Envolver as empresas de capital de risco em missões específicas de reconversão/dinamização para cada sector;
- Concretizar um sistema regional de logística e de distribuição através da criação de áreas de localização empresarial.

5.1.4. Desenvolver um nicho de serviços intensivo em conhecimento

A Comissão Europeia prevê que, no final da década (2010), a principal fatia da nova tecnologia aplicada resulte fundamentalmente de sectores assentes nas ciências da vida e na biotecnologia. Estes mercados sectoriais, sendo altamente dinâmicos, baseiam-se sobretudo em PME's, profundamente inovadoras, as quais têm como denominador comum, na fase de arranque, o facto de empregarem um número reduzido de pessoas, embora com elevado conhecimento científico. Para a criação de *clusters* industriais em sectores intensivos em conhecimento, como resultado da existência de ambientes económicos favoráveis, necessários para o apoio e a estabilização dessas empresas, a actuação pública terá de assumir um papel pró-activo. A interface das novas indústrias com os corpos de investigação disponíveis na região possibilitará a criação de massa crítica de conhecimento e de excelência, a qual facilitará a conversão dos resultados da investigação em produtos comercializáveis, através da criação de empresas *start-ups* e *spin-offs*.

Para criar a dinâmica geradora de novas empresas de base tecnológica e intensivas em conhecimento, torna-se igualmente necessário divulgar junto das empresas os resultados da investigação produzidos dentro da Universidade, possibilitando-lhes uma plena absorção dos desenvolvimentos tecnológicos ocorridos.

Com vista ao desenvolvimento de um nicho de serviços intensivo em conhecimento, a actuação pública deve ser orientada pelas seguintes directrizes:

- Definir um modelo de localização de Zonas Industriais de Nova Geração (ZINGs) para a implantação de empresas com forte conteúdo tecnológico;
- Dinamizar centros de transferência de tecnologia, com base no Parque de Ciência e Tecnologia promovido pela Universidade, que permitam a rentabilização económica do conhecimento científico gerado na região, facilitando assim a interacção entre Universidade e empresas;
- Fomentar a criação de novas empresas, estimulando recursos humanos disponíveis na região, altamente qualificados, a criarem a sua própria iniciativa empresarial;
- Reforçar laços entre a ciência e o meio empresarial, através da criação de laboratórios de tecnologia de excelência, de parceria público-privado, de incubadoras de investigação e de empresas *spin-off*.

5.2. Recursos humanos

5.2.1. Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações

Em matéria de emprego, os elementos centrais de preocupação justificaram a adopção das seguintes directrizes:

- Melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho;
- Incentivar uma abordagem do trabalho ao longo do ciclo de vida;
- Contribuir para a estruturação de um mercado de trabalho inclusivo, que contemple as necessidades das pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão social e dos inactivos.

Esta é uma dimensão que pressupõe uma forte combinação de políticas, nomeadamente a partir da vertente empresarial da inovação e conhecimento e das infra-estruturas de base económica, domínios em que os níveis de apetrechamento da região têm elementos insatisfatórios (p.e., inexistência de centros de incubação de empresas, centros de distribuição e logística empresarial) ou aproveitamento reduzido (p.e., áreas de acolhimento empresarial).

A redução dos apoios às empresas para investimentos de natureza material implicará um importante esforço de reorganização empresarial e dos modelos de organização do trabalho. Daqui pode decorrer um recurso mais intenso a serviços de apoio à actividade económica, que representam uma importante oportunidade para a dinamização do tecido empresarial da região e para uma maior absorção de competências avançadas, nomeadamente originárias da Universidade, tanto na óptica de empreendedorismo, como de atracção de recursos humanos qualificados pelas empresas.

Nesta perspectiva, os apoios à empregabilidade, pela via dos incentivos ao fomento do empreendedorismo e à renovação dos factores de competitividade das empresas e pela via dos estágios profissionais a jovens com qualificações médias e superiores, constituem instrumentos cruciais para os objectivos da melhoria da produtividade e da qualidade do trabalho.

A reorganização das actividades no seio das empresas deve ser, por sua vez, geradora de oportunidades de requalificação dos activos empregados, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida que assegure um maior aproveitamento das capacidades e competências dos trabalhadores de meia idade e dos mais velhos (envelhecimento activo).

Esta requalificação/reconversão profissional de activos empregados deve representar um contributo decisivo para melhorar a qualidade do emprego e a produtividade do trabalho e constitui um domínio claramente deficitário nas intervenções anteriores do Fundo Social Europeu, na região.

5.2.2. Melhorar as qualificações dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas

No domínio da qualificação dos recursos humanos, as prioridades estratégicas que decorrem da necessidade de resposta aos desafios identificados são, designadamente, as seguintes:

- Atenuação dos índices de abandono escolar precoce e dos défices de qualificação de base dos activos empregados jovens atraídos para as actividades dinâmicas da especialização regional sem habilitações/qualificações mínimas, com reflexos nos níveis de produtividade do trabalho e na qualidade dos serviços prestados;
- Fomento da formação técnica e tecnológica dos jovens, nomeadamente orientada para as necessidades dos sectores do alojamento hoteleiro e da restauração, da fileira da construção, do ambiente e das energias renováveis, das actividades agro-alimentares e produções tradicionais;
- Expansão da formação de activos empregados, compreendendo acções de qualificação e reconversão profissional, a par do cumprimento da obrigatoriedade de um volume mínimo de formação anual.

Estas prioridades deverão ser prosseguidas através de dois grandes vectores complementares de actuação:

- Desenvolvimento de competências orientadas para a modernização da actividade das empresas e outras organizações;
- Melhoria das condições de empregabilidade, tanto dos activos empregados, como dos desempregados, pessoas desfavorecidas e inactivos.

Trata-se de dois vectores que têm racionalidade bastante para ancorar as respostas formativas às necessidades e prioridades identificadas, veiculadas pelo conjunto de medidas adiante identificadas, e para (re)orientar o posicionamento dos agentes regionais que intervêm no mercado de formação e que estão confrontados com a necessidade de afectar recursos com maior selectividade e assegurar condições de eficácia e eficiência à sua aplicação.

➤ *Desenvolvimento de competências orientadas para a modernização da actividade das empresas e outras organizações*

Este vector deve contemplar a qualificação e reconversão de profissionais para as actividades da especialização regional e outras em que são identificáveis oportunidades de emprego a médio e longo prazo. Trata-se, concretamente, de desenvolver competências para:

- Funções técnicas no âmbito das profissões do complexo de actividades do turismo e do lazer (de gestão, execução e manutenção).
- Funções técnicas da fileira de actividades da construção, com destaque para a reabilitação urbano-patrimonial.
- Funções técnicas das actividades ligadas à organização dos circuitos de comercialização e do comércio externo.
- O fomento e consolidação da iniciativa empresarial (funções administrativas e financeiras, funções comerciais e gestão dos recursos humanos), abrangendo a actualização regular de competências dos empresários em áreas de desenvolvimento estratégico das empresas.
- A implementação de processos de modernização dos serviços públicos (competências normativas; competências técnicas específicas de planeamento, programação física e financeira e gestão; competências técnicas de execução, manutenção e conservação nos diversos domínios da actividade reguladora e de fiscalização destes serviços, nomeadamente a nível municipal).

O desenvolvimento destes segmentos de produção de competências pressupõe três linhas de intervenção concertadas dos intervenientes no mercado de formação:

- Combinação de estratégias das modalidades qualificantes de dupla certificação da formação inicial (ensino tecnológico, ensino profissional e sistema de aprendizagem, com extensão às formações de nível IV);
- Reorganização e apetrechamento das unidades acreditadas que desenvolvem ofertas nas modalidades de formação contínua, dando prioridade às procuras de base empresarial e individual, em detrimento da tradicional preponderância da oferta;
- Fomento das actividades de formação-consultoria junto das empresas com mediação das associações empresariais e entidades de interface, dando sustentabilidade técnica à manifestação da procura e permitindo respostas flexíveis.

➤ Melhoria das condições de empregabilidade (associadas à melhoria das qualificações)

Este vector deve assumir uma lógica de complementaridade com o anterior, organizando respostas formativas na óptica da “melhoria da produtividade e qualidade do trabalho e inclusão social”, designadamente:

- Concepção de programas em áreas-chave de reconversão de actividades de especialização regional, na óptica da adaptabilidade dos activos empregados e dos desempregados;
- Expansão e aperfeiçoamento das acções de educação e formação de adultos;
- Organização de acções de formação para jovens activos empregados sem habilitações mínimas, assegurando condições de articulação flexível entre os períodos lectivos e de formação e os períodos de maior dinâmica empregadora, contribuindo para atenuar os elevados níveis de desistência e saída precoce;
- Formação de competências de gestão e de execução técnica para as áreas do desenvolvimento local, dos serviços de proximidade e de acção sócio-local, contribuindo, nomeadamente, para qualificar as redes de equipamentos sociais que apoiam idosos e grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

5.2.3. Fomentar iniciativas de desenvolvimento sócio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis

A inserção social e profissional de grupos de maior vulnerabilidade é uma prioridade estratégica definida a nível nacional que se encontra fortemente associada ao crescimento do emprego e à melhoria das condições de empregabilidade (qualificação escolar e profissional, com destaque para o combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce e para a formação e educação de adultos).

Na vertente inclusão social, identificam-se três áreas de actuação à escala regional com prioridade relevante para a afectação de recursos públicos:

- Redução dos índices regionais de pobreza, designadamente nos segmentos de maior vulnerabilidade (idosos, imigrantes, crianças e grupos de risco);
- Fomento das iniciativas de desenvolvimento socioeconómico, no âmbito da consolidação de redes sociais localmente enraizadas;
- Utilização das tecnologias da informação e da comunicação em favor da inclusão para todos.

Nesta perspectiva, as acções a empreender prioritariamente devem aliar, por um lado, o estímulo às iniciativas de desenvolvimento e de formação e, por outro lado, o fortalecimento das dinâmicas de cobertura dos equipamentos sociais:

- Fomento de medidas e acções de e-inclusão, assentes no aproveitamento do potencial proporcionado pelas novas tecnologias às actividades de pessoas portadoras de deficiência e ao desenvolvimento económico nas áreas de baixa densidade;
- Estímulo à concretização de iniciativas da esfera da economia social e outras de desenvolvimento local, na óptica das economias de proximidade;
- Consolidação das redes sociais (formais e informais), estruturantes de níveis de integração social e territorial em matéria de segurança e qualidade de vida;
- Criação de condições logísticas de suporte a um envolvimento dos adultos activos no acesso às NTIC.

5.2.4. Modernizar e qualificar a Administração Pública da região

A região precisa de uma Administração Pública – tanto central desconcentrada como local – com qualidade e empreendedora, capaz de gerar condições de competitividade, de servir os cidadãos, de apresentar resultados e de mobilizar as capacidades regionais.

A Administração tem, pois, que assumir uma postura activa de regulação e promoção do desenvolvimento e de “facilitação” da vida dos agentes regionais e cidadãos. Tal implica que se aposte em duas vertentes complementares:

- Serviços públicos modernos e eficientes, equipados com novas tecnologias;
- Recursos humanos qualificados e motivados, que permitam reduzir de forma significativa os custos públicos de contexto que afectam o cidadão e os agentes económicos e sociais.

É claro que tal desiderato não se obtém sem uma política séria e continuada de formação e valorização dos funcionários públicos, sem uma nova política de carreiras, sem novos sistemas e metodologias de avaliação de desempenhos e sem novos investimentos em equipamento e em inovação de processos e de práticas de gestão.

No entanto, a realidade regional neste domínio é caracterizada também por uma insuficiente capacidade de tomada de decisão por parte da maioria da Administração Central desconcentrada, pela insuficiente consideração das virtualidades do princípio da subsidiariedade, com descentralização e/ou melhor articulação com as autarquias locais de vários tipos de actuações públicas.

A mudança de mentalidades e o reforço das capacidades e competências, dirigidas para a prestação de um serviço e para a satisfação do utilizador/cliente, não será possível sem uma reflexão profunda, tanto a nível nacional como regional, das reformas a implementar, designadamente sobre o papel e funções efectivas a desempenhar pela Administração Central desconcentrada na região, sobre as actuações eventualmente a descentralizar, e outras a externalizar.

A formação dos funcionários da Administração Central e Local deverá, pois, enquadrar-se numa perspectiva consistente e de longo fôlego de reforma dos serviços públicos, para que estes se tornem efectivamente num factor de qualidade e eficiência e, por conseguinte, de competitividade para a região. Só nesse contexto será razoável empenhar os funcionários públicos nesse exercício e definir, com consistência, os modelos formativos e de avaliação mais adequados para os objectivos pré-definidos.

A formação a ministrar deverá, pois, visar qualificar profissionalmente funcionários e demais agentes da Administração Central desconcentrada e Local para as exigências de modernização administrativa e de reorganização de serviços, mas igualmente promover uma nova cultura de serviço público.

Em relação especificamente à Administração Local, importa preparar os agentes públicos para as novas funções que cada autarquia terá progressivamente que assumir enquanto agente dinamizador da economia local e regional. Para além da necessidade de formar e qualificar os recursos humanos da Administração Local em domínios-chave ainda insuficientemente desenvolvidos e imprescindíveis para a integração na nova sociedade da informação e do conhecimento – com a consequente utilização de novas tecnologias –, há que empreender um esforço significativo em áreas ligadas à promoção, dinamização e desenvolvimento de projectos em sectores como o turismo, o património, a animação e outros de interesse local. Naturalmente que, para além do novo papel na promoção de emprego e riqueza no plano local, há que cuidar das competências para a gestão e manutenção eficiente do património público autárquico, designadamente das infra-estruturas realizadas nas últimas décadas.

5.3. Território

5.3.1. Promover um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços

A base do desenvolvimento sustentado de uma região competitiva passa por uma forte e eficiente estruturação e articulação territorial, assente no estabelecimento de relações de complementaridade da sua estrutura urbana e do restante território (espaços rurais, naturais, orla costeira, etc.) com igual importância estratégica em termos da afirmação regional.

Assim, e tendo em conta a necessidade de assegurar um desenvolvimento equilibrado do território regional que garanta um desenvolvimento conjunto harmonioso e a valorização dos recursos de cada espaço sub-regional, as principais linhas de acção a desenvolver no quadro desta prioridade de desenvolvimento são:

- O reforço da coesão territorial e a valorização integrada das potencialidades dos diversos territórios (como, por exemplo, a requalificação dos espaços urbano-turísticos, a revitalização de áreas urbanas degradadas e de ocupação desqualificada);

- A promoção de uma rede urbana policêntrica;
- O desenvolvimento dos territórios da Costa Vicentina, da Serra e do Baixo Guadiana;
- A preservação das unidades de paisagem;
- A navegabilidade do rio Arade e do Guadiana e seu aproveitamento turístico (associando ao desenvolvimento e consolidação dos segmentos da náutica de recreio e de cruzeiros);
- O reforço das interligações com o Alentejo e com Espanha (com a aposta na requalificação das ligações ao Alentejo e com o reforço das ligações ferroviárias e rodoviárias à Andaluzia);

5.3.2. Melhorar as acessibilidades e a mobilidade

Indissociável do objectivo anterior, a melhoria das componentes de mobilidade e acessibilidade – tanto interna como externa – implica uma estrutura de investimentos que deverá contemplar nomeadamente:

- O reforço da mobilidade intra e inter-regional, envolvendo intervenções prioritárias nos módulos ferroviário e rodoviário, mas sem descurar as intervenções estruturantes no módulo aéreo;
- O reforço e requalificação das acessibilidades intra e inter concelhias, designadamente completando algumas ligações da A22 à orla costeira e à EN125;
- A conclusão da execução do Plano Rodoviário Nacional no Algarve, onde se identifica, nomeadamente, a conclusão da construção do IC27 e também a remodelação da EN 120 com perfil de IC (IC4), que estruturará o eixo oeste a Barlavento;
- O ordenamento e valorização de eixos estruturantes, implicando, entre outros, um projecto de intervenção integrado para a EN 125;
- A modernização do sistema ferroviário regional, compreendendo intervenções prioritárias na modernização (reconstrução/ renovação) da linha regional;
- A introdução do modo ligeiro nas duas aglomerações urbanas principais, através de um comboio ligeiro / eléctrico rápido para ligações interurbanas de curta distância ao longo do litoral, por forma a contribuir também para a promoção do desejável policentrismo da rede urbana litoral e para a redução do tráfego rodoviário no litoral;
- Fomentar políticas de incentivo à utilização de modos de transportes alternativos e de criação de zonas periféricas de estacionamento.

5.3.3. Completar as redes regionais

O fecho da estrutura de Redes justifica-se por permitir, por um lado, concluir ou complementar os investimentos concretizados nas estratégias anteriores e, por outro, por contribuir para a melhoria dos padrões de coesão territorial e de competitividade regionais. Os investimentos, no âmbito deste quadro de programação, devem ter a capacidade de permitir quer uma equidade de oportunidades de acesso a equipamentos colectivos base em todo o território (norteada por critérios de selectividade e fomentando tanto quanto possível lógicas supra municipais), quer a concretização de equipamentos estruturantes que contribuam para a afirmação e competitividade da região, nomeadamente:

- Completar as redes de equipamentos colectivos das aglomerações da rede urbana policêntrica, nomeadamente os equipamentos desportivos,

de apoio social, culturais, de recreio e de logística, repensados no seu duplo papel de servirem os seus utentes em capacidade e acessibilidade adequadas e, simultaneamente, contribuirão para a consolidação do sistema urbano regional, formado por aglomerações de centros urbanos cujos equipamentos e serviços devem corresponder a redes de complementaridade funcional recíproca, garantido assim limiares de procura conjunta, racionalização de meios e coesão territorial;

- Aumentar a capacidade, qualidade e fiabilidade do fornecimento de energia eléctrica à região, assegurando nomeadamente a conclusão da rede eléctrica nacional (para transporte de energia em Alta / Muito Alta Tensão) e introduzindo no sistema a produção proveniente de fontes alternativas de energia, que se pretendem dinamizar no âmbito deste período de programação;
- O ordenamento e ampliação das redes de áreas empresariais, industriais, de comércio e de logística, entendidas como áreas indispensáveis para a modernização da estrutura produtiva e consolidação de um modelo territorial – o ordenamento da logística, tanto de nível regional, como de nível municipal, é encarado como meio de assegurar a disponibilização de solo para a implantação de novas actividades, assim como para a realocação de algumas actividades indevidamente localizadas;
- Criação de pólos de internacionalização económica, cultural e de investigação e o reforço da rede de ensino superior, de onde se destaca, nomeadamente, o novo Hospital Central (também universitário) e o Parque das Novas Actividades.

5.3.4. Qualificar o espaço público e a paisagem

A qualidade do espaço público e da paisagem constitui valor de importância inquestionável e universal. No Algarve, porém, essa dimensão adquire uma importância redobrada em virtude da sua especialização económica, da riqueza e fragilidade dos seus ecossistemas e da pressão a que é submetido.

As intervenções deverão ter a capacidade de (re)qualificar, recuperar ou valorizar a estrutura do território, quer ao nível das aglomerações urbanas, quer ao nível das áreas urbano-turísticas saturadas, quer ainda em territórios de baixa densidade. Devem assumir um carácter emblemático e demonstrativo da capacidade de integrar sustentavelmente uma estratégia de desenvolvimento territorial e a preservação dos valores ambientais, designadamente:

- Elaboração de modelos específicos de desenvolvimento / planos de intervenção integrados para os diversos territórios;
- Definição de planos/projectos de intervenção em áreas urbano-turísticas saturadas ou degradadas;
- Criação de produtos turísticos que associem a componente ambiental, cultural, histórica e paisagística;
- Reabilitação e valorização dos centros urbanos;
- Criação e valorização de espaços verdes de utilização colectiva;
- Requalificação e valorização das frentes de mar.

5.4. Ambiente

5.4.1. Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade

Apesar da região apresentar, no contexto nacional, uma situação relativamente favorável em termos de infra-estruturas de saneamento básico, impõe-se ainda a concretização de investimentos importantes com vista a melhorar os níveis de atendimento e a qualidade do serviço prestado e dar cumprimento às metas ambientais da União Europeia (abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos).

As acções a desenvolver deverão, naturalmente, enquadrar-se no âmbito das orientações de:

- PEAASAR II (2007-2013) – Plano Estratégico para o Sector da Água;
- Plano de Intervenção de Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados.

No primeiro caso, destaca-se a necessidade de assegurar, por um lado, disponibilidades de água que garantam o abastecimento sustentável da região em termos de origens fiáveis em qualidade e quantidade e, por outro, garantir o seu uso eficiente, nomeadamente através da redução das perdas nas redes de distribuição. A conclusão da Barragem de Odelouca para fornecimento de água em quantidade e qualidade adequadas ao Barlavento Algarvio assume, mais uma vez, uma prioridade total neste âmbito.

Em relação aos resíduos sólidos, pretende-se minimizar a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, melhorar o desempenho regional no domínio da reciclagem e encarar os resíduos como recursos, encontrando soluções regionais que promovam a sua valorização, destacando-se em particular os resíduos de construção e demolição e os resíduos agrícolas.

5.4.2. Criar níveis elevados de protecção ambiental

O ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mesmo e, também, como um recurso de suporte às actividades económicas. A promoção da qualidade ambiental deve ser encarada como uma questão prioritária, quer na requalificação do litoral de ocupação turística mais intensa, quer na preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais em áreas de menor densidade urbanística.

Neste sentido, devem-se desenvolver actuações que visem nomeadamente:

- Promover a qualidade ambiental, recuperar áreas ambientalmente degradadas e promover os valores naturais como mais-valias da região, assegurando o apoio e a dinamização de actividades com eles associadas e emergentes;
- Assegurar a protecção dos recursos hídricos que, no novo quadro legal de gestão, decorrente da Directiva Quadro da Água, apresenta grandes desafios que passam pela elaboração de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas e culminam no objectivo de se atingir o “bom estado” de todas as massas de água em 2015;
- Dinamizar a Rede Ecológica Regional. O conjunto das Áreas Protegidas e dos sítios da Rede Natura 2000, interligados por corredores ecológicos, constituem uma rede de espaços privilegiados

para a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade. Nestas áreas, devem ser evitadas acções susceptíveis de comprometer os valores naturais em presença e promovidas intervenções no âmbito do estudo e aprofundamento dos conhecimentos científicos, assim como da recuperação de áreas degradadas. Deverá ainda promover-se a aplicação de medidas de discriminação positiva que valorizem estes espaços e beneficiem as populações que habitam nestas áreas, nomeadamente através do apoio a actividades consentâneas com a sensibilidade ecológica existente e da instalação de equipamentos que contribuam para aumentar e simultaneamente divulgar a importância dos seus valores e recursos naturais;

- Requalificar e valorizar a orla costeira, tendo em conta a importância estratégica que possui em termos ambientais, económicos e sociais, em contraste com a sua enorme fragilidade e situação de risco em que se encontra e que se tem vindo a agravar progressivamente. As intervenções a realizar resultam, na sua generalidade, da implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, devendo assim dar-se continuidade às acções iniciadas no actual quadro comunitário.

Para além da preservação dos sistemas costeiros e estuarinos e da recuperação de zonas degradadas, nomeadamente com acções de regeneração de dunas, entre outras, deverá ser dada especial atenção às acções de requalificação e valorização destas zonas, numa perspectiva de incremento da qualidade da oferta turística e, simultaneamente, de minimização dos impactes dessa actividade na orla costeira;

- Ordenar e valorizar a floresta. Os recursos florestais assumem um papel importante na preservação do equilíbrio natural da região e na economia local, essencialmente na área da serra. Os grandes incêndios que têm consumido uma parte significativa da área florestal, com os inerentes prejuízos ambientais e económicos, impõem que nos próximos anos se proceda à reflorestação das áreas ardidas, implementando medidas de ordenamento e gestão florestal adequadas, que permitam atingir simultaneamente objectivos de protecção ambiental e de produção;

5.4.3. Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental

O desenvolvimento de uma sociedade sustentável passa, em primeiro lugar, pelo conhecimento dos níveis de qualidade ambiental. Este processo implica, por um lado, uma monitorização permanente e, por outro, a promoção de novas actividades associadas aos valores ambientais e à sua implementação. Este conhecimento torna os cidadãos mais conscientes do seu papel enquanto membros de uma sociedade global e da importância das suas atitudes e comportamentos na participação activa nas comunidades onde se inserem.

Pretende-se, por isso, criar um quadro de actuação a três níveis:

- Garantir a monitorização permanente dos parâmetros ambientais;
- Incrementar políticas de educação e informação ambiental que assegurem a avaliação do desempenho ambiental da região;
- Sensibilizar os cidadãos e as entidades através da promoção de novas actividades associadas à preservação e valorização dos recursos e do

património natural, que resultem no desenvolvimento de processos de boas práticas ambientais na acção diária do sector público e privado:

- A melhoria da qualidade ambiental, o aumento dos níveis de reciclagem e de valorização de resíduos, bem como o incremento da produção e utilização de energias alternativas, devem basear-se em processos de inovação e no desenvolvimento de actividades competitivas e empreendedoras capazes de afirmar a região;
- Assegurar o aproveitamento e a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Reforçar a informação e a educação e promoção ambiental;
- Promover a participação pública.

5.4.4. Implementar uma política de prevenção de riscos

A definição de uma estratégia para a prevenção de riscos deve conjugar, de forma articulada, planos de acção e de contingência para situações de emergência e catástrofe, com um conjunto de políticas de prevenção que disciplinem a ocupação do território e sensibilizem para um uso equilibrado dos recursos regionais (como por exemplo a água, a floresta e a energia).

Destacam-se as seguintes áreas de intervenção:

- Reforço do ordenamento, manutenção e vigilância da floresta;
- Dotação e manutenção de acessos adequados à vigilância e manutenção dos espaços florestais e ao combate aos fogos;
- Disponibilidade de meios técnicos e humanos com formação adequada para actuar em caso de catástrofe;
- Controlo e prevenção de riscos associados a fenómenos meteorológicos extremos (seca, cheias, etc.);
- Prevenção e combate à poluição marítima;
- Prevenção de riscos associados à orla costeira;
- Prevenção de riscos associados às alterações climáticas;
- Prevenção de riscos sísmicos

Anexos

ALGARVE – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

QUADRO 1 - SÍNTESE COMPARATIVA

INDICADOR	Unid.	Ano	Algarve	Alentejo	Andaluzia	Portugal	EUR 25	EUR 15	
DEMOGRAFIA									
Área	1000 Km ²	-	5,0	31,7	87,6	92,1	3.892	3.156	
População residente	milhares	2004	405,4	767,5	7.553,0	10.474,7	457.188,6	383.047,4	
Estrutura etária	0 - 14 anos	%	2004	14,7	13,4	16,9	15,7	16,4	16,3
	15 - 64 anos	%	2004	66,7	63,8	68,5	67,4	67,2	66,7
	65 e + anos	%	2004	18,7	22,7	14,6	16,8	16,5	17,0
Índice de Envelhecimento		2004	127,4	169,1	86,9	106,8	100,7	104,5	
Taxa de Natalidade	‰	2004	11,7	9,2	11,7	10,4	10,5	-	
Taxa de Mortalidade	‰	2003	11,9	14,5	8,6	10,5	(2001) 9,8	(2001) 9,7	
Taxa de crescimento natural	‰	2004	0,2	-3,8	3,4	0,7	1,0	-	
Saldo migratório	‰	2004	14,7	3,9	13,7	4,5	4,0	-	
Esperança de vida à nascença	Homens	anos	2004	74,0	74,0	(1998) 73,99	74,5	75,1	76
	Mulheres	anos	2004	80,8	80,8	(1998) 80,98	81,0	81,2	81,7
Densidade Populacional	hab/Km ²	2004	81,2	24,2	86,2	113,7	117,5	121,4	
População resid. aglomerados + 2000 hab	%	2001	48,2	51,3	-	54,9	-	-	
EMPREGO									
População Activa	milhares	2004	206,5	376,6	3.331,5	5.487,8	214.537,3	180.658,1	
População empregada	Total	milhares	2004	195,2	343,4	2.763,1	5.122,8	199.951,1	171.655,2
	Sector I	%	2004	7,8	14,5	9,4	12,1	5,0	3,8
	Sector II	%	2004	20,0	24,9	25,7	31,2	24,9	24
	Sector III	%	2004	72,1	60,6	64,9	56,8	70,0	72,2
Taxa de actividade	Total	%	2004	59,8	56,5	52,9	62,0	56,6	56,8
	Masculina	%	2004	69,2	65,6	66,2	69,8	65,2	65,5
	Feminina	%	2004	50,6	48	40,1	54,8	48,6	48,7
Taxa de emprego (pop 15-64 anos)	Total	%	2004	69,5	66,8	52,8	67,8	63,3	64,7
	Masculina	%	2004	77,6	75,3	67,8	74,2	70,9	72,7
	Feminina	%	2004	61,0	58,1	37,6	61,0	55,7	56,8
Emprego a tempo parcial	%	2004	8,1	7,0	8,9	11,3	17,7	19,4	
População Desempregada	milhares	2004	11,3	33,2	568,4	365	19.770,3	14.920,5	
Taxa de desemprego	Total	%	2004	5,5	8,8	17,1	6,7	9,2	8,2
	Masculina	%	2004	4,9	6,8	12,6	5,8	8,5	7,5
	Feminina	%	2004	6,2	11,5	24,2	7,6	10,1	9,2
Taxa de desemprego dos jovens	%	2004	-	22,1	27,6	15,3	18,5	16,2	
Taxa de desemprego longa duração	%	2004	38,1	40,4	30,1	44,4	44,5	-	
População 15 ou + anos, segundo nível ensino atingido	Nível 0-2 (CITE 1997)	%	2004	76,7	82,5	66,0	77,6	-	-
	Nível 3-4	%	2004	14,2	11,2	16,3	13,0	-	-
	Nível 5-6	%	2004	9,1	6,3	16,2	9,4	-	-
Adultos (25-64 anos) frequentando formação/ensino	%	2004	5,0	3,2	4,4	4,3	8,6	9,3	

INDICADOR	Unid.	Ano	Algarve	Alentejo	Andaluzia	Portugal	EUR 25	EUR 15	
SAÚDE									
Médicos/100.000 hab.	nº	2003	196,3	167,3	329,0	269,3	-	-	
Dentistas/100.000 hab.	nº	2003	2,5	2,2	45,4	3,8	-	-	
Camas hospit./1000 hab.	nº	2002	225,4	260,0	281,9	364,8	639	611	
Taxa mortalidade infantil	%	2004	4,2	3,4	-	3,8	4,5	4,2	
AMBIENTE									
População servida	Abastecimento de Água	%	2003	90,2	95,0	-	92,0	-	-
	Drenagem de Águas Residuais	%	2003	82,6	82,9	-	73,7	-	-
	Tratamento de Águas Residuais	%	2003	77,2	68,1	-	60,6	-	-
Taxa de tratamento de águas residuais	%	2003	93,8	82,7	88,3	82,3	-	-	
Produção de RSU <i>per capita</i>	kg/hab	2004	722	484	(2003) 642	425	537,0	580	
Recolha selectiva de resíduos	Kg/hab	2004	31	14	-	21	-	-	
Consumo água (rede pública) <i>per capita</i>	m ³ /hab	2004	120	59	-	64	-	-	
Consumo energia elect. <i>per capita</i>	10 ³ Kw/hab	2003	4,7	4,7	-	4,2	-	-	
Consumo de combustíveis <i>per capita</i> ¹⁾	kg/hab	2003	1.007	1.173	-	754	-	-	
ECONOMIA									
PIB pm	10 ⁶ PPC	2003	6.875	11.087	120.847	165.402	9.953.329	-	
PIB <i>per capita</i>	PPC	2003	17.106	14.440	16.107	15.841	21.741	-	
PIB <i>per capita</i> (PPC) ²⁾	EU25=100	2003	78,7	66,4	74,1	72,9	100	-	
Taxa crescimento real PIB pm	%	2002-2003	0,0	0,1	4,1	-1,1	-	-	
VAB ³⁾	Agríc., caça, silvicult.	%	2002	5,1	15,3	6,2	3,2	2,2	2,1
	Pescas e aquacult	%	2002	2,5	0,3	0,3	0,4	-	-
	Industria	%	2002	5,7	21,4	12,4	19,7	21,0	20,9
	Construção	%	2002	8,0	6,1	10,6	7,6	5,7	5,7
	Comércio	%	2002	13,4	11,0	13,1	14,3	-	-
	Hóteis e restaurantes	%	2002	12,4	2,1	8,8	3,0	21,8	21,6
	Transportes e comunic.	%	2002	6,1	5,7	7,8	6,6	-	-
	Activ. Financeiras	%	2002	2,8	2,8	4,5	6,0	-	-
	Imobil., aluguer e serv empresas	%	2002	18,4	6,7	13,3	13,0	26,8	27,2
Administ públicas, educação, saúde, outros serviços	%	2002	25,5	28,7	23,1	26,3	22,6	22,7	
Produtividade (VAB por pessoa empregada)	Euro	2002	27.632	24.744	37.290	25.541	-	-	
Poder de compra - indicador <i>per capita</i>	Pais=100	2004	107,82	76,77	-	100	-	-	
SECTORES DE ACTIVIDADE									
Agricultura									
SAU média por exploração	ha	2003	7,2	45,6	17,5	10,4	-	(2000) 18,7	
Proporção de explorações com menos 5ha	%	2003	69,8	50,5	60	76,0	-	-	
Proporção de produtores agrícolas com > 55 anos	%	2003	79,7	73,3	55	70,2	-	(2000) 52,5	
Turismo									
Capacidade hoteleira	nº camas	2004	96.487	9.271	248.211	253.927	10.783.463	9.952.275	
Dormidas	milhares	2004	13.252,9	993,0	38.846,2	34.140,6	1.385.675,3	1.286.854,1	
Proporção de residentes no estrangeiro	%	2004	76,4	25,8	46,7	67,4	45,5	44,0	

INDICADOR	Unid.	Ano	Algarve	Alentejo	Andaluzia	Portugal	EUR 25	EUR 15	
ACESSIBILIDADES / TRANSPORTES									
Densidade de auto-estradas por 1000 km ²	<i>Km/10³ Km²</i>	2003	31,7	10,3	21,9	21,8	-	(2001) 16,8	
Vítimas de acidentes rodoviários	<i>vítimas/10⁶ hab</i>	2003	318,8	283,9	115,4	-	-	-	
Densidade ferroviária por 1000 Km ²	<i>Km/10³ Km²</i>	2003	36,0	29,6	25,4	30,6	(2002) 52,4	(2002) 49,3	
Rede ferroviária electrificada	%	2003	0,0	27,0	52,4	38,2	-	-	
Transporte aéreo - passag. transportados	<i>milhares</i>	2003	4.635,1	0	15.778,5	17.793,8	-	-	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
Investigação e Desenvolvimento									
Despesa em I&D em % PIB	%	2003	0,35	0,48	(2002) 0,62	0,78	1,92	1,97	
Despesa em I&D	Empresas	%	2003	6,4	29,8	38,1	33,2	64,1	64,4
	Estado	%	2003	9,4	19,7	17,1	16,9	13,0	12,7
	Ensino Superior	%	2003	81,3	49,5	44,7	38,4	21,9	21,8
	IPSL	%	2003	2,9	1,0	0,1	11,5	1,1	1,1
Recursos humanos de I&D em % população activa	%	2003	0,39	0,54	0,90	0,81	1,31	1,42	
Patentes por milhão de habitantes ⁴⁾	‰	2002	1,46	1,87	11,6	4,8	-	-	
Emprego em alta-tecnologia na Indústria Transf.	%	2004	5,1	12,7	10,2	19,6	-	-	
Sociedade da informação									
Agregados domésticos com computador	%	2005	44,1	34,9	-	42,5	58	63	
Agregados domésticos com acesso à internet	%	2005	32,5	25,7	-	31,5	48	53	
Indivíduos que utilizam regular. a internet ⁵⁾	%	2005	31	27	-	32	-	-	

Notas

1) excluindo fuel

2) PPC: Paridade do poder de compra

3) Algarve, Alentejo, Andaluzia e Portugal: VAB a preços produção; EUR25 e EUR15: VAB a preços de base correntes

4) Apenas patentes registadas no OEB

5) Universo - Indivíduos com idade entre os 16 e os 74 anos, residentes no território nacional.

Alguns dos dados disponibilizados correspondem a estimativas ou valores provisórios

"-" informação não encontrada ou não disponível

Fonte

Utilizou-se sobretudo informação disponibilizada pelo Eurostat. Nalguns casos houve que recorrer ao INE Portugal e ao INE Espanha

QUADRO 2 - SÍNTESE EVOLUTIVA

INDICADOR	Unid.	1985	1991	1999	2004
DEMOGRAFIA					
População residente	<i>milhares</i>	328,4	341,4	375,8	411,5
Litoral	%	(1981) 64,7	67,2	-	(2001) 70,4
Barrocal	%	(1981) 21,3	21,1	-	(2001) 20,6
Serra	%	(1981) 14,0	11,7	-	(2001) 9,0
Densidade Populacional	<i>hab/Km²</i>	65,8	68,4	75,3	82,5
Estrutura etária					
0 - 14 anos	%	20,4	17,9	14,9	14,7
15 - 64 anos	%	62,9	64,8	66,6	66,6
65 e + anos	%	16,6	17,3	18,5	18,7
Índice de envelhecimento		81,4	96,9	123,8	127,4
Taxa de Natalidade	‰	11,7	11,5	11,6	11,7
Taxa de Mortalidade	‰	11,5	12,6	13,5	11,5
Saldo Natural	‰	0,3	-1,2	-1,8	0,2
Saldo Migratório	‰	7,4	3,5	4,9	14,7
EMPREGO					
População Activa	<i>nº</i>		147.775,0	167.300	206.500
População Empregada					
Sector I	%	(1981) 25,0	13,5	10,7	7,84
Sector II	%	(1981) 27,6	22,0	19,6	20,1
Sector III	%	(1981) 47,4	64,4	69,7	72,1
Taxa de actividade	%	(1986) 33,4	43,3	47,2	51,2
Feminina	%	-	32,7	39,8	43,6
População desempregada	<i>milhares</i>	-	7,5	8,0	11,3
Taxa de desemprego	%	(1986) 9,0	5,1	4,8	5,5
Feminina	%	-	7,7	6,3	6,2
Taxa de desemprego dos Jovens	%	-	11,1	11,5	(2003) 14,4
Proporção desemprego de longa duração	%	-	-	37,5	40,7
Nível instrução população activa					
Sem instrução	%	-	-	8,2	4,7
1º ciclo	%	-	-	37,6	28,3
2º ciclo	%	-	-	18,6	17,1
3º ciclo	%	-	-	17,4	21,0
Secundário	%	-	-	10,9	15,9
Superior	%	-	-	7,2	12,9
EDUCAÇÃO					
Taxa de analfabetismo	%	(1981) 28,0	14,2	-	(2001) 10,4
Taxa de pré-escolarização	%	-	17,9	-	79,4
Proporção da população com 3º ciclo do ensino básico ¹⁾	%	-	21,9	-	(2001) 39,1
Proporção da população com ensino superior ²⁾	%	-	2,8	-	(2001) 7,3
Abandono escolar ³⁾	%	-	8,2	-	(2001) 2,4
Saída antecipada ⁴⁾	%	-	48,4	-	(2001) 20,5

INDICADOR	Unid.	1985	1991	1999	2004
SAÚDE					
Médicos/1000 hab.	nº	(1984) 1,3	1,9	2,4	(2003) 2,0
Camas hospitalares/1000 hab.	nº	2,4	2,6	(1997) 2,7	(2003) 2,5
Taxa de mortalidade infantil	‰	14,5	9,2	4,9	4,2
AMBIENTE					
População servida com:					
Abastecimento de Água	%	(1984) 54	83,9	88,1	(2003) 90,2
Drenagem de Águas Residuais	%	-	71,3	76,8	(2003) 82,6
Tratamento de Águas Residuais	%	-	(1990) 36,6	70,9	(2003) 77,2
Recolha de RSU	%	-	87,4	95,9	¹²⁾ 100
Produção de resíduos <i>per capita</i>	kg/hab	-	565,3	-	711,7
Consumo de combustíveis <i>per capita</i>	kg/hab	-	-	907	(2003) 1.006,6
Consumo água (rede pública) <i>per capita</i>	m ³ /hab	-	106	112	118,6
ECONOMIA					
PIB <i>pm</i> ⁵⁾	10 ⁶ EUR	(1988) 1.230	2.050	3.909	(2003) 5.335
Contributo para o PIB nacional	%	(1988) 3,0	3,6	3,6	(2003) 4,1
PIB <i>per capita</i>	10 ³ EUR	-	6,0	10,5	(2003) 13,3
Índice de disparidade	<i>País=100</i>	-	-	98,8	(2003) 106,2
VAB ⁶⁾					
Sector I	%	16,2	9,2	7,8	(2003) 8,3
Sector II	%	21,4	15,9	13,5	(2003) 13,5
Sector III	%	62,4	74,9	78,7	(2003) 78,2
Produtividade regional ⁷⁾	10 ³ EUR	4,3	11,0	19,5	(2003) 24,3
Índice de disparidade	<i>País=100</i>	-	98,0	102	(2003) 108
Rendimento disponível bruto das famílias <i>per capita</i>	euros	-	4.628	7.394	(2003) 9.071
Índice de preços no consumidor ⁸⁾	%	-	(1992) 9,0	3,2	(2003) 3,3
FBCF em % do PIB	%	-	-	24,8	(2003) 27,6
Poder de compra - indicador <i>per capita</i>	<i>País=100</i>	-	(1993) 109,01	(2000) 91,81	(2004) 107,82
SECTORES DE ACTIVIDADE					
Agricultura					
Explorações agrícolas com SAU	nº	-	(1989) 25.908	18.796	(2003) 15.775
SAU média por exploração	ha	-	(1989) 5,3	5,4	(2003) 7,2
Produtores a tempo inteiro	%	-	(1989) 19,4	6,2	(2003) 8,5
Produtores com ensino secundário ou mais	%	-	(1989) 5,2	5,9	(2003) 6,9
Produtores com 55 ou mais anos	%	-	(1989) 69,4	76,8	(2003) 79,70
Pesca					
Pescadores matriculados	nº	7.704	9.325	6.788	3.510
Volume de pesca descarregada	ton	37.413	46.185	39.535	28.373
Valor da pesca descarregada	10 ³ Euro	25.935	72.312	68.851	58.297
Valor médio da pesca descarregada	€/ton	693	1.566	1.742	2.055

INDICADOR	Unid.	1985	1991	1999	2004
SECTORES DE ACTIVIDADE					
Construção					
Licenças totais emitidas pelas CM ⁹⁾	nº	4.067	2.018	3.593	3.721
Licenças totais de construção emitidas pelas CM	nº	3.288	1.496	2.788	3.002
Empresas de construção com sede na região	nº		9.762	10.309	13.066
Turismo					
Movimento passageiros no Aeroporto Faro ¹⁰⁾	nº	1.687.414	3.200.107	4.405.320	4.565.345
Movimento passageiros no porto de Portimão ¹¹⁾		-	131	(1998) 69	(2005) 36.370
Capacidade de alojamento - hotelaria classif.	nº camas	40.805	76.007	85.098	96.487
Proporção face ao país	%	31,2	40,3	39,2	38,0
Dormidas na hotelaria classif.	nº	7.398.927	11.717.738	14.431.795	13.252.873
Residentes em Portugal	%	13,8	14,0	16,3	23,6
Residentes no estrangeiro	%	86,2	86,0	83,7	76,4
Proporção dormidas face ao país	%	39,7	44,6	44,1	38,8
Taxa de ocupação-cama	%	49,1	46,2	47,0	44,8
CIÊNCIA E TECNOLOGIA					
Despesa em I&D em % PIB ⁵⁾	%	(1988) 0,05	(1992) 0,18	0,42	(2003) 0,25
Despesa em I&D					
Empresas	%	-	-	14,9	(2003) 6,4
Estado	%	-	-	12,1	(2003) 9,4
Ensino Superior	%	-	-	70,1	(2003) 81,3
IPSL	%	-	-	2,9	(2003) 2,9
Recursos humanos de I&D ¹²⁾	ETI	(1988) 35,7	(1992) 109,5	395,5	(2003) 459,2
Recursos humanos de I&D na população activa	%				

Notas

- 1) Proporção de população com 15 ou mais anos que possui o 3º ciclo do ensino básico concluído
- 2) Proporção de população com 21 ou mais anos que possui ensino superior concluído
- 3) Total de indivíduos, no momento censitário, com 10 a 15 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário
- 4) Total de indivíduos, no momento censitário, com 18 a 24 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário
- 5) PIB pm 1988 - Base 79; PIBpm 1992, 1999 e 2003 - Base 1995
- 6) VAB a preços de mercado 1985 (Base 77); 1991, 1999 e 2004 (Base 95)
- 7) VAB por pessoa empregada
- 8) total excluindo habitação
- 9) inclui licenças para construções novas, ampliações, alterações e reconstrução
- 10) passageiros comerciais locais (não inclui passag em trânsito)
- 11) passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito
- 12) ETI - Equivalente a tempo inteiro

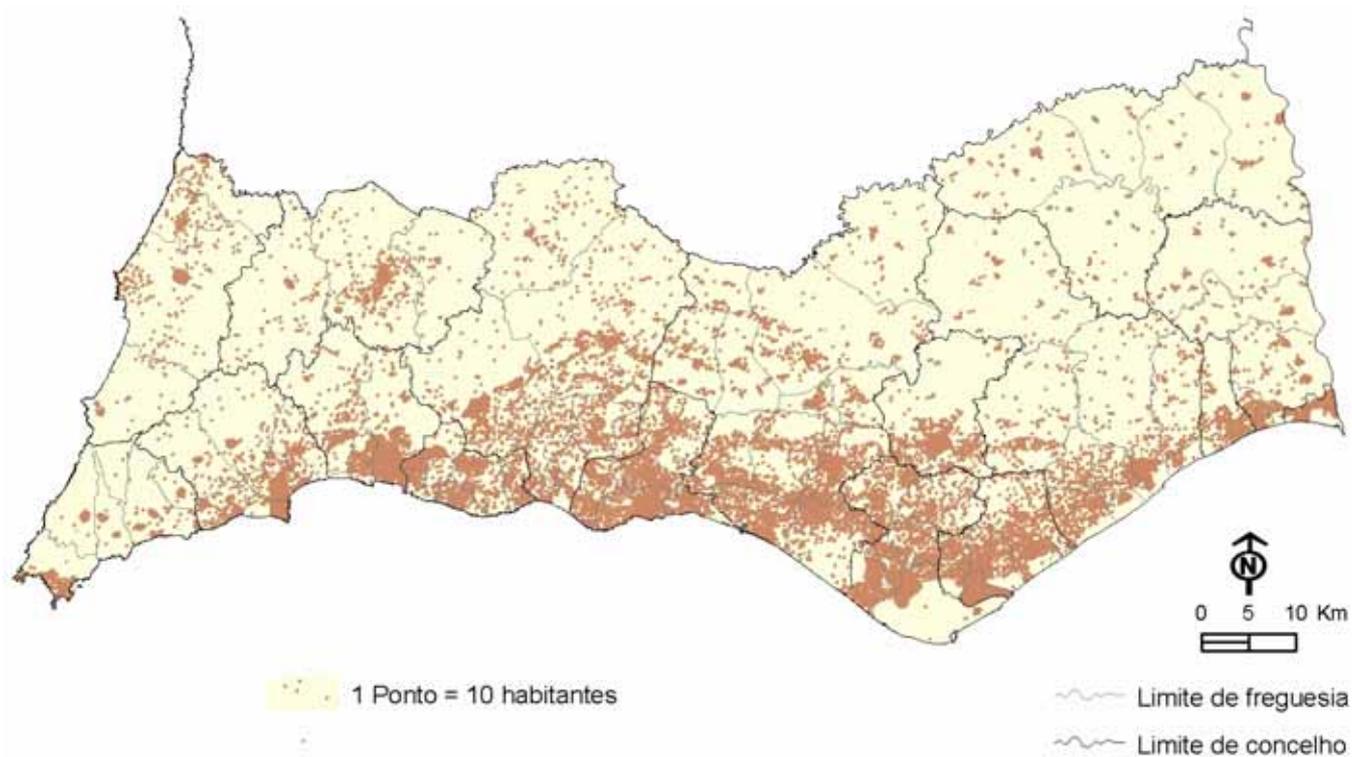
" - " dados não encontrados ou não disponíveis

Fontes:

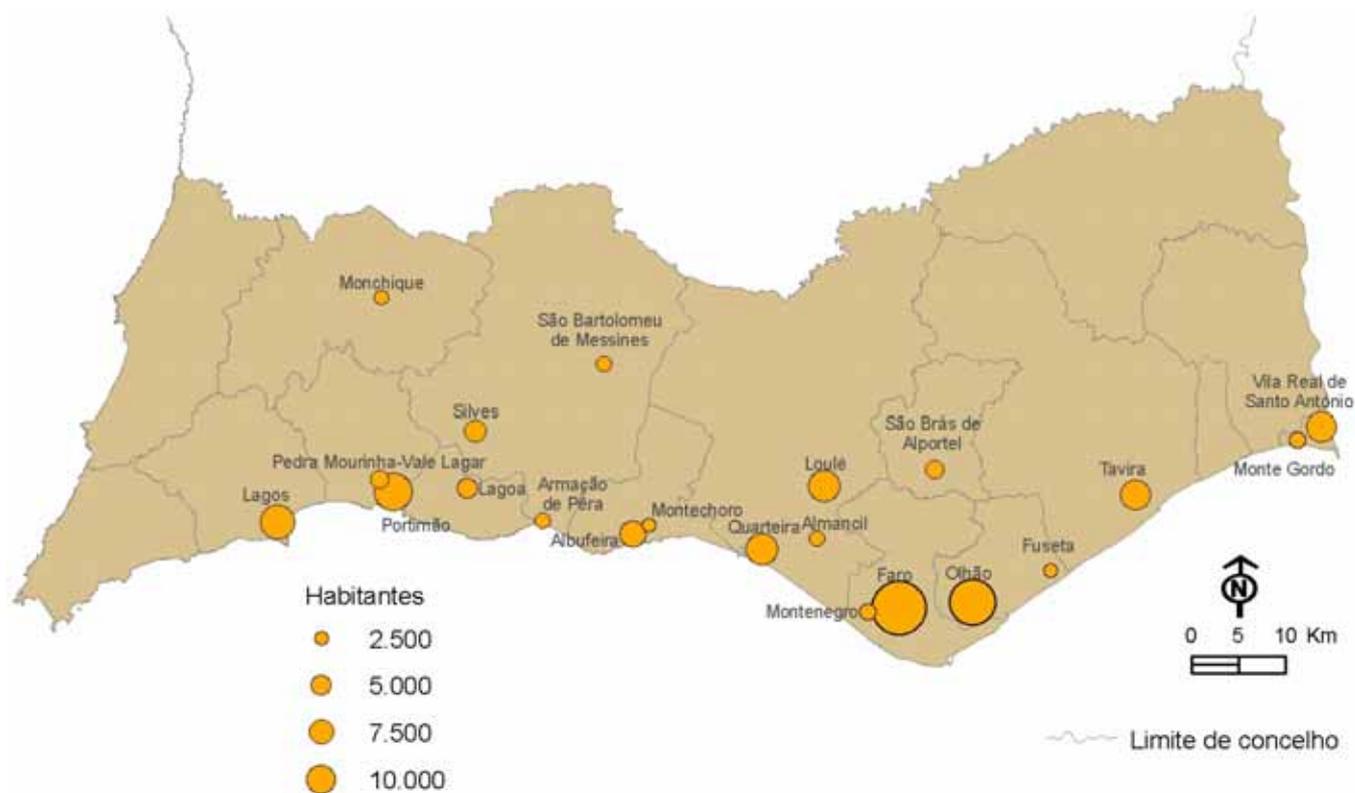
Instituto Nacional de Estatística; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Observatório da Ciência e do Ensino Superior; Ministério do Ambiente e Recursos Naturais; Ministério da Educação; DRAOT Algarve

CARTOGRAMAS

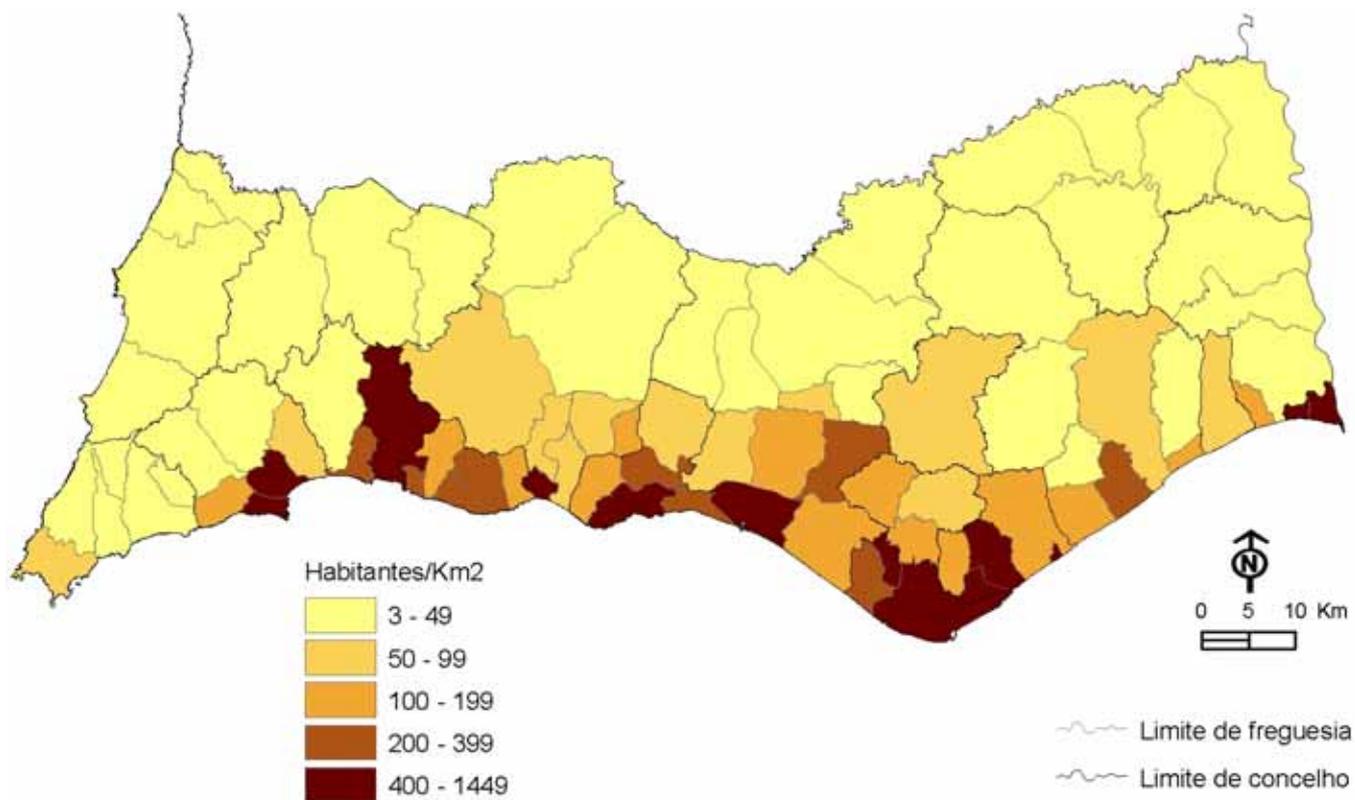
(Fonte: Recensamentos da População, 1991 e 2001, INE)



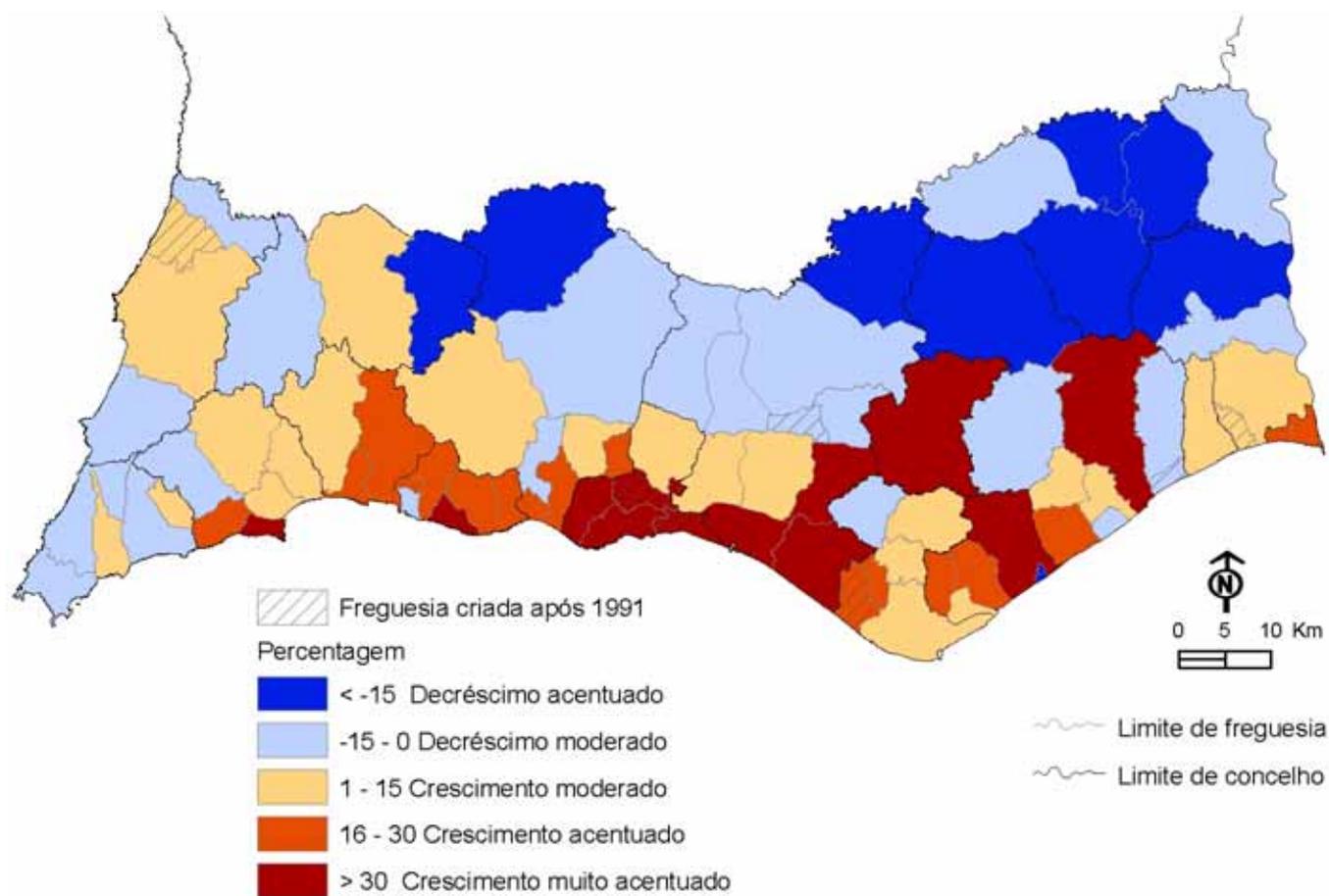
Mapa 1 – Distribuição da população residente, 2001



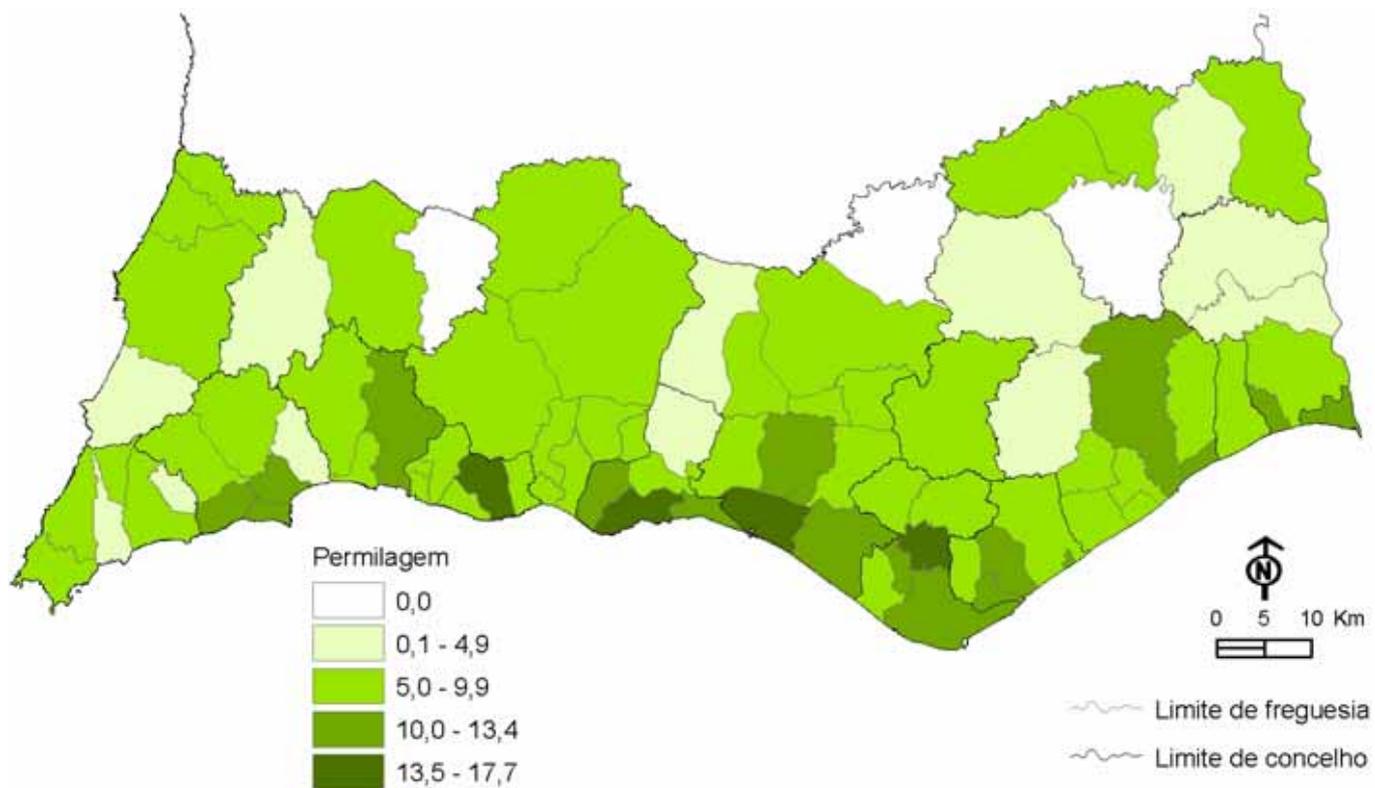
Mapa 2 – População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes, 2001



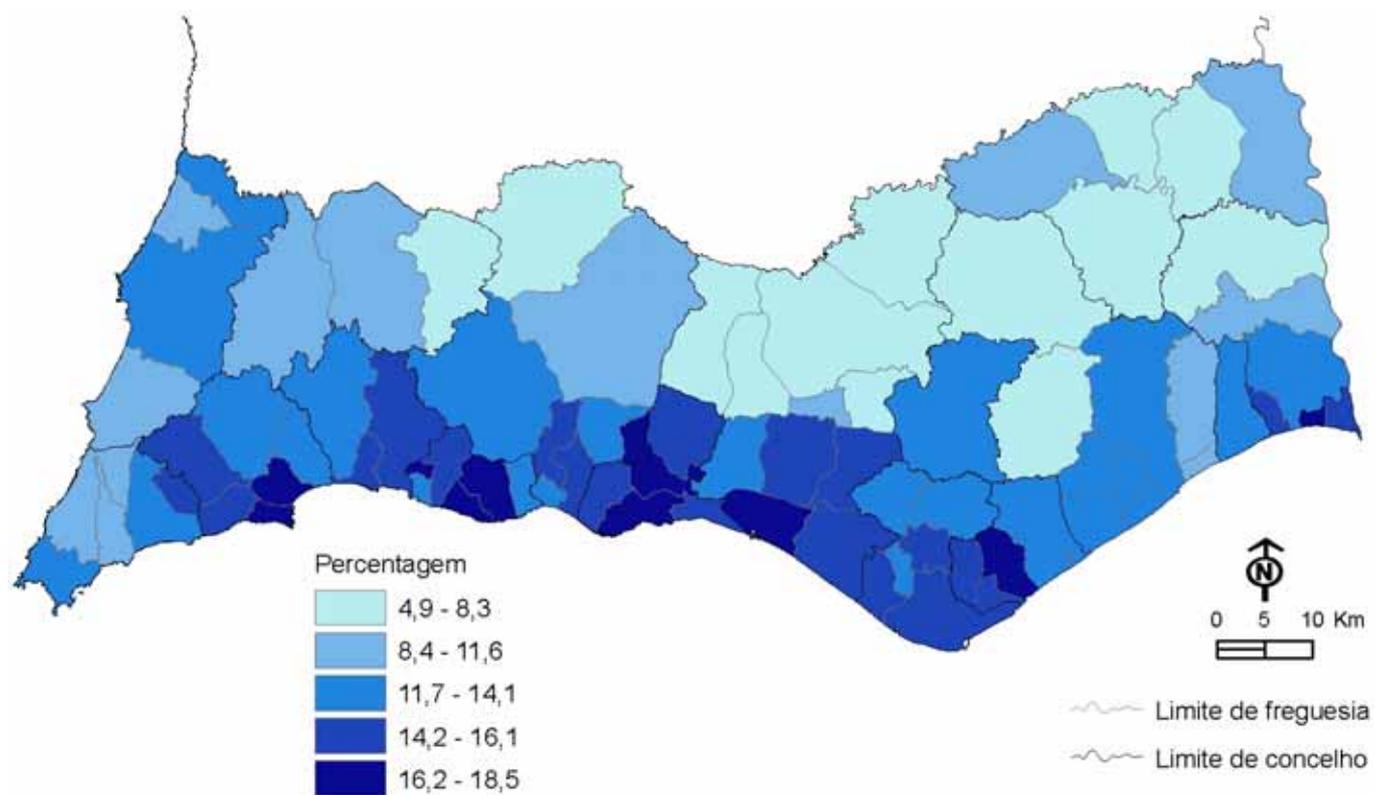
Mapa 3 – Densidade populacional, 2001



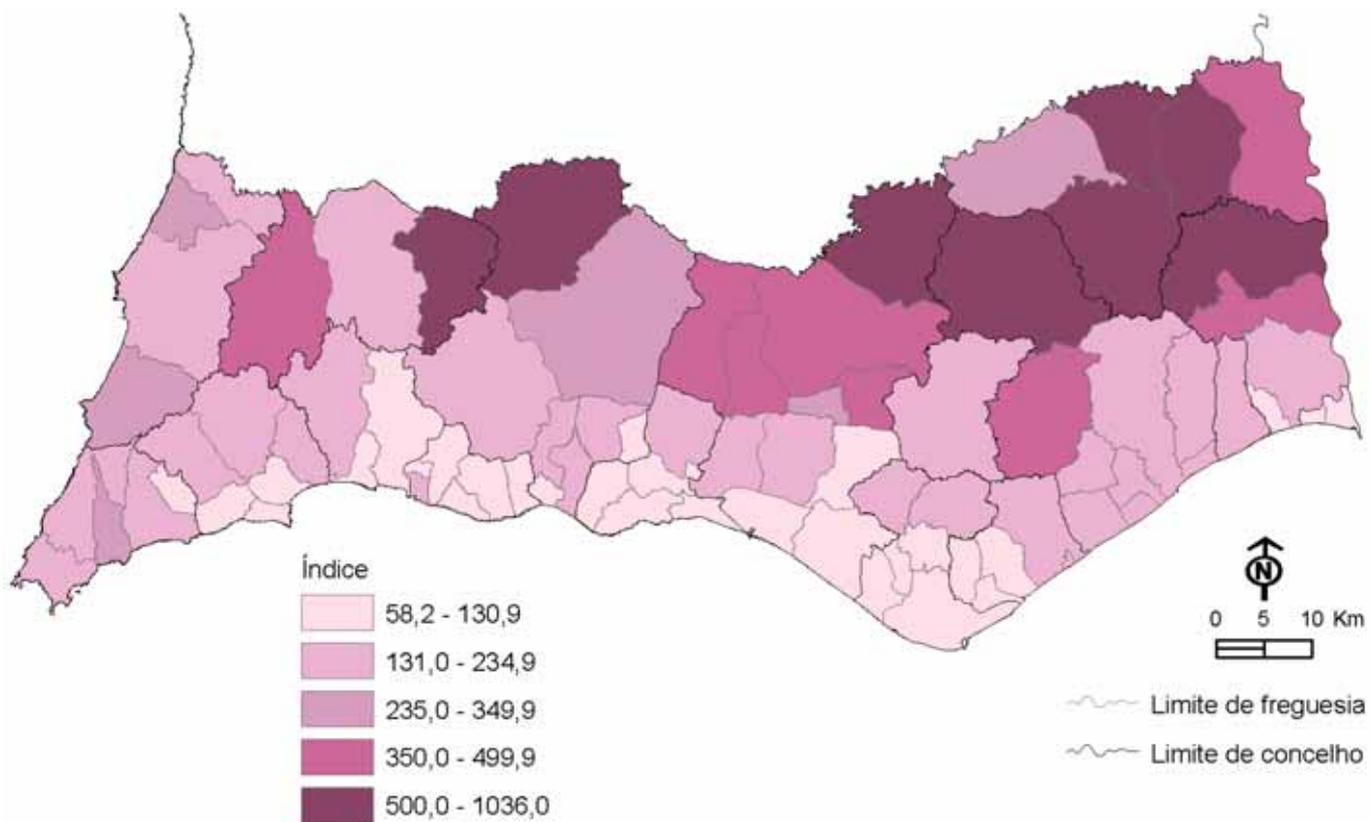
Mapa 4 – Variação da população residente, 1991-2001



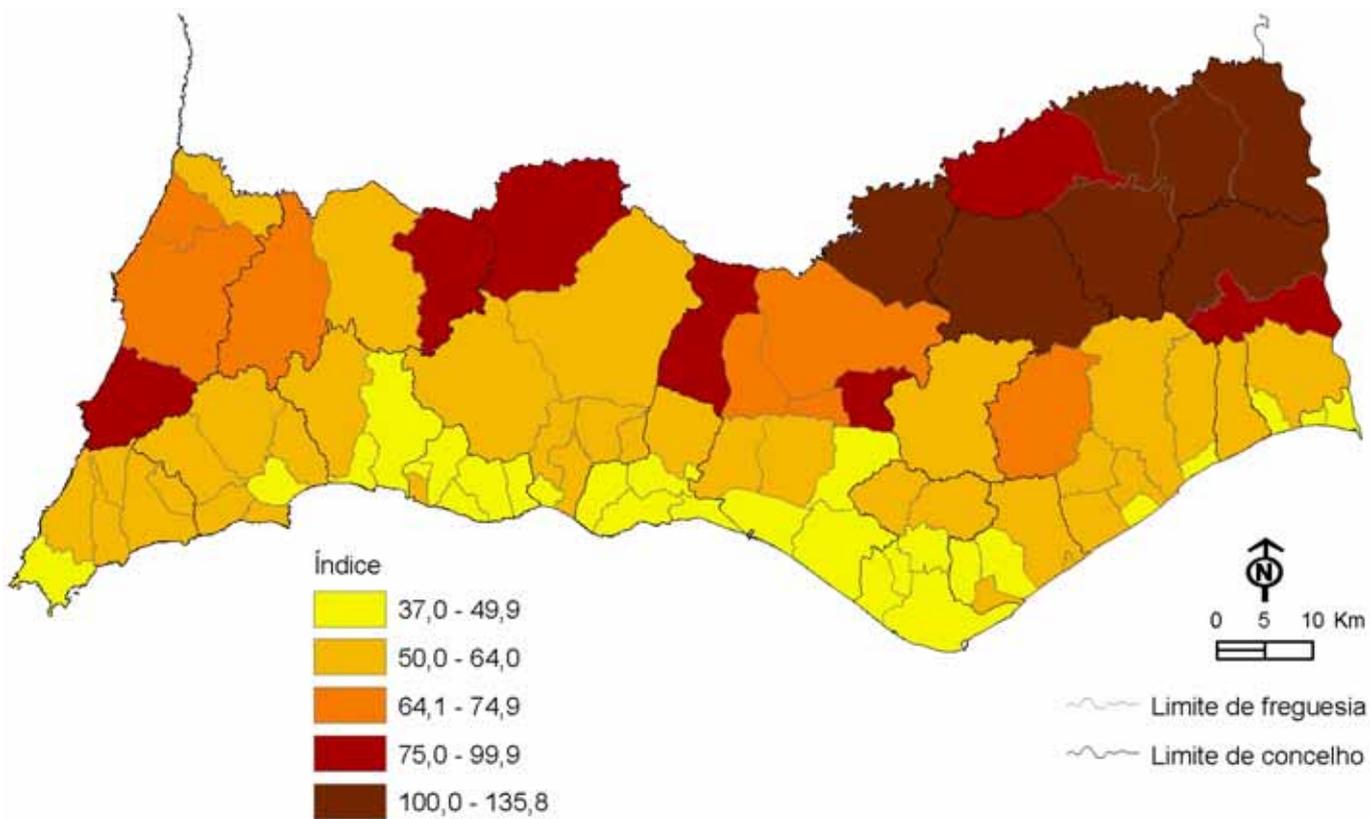
Mapa 5 – Taxa de natalidade, 2001



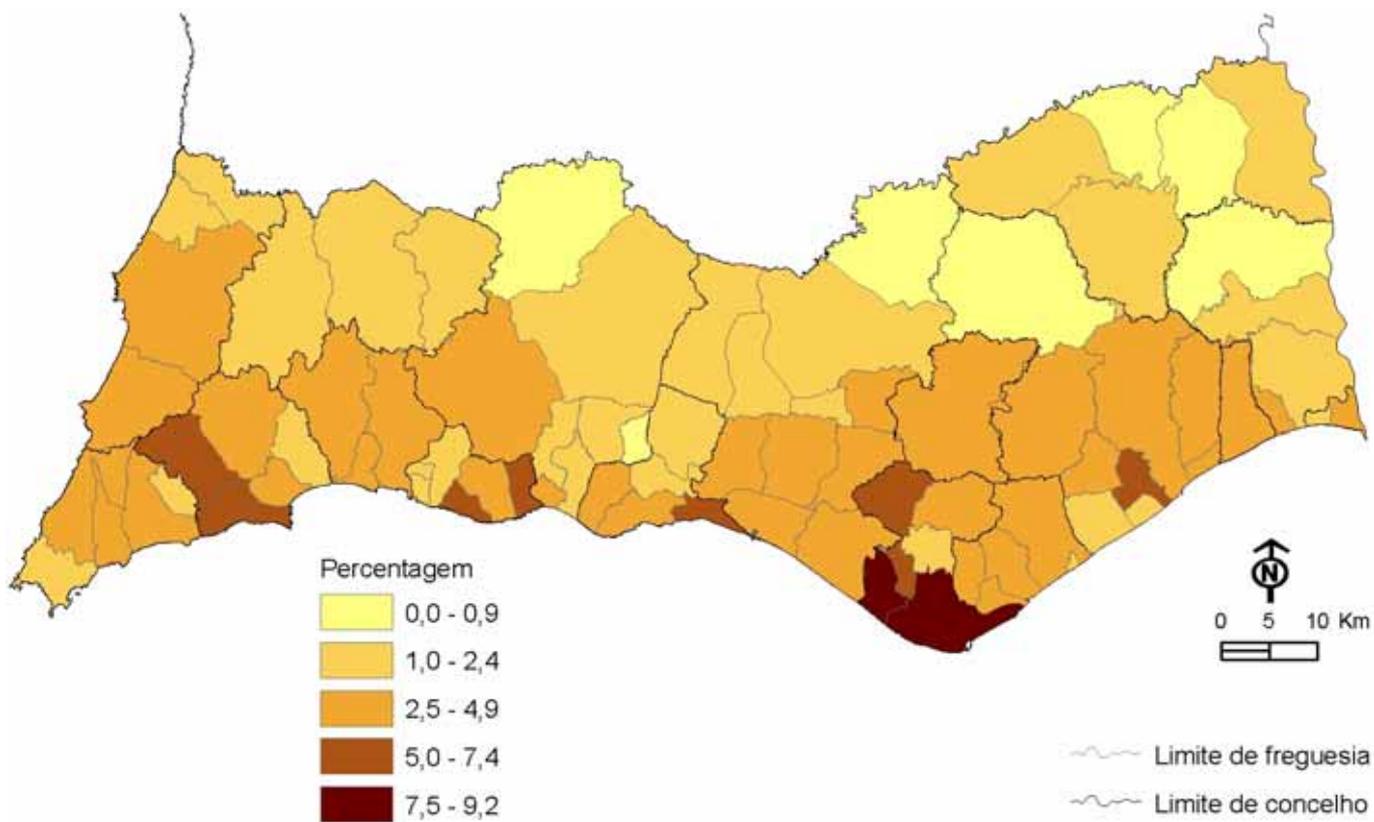
Mapa 6 – Proporção de população jovem (0-14 anos), por freguesia, 2001



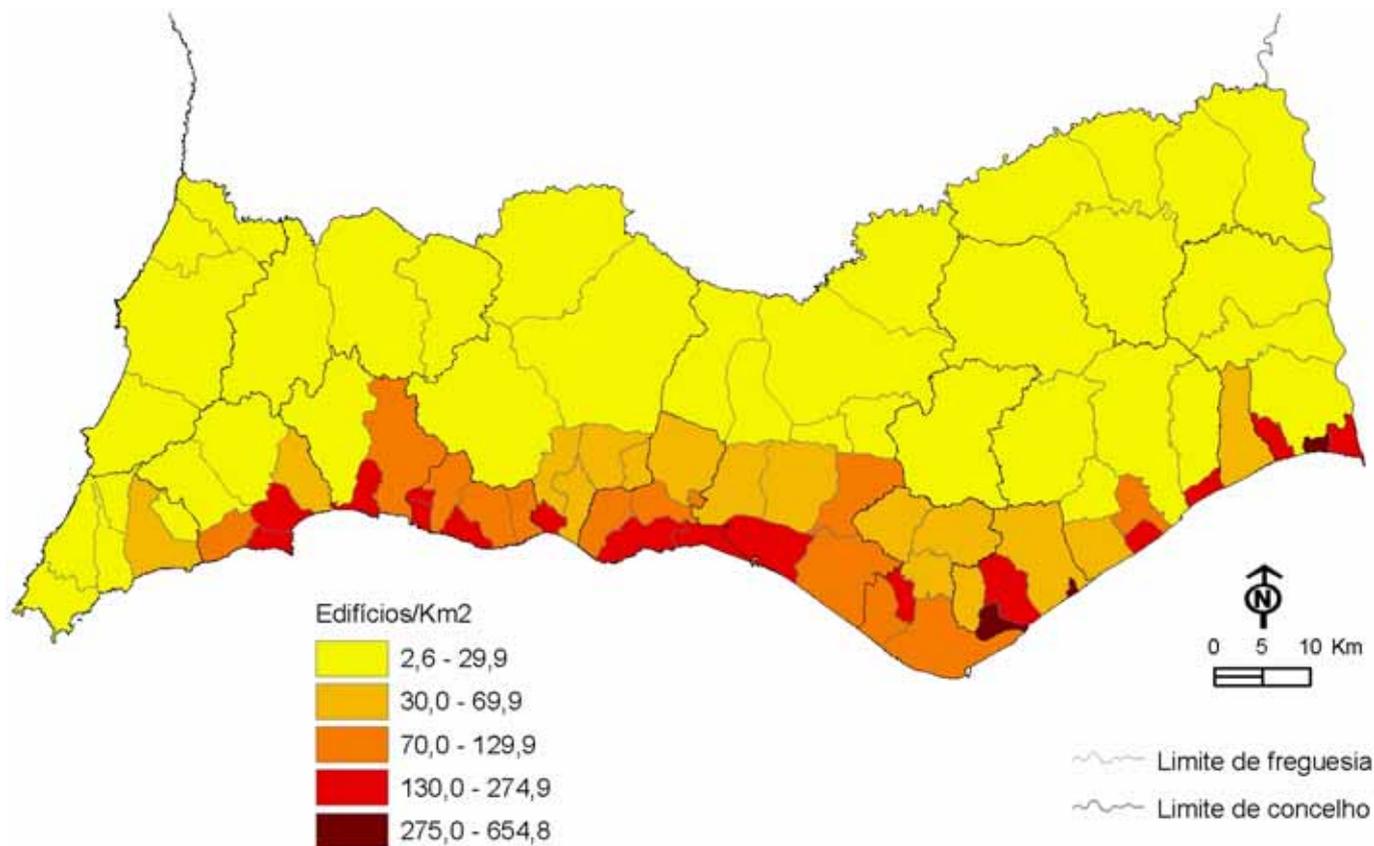
Mapa 7 – Índice de envelhecimento, 2001



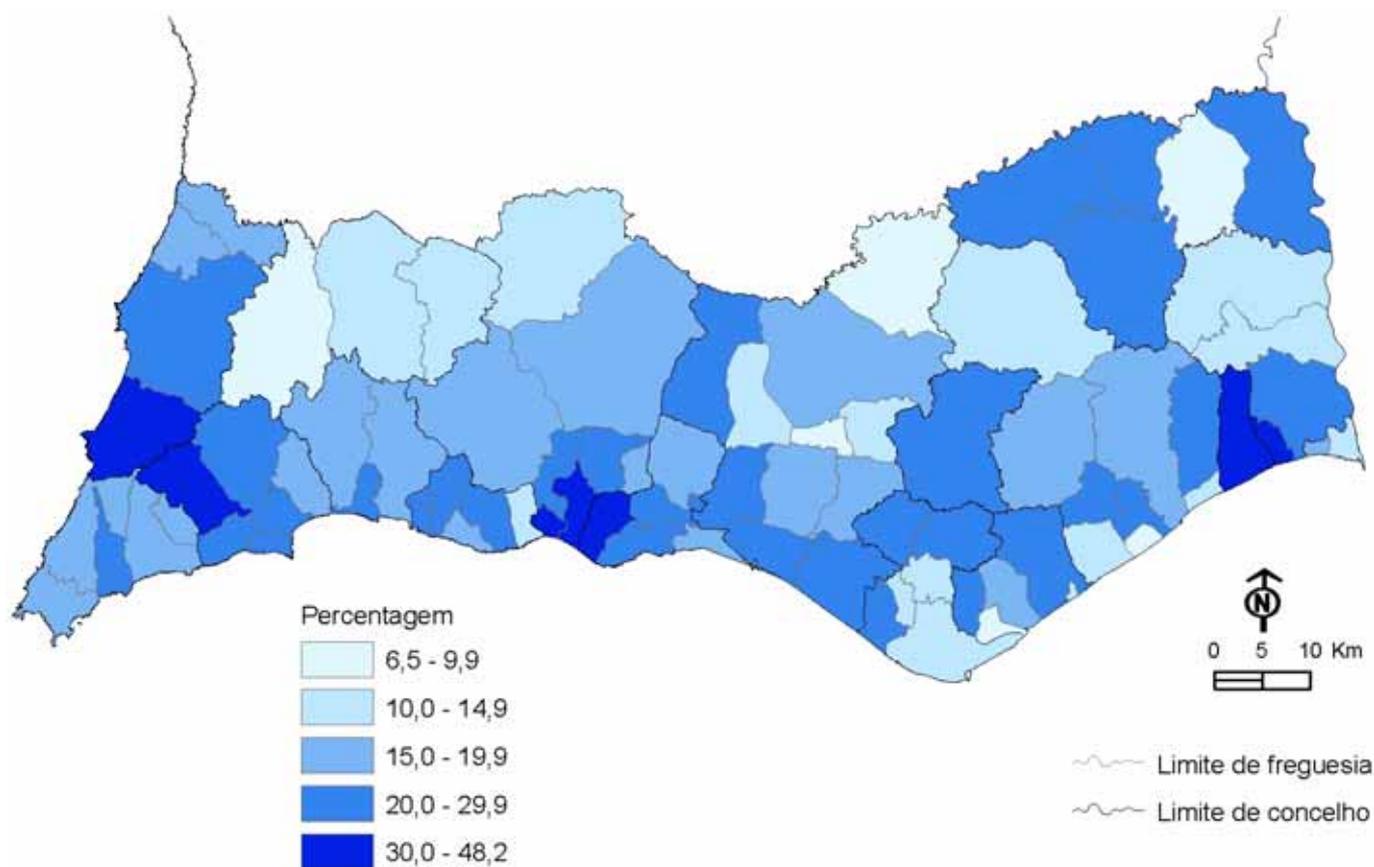
Mapa 8 – Índice de dependência total, 2001



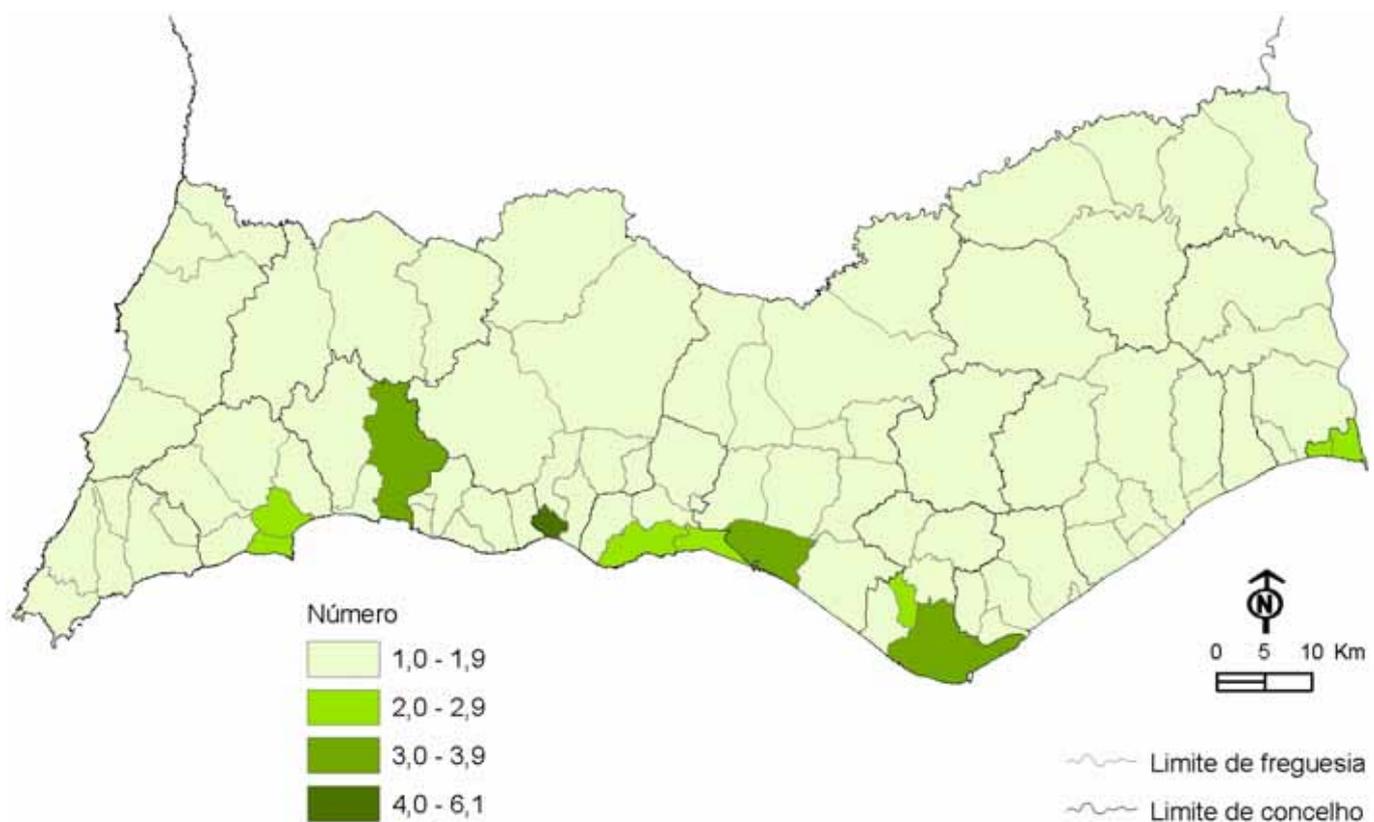
Mapa 9 – Proporção de população com ensino superior face ao total de população residente por freguesia, 2001



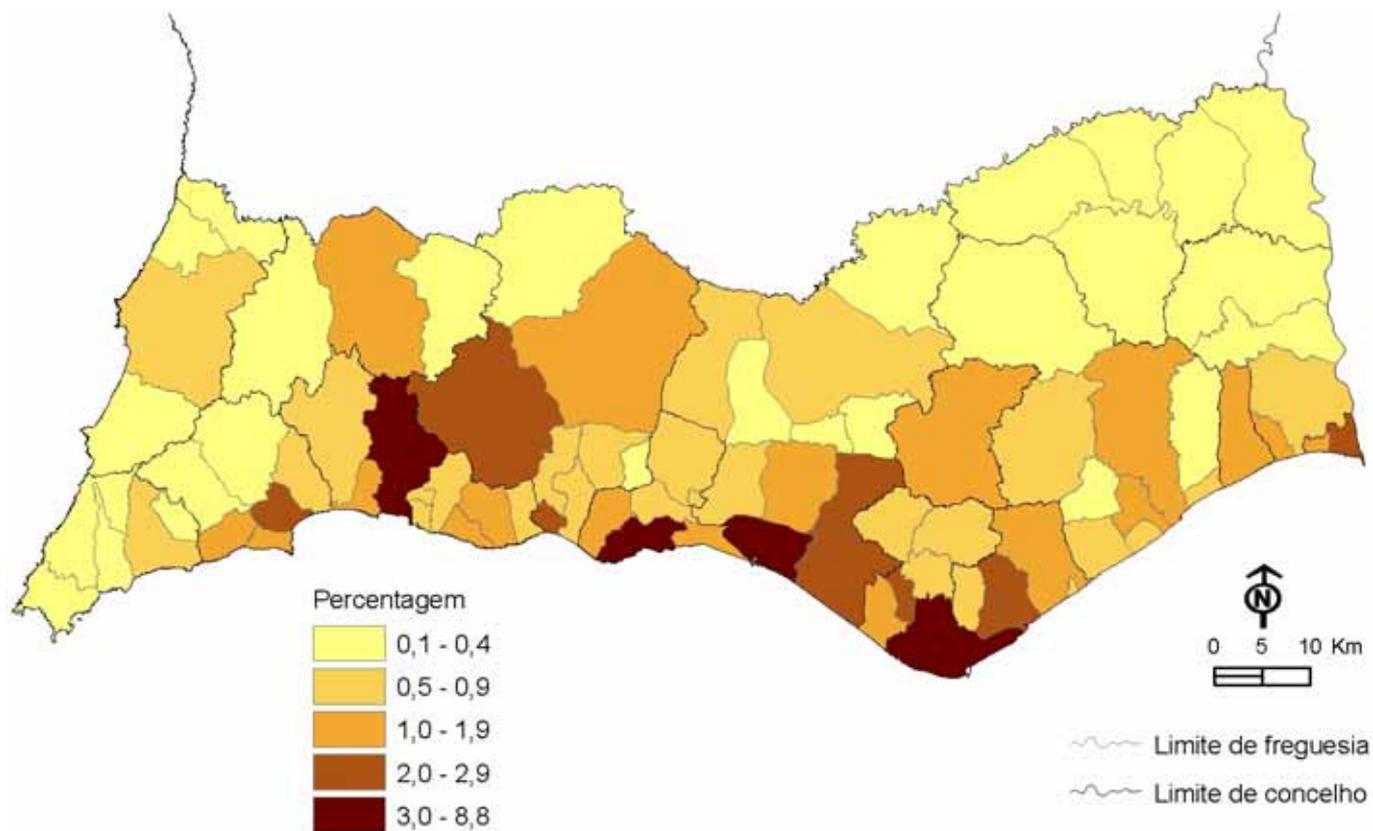
Mapa 10 – Densidade de edifícios por freguesia, 2001



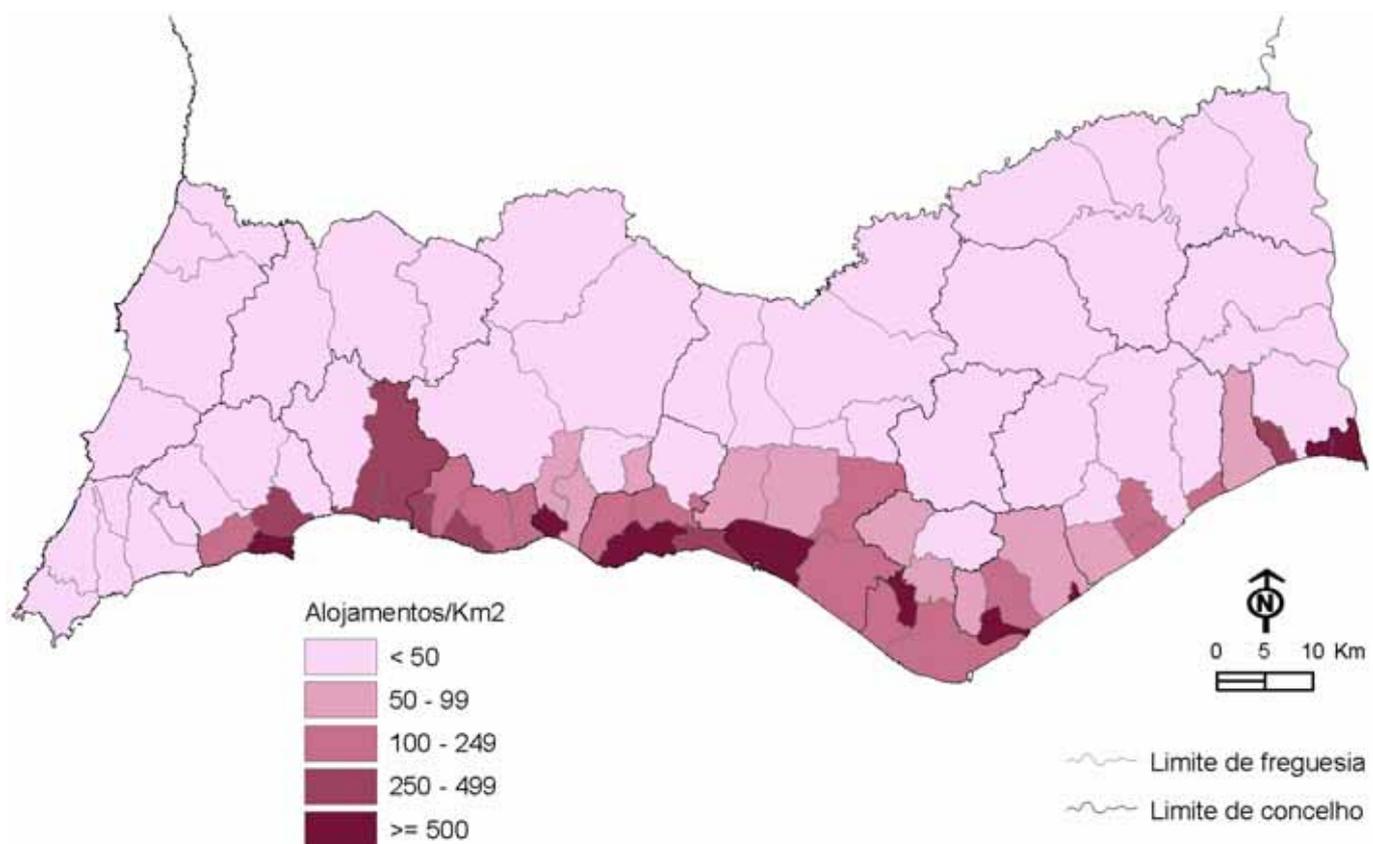
Mapa 11 – Proporção de edifícios construídos após 1991, por freguesia



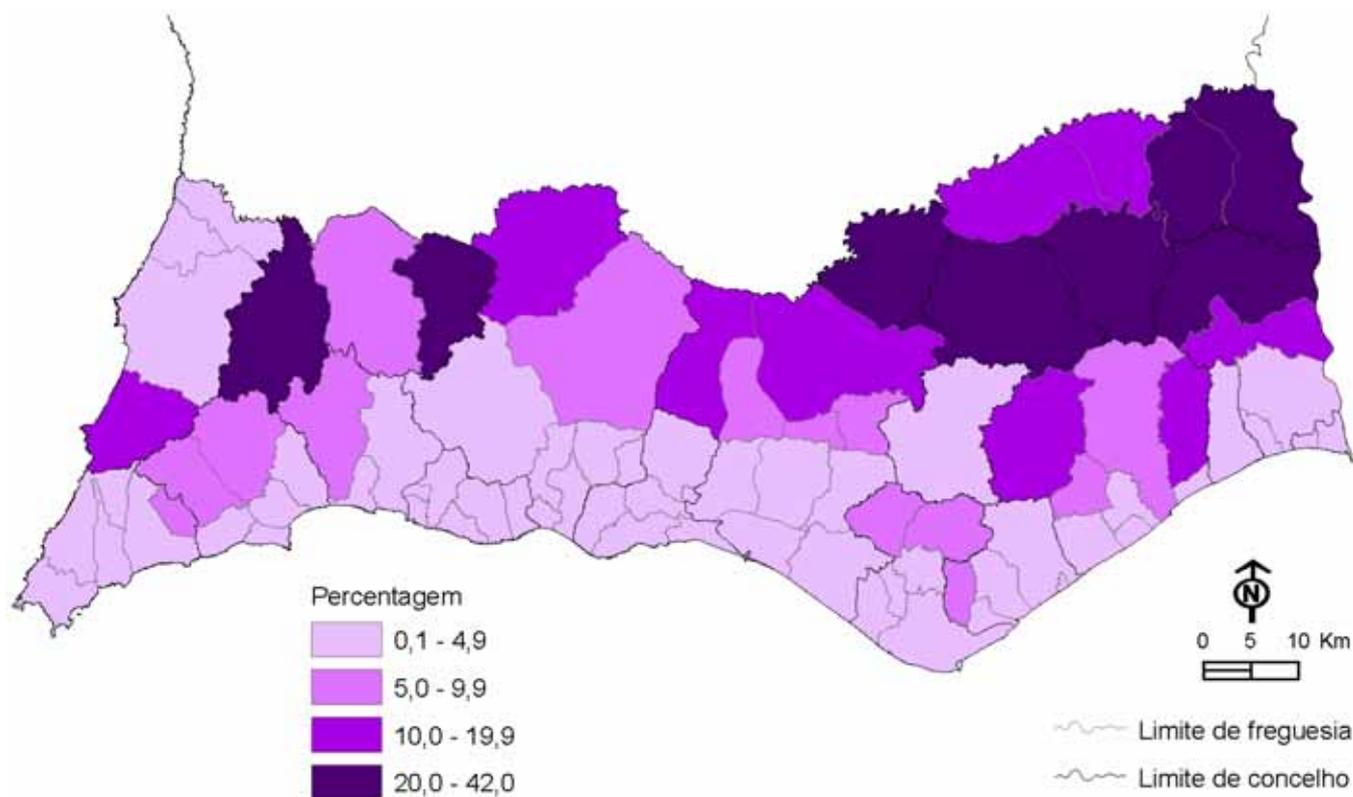
Mapa 12 – Número médio de alojamentos por edifício, 2001



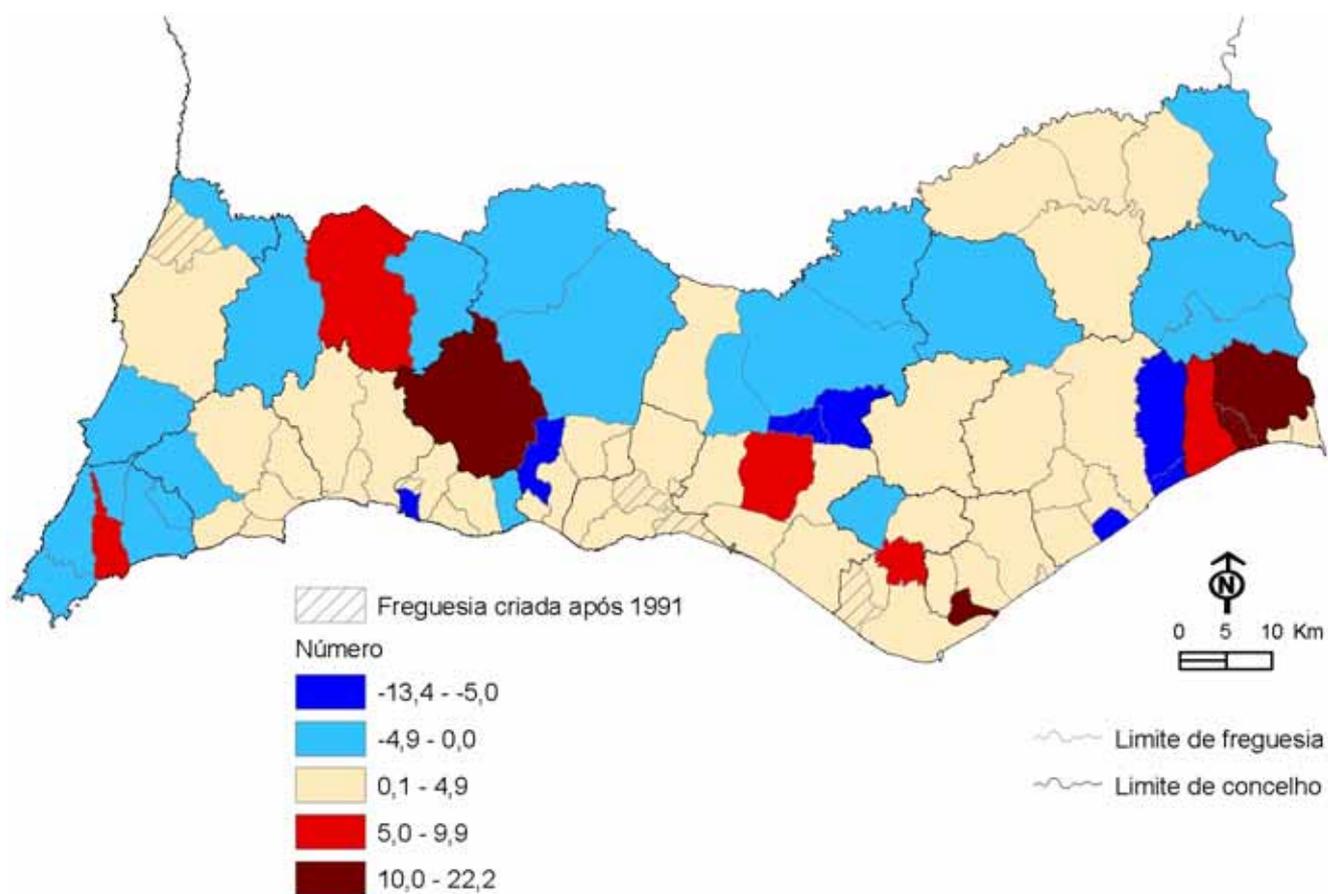
Mapa 13 – Distribuição dos alojamentos familiares clássicos na região, 2001



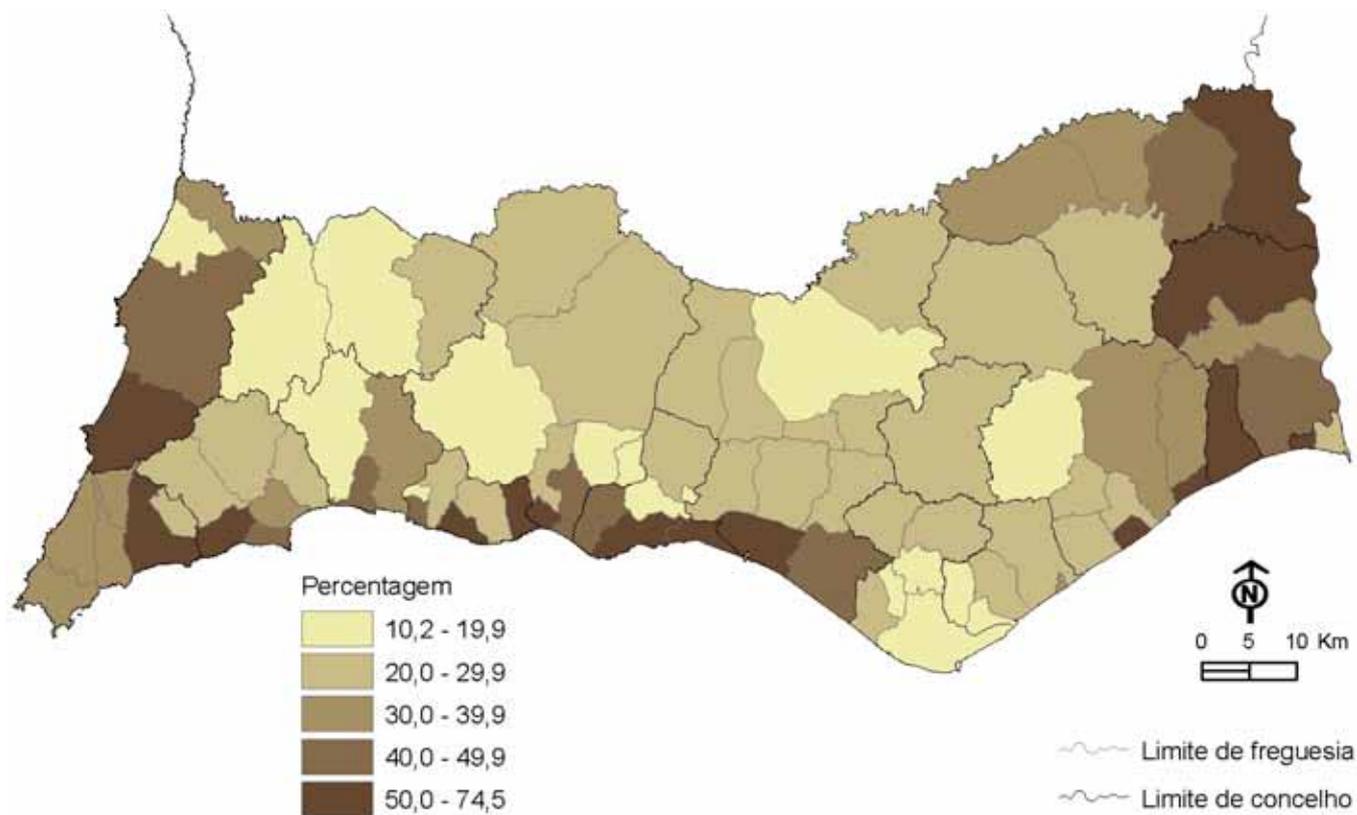
Mapa 14 – Densidade de alojamentos familiares clássicos, por freguesia, 2001



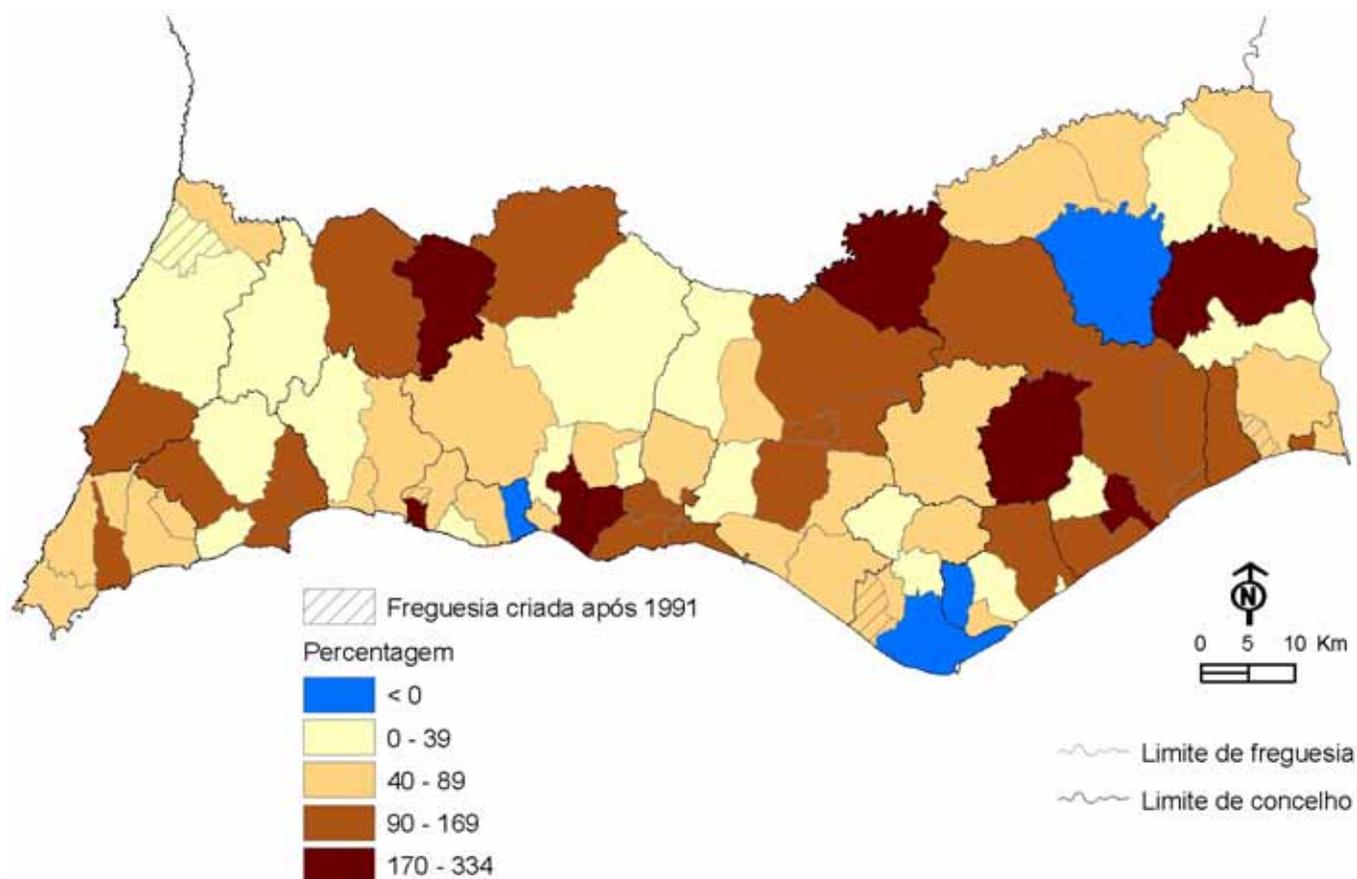
Mapa 15 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem sistemas de esgotos, no total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, por freguesia, 2001



Mapa 16 – Rácio entre a taxa de variação dos alojamentos familiares clássicos e a taxa de variação da população residente, 1991-2001



Map 17 – Proporção de alojamentos de uso sazonal/secundário no total de alojamentos familiares clássicos, por freguesia, 2001



Mapa 18 – Variação dos alojamentos de uso sazonal/secundário, 1991-2001



- | | | |
|---|---|---|
| Áreas Edificadas | Áreas agrícolas | Litoral |
| Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística | Áreas Florestais e Silvestres | Barrocal |
| Indústria Extractiva | Áreas Húmidas | Serra |
| Infra-estruturas | Praias e Dunas | |
| Equipamentos | Planos de Água | |

Mapa 19 – Uso do solo, 2002

Fonte: CCDR Algarve